UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

MARIA GORETE LOPES DE LIMA

OS PRODUTOS TÉCNICOS TECNOLÓGICOS E SUA APLICAÇÃO E PERSPECTIVA DE PRIMORAMENTO NO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

MARIA GORETE LOPES DE LIMA

OS PRODUTOS TÉCNICOS TECNOLÓGICOS E SUA APLICAÇÃO E PERSPECTIVA DE APRIMORAMENTO NO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa**: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior**

Orientador: Prof. Dr. Mariano Castro Neto.

MARIA GORETE LOPES DE LIMA

OS PRODUTOS TÉCNICOS TECNOLÓGICOS E SUA APLICAÇÃO E PERSPECTIVA DE APRIMORAMENTO NO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa **"Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior",** como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em 28 /04/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIANO CASTRO NETO
Data: 28/04/2025 14:35:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Mariano Castro Neto
(Presidente/Orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES
Data: 05/05/2025 07:53:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Ana Paula Furtado Soares Pontes
(Membro Interno)

Documento assinado digitalmente
gov.br
ALEXSANDRA CRISTINA CHAVES
Data: 29/04/2025 20:04:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Alexsandra Cristina Chaves
(Membro Externo à Instituição/IFPB)

Catalogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação

L732p Lima, Maria Gorete Lopes de.
Os Produtos Técnicos Tecnológicos e sua aplicação e perspectiva de aprimoramento no programa de políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior / Maria Gorete Lopes de Lima. - João Pessoa, 2025.
137 f. : il.

Orientação: Mariano Castro Neto. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Mestrado profissional - UFPB. 2. Produtos técnicos e tecnológicos. 3. Formação profissional - PPGAES. 4. Políticas públicas educacionais - Inovação. I. Castro Neto, Mariano. II. Título.

UFPB/BC CDU 378.24(043)

Elaborado por Walqueline da Silva Araújo - CRB-15/514

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a banca examinadora, a todos os envolvidos

diretamente e/ou indiretamente

Vou pintar com a cor da gratidão os cabelos prateados da minha mãe.

Pelas vezes em que pude aprender as lições que nenhuma escola ensina. Pelas curas sem usar de medicina, pelo pão que me deu pra comer (muitas das vezes não tendo nem para si). Pelas vezes em que, mesmo sem saber, fui guiada seguindo seus sinais, enfrentando meus medos mais brutais com o escudo do metal da proteção.

Vou pintar com a cor da gratidão os cabelos prateados da minha mãe.

Pelas aulas de vida que ganhei de quem mais entendia da matéria. Por aquela "cara feia", firme, séria que eu vi quase sempre que errei (além das surras que levei)

Vou pintar com a cor da gratidão os cabelos prateados da minha mãe. Quando o tempo feroz acelerar desviando da nossa juventude, não há nada a fazer para que mude, não há freio no mundo pra frear. O ponteiro insiste em não parar, pro relógio todos nós somos iguais. Pai e mãe são eternos, mas mortais, é saudade que se torna oração.

Vou pintar com a cor da gratidão os cabelos prateados da minha mãe.

Feliz de quem aprendeu e hoje pode ensinar. É correr sem esquecer quem lhe ensinou a andar. Feliz de quem dá amor pra quem só fez lhe amar. Feliz de quem pode ter companheiros tão leais. Feliz de quem agradece com sentimentos iguais. Feliz do filho que vira, um dia, pai de seus pais.

Adaptado do poema de Bráulio Bessa

RESUMO

Este estudo investiga os Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTT) desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) da Universidade Federal da Paraíba, entre 2019 e 2024. O tema central aborda o impacto dos PTTs na formação profissional e na inovação em políticas públicas educacionais, considerando sua conformidade com as normativas da CAPES e sua aplicabilidade prática. O objetivo da pesquisa foi analisar os PTTs quanto à sua relevância acadêmica e impacto social, identificando desafios enfrentados no processo de desenvolvimento e propondo estratégias para aprimoramento. A metodologia adotada foi qualitativa, com análise documental das dissertações e a realização de um grupo focal com docentes do programa. A análise documental permitiu avaliar a conformidade dos PTTs em relação às normativas da CAPES e mapear suas principais características, enquanto o grupo focal trouxe percepções sobre desafios institucionais, limitações na implementação dos PTTs e sugestões para aprimoramento do processo de produção desses produtos. Os resultados indicaram que os PTTs têm impacto relevante na comunidade acadêmica, destacando-se como ferramentas estratégicas para inovação na gestão educacional. No entanto, o grupo focal revelou dificuldades na regulamentação e no suporte institucional, além da necessidade de maior alinhamento entre a produção dos PTTs e as demandas das instituições de ensino e do mercado. A pesquisa conclui que, apesar dos avanços, há oportunidades para aprimoramento dos PTTs, especialmente no alinhamento às diretrizes da CAPES e na ampliação de sua replicabilidade e acessibilidade. As recomendações incluem estratégias para fortalecer a integração entre teoria e prática, promover maior apoio institucional e incentivo à inovação tecnológica na gestão educacional e no desenvolvimento socioeconômico regional.

Palavras-chaves: produtos técnicos e tecnológicos; mestrado profissional; PPGAES.

ABSTRACT

This study investigates the Technical and Technological Products (TTPs) developed within the Graduate Program in Public Policies, Management, and Evaluation of Higher Education (PPGAES) at the Federal University of Paraíba, between 2019 and 2024. The central theme addresses the impact of TTPs on professional development and innovation in educational public policies, considering their compliance with CAPES regulations and their practical applicability. The research aimed to analyze the TTPs in terms of their academic relevance and social impact, identifying challenges faced in the development process and proposing strategies for improvement. The adopted methodology qualitative, involving documentary analysis of the dissertations and conducting a focus group with faculty members of the program. The documentary analysis allowed for an evaluation of the TTPs' compliance with CAPES regulations and mapping of their main characteristics, while the focus group provided insights into institutional challenges, limitations in the implementation of TTPs, and suggestions for improving the production process of these products. The results indicated that TTPs have a significant impact on the academic community, standing out as strategic tools for innovation in educational management. However, the focus group revealed difficulties with regulation and institutional support, as well as the need for greater alignment between TTP production and the demands of educational institutions and the labor market. The research concludes that, despite progress, there are opportunities to enhance the TTPs, particularly in aligning them with CAPES guidelines and increasing their replicability and accessibility. Recommendations include strategies to strengthen the integration between theory and practice, promote greater institutional support, and encourage technological innovation in educational management and regional socioeconomic development.

Keywords: technical and technological products; professional master's degree; PPGAES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 − Evolução Histórica dos Mestrados Profissionais no Brasil 32
Figura 2 − Distribuição da transformação realizada 73
Figura 3 − Distribuição do potencial de transformação 74
Figura 4 – Distribuição da facilidade de aplicação 75
Figura 5 – Distribuição do potencial de replicabilidade 76
Figura 6 – Distribuição do tipo de inovação 78
Figura 7 – Distribuição de originalidade do produto 78
Figura 8 – Distribuição do número de atores envolvidos 80
Figura 9 – Distribuição da dificuldade de execução 80
Figura 10 – Distribuição da sofisticação técnica 81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 − Evolução da oferta de PPGs *stricto sensu* por nível/modalidade, Brasil, 2013-2022
32
Quadro 2 − Descrição dos Produtos Técnicos Tecnológicos (PTT) da Área da Educação da CAPES
39
Quadro 3 − Perfil dos Docentes Participantes do Grupo Focal 56
Quadro 4 − Critérios Estabelecidos pela CAPEs para Avaliação de PTTs 58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABE	Associação Brasileira de Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CE	Centro de Educação
CNPG	Conselho Nacional de Pós-Graduação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCRETIDE	Comissão Permanente do Regime do Tempo Integral e Dedicação Exclusiva
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
MA	Mestrado Acadêmico
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Mestrado Profissional
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programas de Pós-Graduação
PPGAES	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
PPGP	Programas de Pós-Graduação Profissional
PTT	Produto Técnico Tecnológico
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TAE	Técnicos Administrativos em Educação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA 13
1.2 OBJETIVOS 17
1.2.1 Objetivo Geral 17
1.2.2 Objetivos Específicos 17
1.3 JUSTIFICATIVA 18
2.1 ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 20
2 PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: INSTITUCIONALIZAÇÃO E MESTRADO PROFISSIONAL 23
2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL 23
2.2 MESTRADO PROFISSIONAL NO BRASIL 27
2.3 MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O DESENVOLVIMENTO DO PPGAES NA UFPB 33
3 PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS: PRODUÇÃO, OBSTÁCULOS E IMPACTOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO 37
3.1 PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO 37
3.2 PRINCIPAIS DESAFIOS NA CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS EDUCACIONAIS 42
3.3 PRODUÇÃO E IMPACTOS DOS PTTs EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO 45
4 NORMATIVAS DA CAPES PARA A PRODUÇÃO E AVALIAÇÃO DE PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS 47
5 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA 54
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO 54
5.2 UNIVERSO E AMOSTRA 54
5.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS 55
5.3.1 Grupo Focal 55
5.3.2 Análise Documental 57
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO 60
6.1 ANÁLISE DOS DADOS DO GRUPO FOCAL 60
6.1.1 Histórico do PTT antes da Regulamentação 60

6.1.2 Processo de Regulamentação dos PTTs no PPGAES 63
6.1.3 Impactos da Regulamentação: Implementação e Desafios Estruturais 66
6.1.4 Avaliação dos PTTs: percepções sobre feedback e apoio institucional 69
6.2 ANÁLISE DOCUMENTAL: AVALIAÇÃO DOS PTTS PRODUZIDOS PELO PPGAES NO QUADRIÊNIO 2019-2024 71
6.2.1 Análise da produção e distribuição dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) no PPGAES/UFPB (2019-2024) 71
6.2.2 Aderência dos PTTs 71
6.2.3 Impacto dos PTTs 73
6.2.4 Aplicabilidade e potencial de replicação 75
6.2.5 Inovação e originalidade 77
6.2.6 Complexidade e desafios na implementação 79
6.2.7 O produto final 82
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 87
REFERÊNCIAS 89
APÊNDICES 93
APÊNDICE A − Categorias de avaliação dos PTTs, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria CAPES nº 60/2019 94
APÊNDICE B – Portfólio de produção técnica e tecnológica do PPGAES 106

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Com o intuito de assegurar a avaliação e o aperfeiçoamento dos programas de nível superior, o Governo Federal instituiu a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto 29.741/51. No mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambos contribuindo para a expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil (Brasil, 2023, p. 15).

A CAPES é responsável por avaliar, acompanhar, fomentar e induzir cursos de pós-graduação *stricto sensu*, independentemente de sua modalidade (profissional ou acadêmica, mestrado ou doutorado), promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Seu papel é representar um sistema de gestão de qualidade, assegurando que as universidades contribuam, por meio de ensino e pesquisa, para a economia do conhecimento, com padrões de avaliação que objetivam garantir a qualidade dos cursos ofertados (Brasil, 2023, p. 17).

O Mestrado Profissional (MP) é definido pela CAPES como uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* que visa capacitar profissionais em diversas áreas do conhecimento, por meio do estudo de técnicas e processos que atendam às demandas do mercado de trabalho. Seu objetivo é contribuir para o aumento da competitividade e produtividade de organizações públicas e privadas (Brasil, 2020).

Em 2017, a Portaria MEC nº 389, de 23 de março, instituiu o mestrado e doutorado profissional, estabelecendo que seus objetivos incluem a capacitação e qualificação de profissionais para a prática, atendendo às necessidades sociais e do mercado. O Art. 2º define que esses cursos devem:

> I - Capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
> II - Transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
> III - Promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e
> IV - Contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (Brasil, 2017).

Em 2019, a Portaria CAPES nº 60 reforçou as diretrizes para os MPs, determinando que estes cursos deveriam seguir as regras estabelecidas para a pós-graduação *stricto sensu*. A implementação do MP nas Instituições de Ensino Superior (IES) beneficia todos os envolvidos, ampliando a disseminação do conhecimento acadêmico e permitindo que os Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) resultantes sejam aplicados nas próprias instituições e indústrias, promovendo a formação de profissionais qualificados (Brasil, 2021).

Os PTTs destacam-se nas pesquisas dos mestrados profissionais pela sua natureza aplicada e pela possibilidade de gerar impacto direto em diversas áreas. Diferentemente das pesquisas de caráter acadêmico, os PTTs se traduzem em produtos tangíveis e intangíveis, como aplicativos, protocolos, métodos e materiais instrucionais, que são usados para solucionar problemas específicos e melhorar processos em distintos contextos. Esse tipo de produção acadêmica reflete a crescente valorização da aplicabilidade do conhecimento, um movimento que tem redefinido o papel da pesquisa universitária, aproximando-a de demandas concretas de comunidades locais, organizações e do mercado de trabalho (Zaidan; Ferreira; Kawasaki, 2018).

No âmbito dos programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu*, especialmente nos MPs, os PTTs consolidaram-se como um diferencial importante. Regulamentados desde os anos 1990, os MPs oferecem uma abordagem educacional que integra teoria e prática, promovendo uma formação de profissionais capacitados para enfrentar desafios complexos no mercado de trabalho e em setores estratégicos da sociedade. A produção de PTT nesses programas é fundamental para estabelecer uma conexão eficaz entre a academia e o setor produtivo, promovendo soluções inovadoras e impulsionando o desenvolvimento regional e nacional (Grupo de Trabalho da CAPES, 2019).

A produção de PTT nos mestrados profissioanis reflete a importância da pesquisa aplicada na construção de respostas concretas para problemas contemporâneos. Além de promoverem a transferência de tecnologia e a inovação, os PTTs têm os requisitos essenciais para a qualificação profissional, ao capacitar discentes para desenvolver produtos que atendam às exigências da sociedade e às diretrizes da CAPES. Entre esses requisitos, destacam-se a validação obrigatória por instâncias formais, o registro em sistemas institucionais, a aplicabilidade prática em contextos estruturados, a acessibilidade e replicabilidade, além da conformidade com as normativas vigentes. Além disso, os PTTs devem demonstrar impacto prático, inovação e relevância acadêmica e social, garantindo sua contribuição efetiva para a gestão educacional e o avanço das políticas públicas. Esse movimento destaca a relevância de uma educação superior voltada para o impacto social e a

aplicabilidade prática do conhecimento, reafirmando o papel estratégico dos PTT na promoção de soluções que atendem às demandas do presente e do futuro (André; Princepe, 2017).

A literatura sobre PTT nos mestrados profissionais ainda é incipiente, mas tem evidenciado sua importância como um instrumento de articulação entre o conhecimento acadêmico e as demandas práticas da sociedade. Segundo Fialho e Hetkowski (2017), os PTTs não apenas ampliam o escopo da pesquisa acadêmica, mas também promovem a transformação de processos e a criação de soluções tangíveis aplicadas em contextos reais. Esses produtos, que podem incluir desde manuais e aplicativos até disciplinas educacionais e metodologias, são projetados para resolver problemas concretos, especialmente em áreas como educação, saúde, tecnologia e gestão.

A CAPES, em suas diretrizes, reforça que os PTTs devem estar alinhados aos critérios de inovação, replicabilidade e impacto, características que os tornam fundamentais para o desenvolvimento de práticas comprometidas em setores estratégicos da sociedade (Brasil, 2019). Além disso, autores como Zaidan, Ferreira e Kawasaki (2018), destacam que a aplicabilidade prática dos PTTs é o que faz a diferença de outras produções acadêmicas, tornando-os uma resposta direta às necessidades contemporâneas de uma educação mais interligada com a sociedade.

Outro aspecto amplamente discutido pela literatura é o papel dos mestrados profissioanis na formação de profissionais diversificados para o mercado de trabalho. Romão (2016), enfatiza que, enquanto os Mestrados Acadêmicos (MAs) têm como objetivo principal a formação de pesquisadores para a produção de conhecimento teórico, os MPs se concentram em formar profissionais capazes de aplicar esse conhecimento em suas práticas cotidianas. Nesse contexto, os PTTs são concebidos como produtos com identidade própria, capazes de traduzir os resultados das pesquisas, ferramentas em disposições que promovem inovações e melhorias em seus respectivos campos.

Essa característica é especialmente valorizada nas áreas de ensino e educação, onde os PTT podem contribuir para a criação de materiais pedagógicos, novas metodologias de ensino e estratégias de gestão educacional. Hetkowski (2018), argumenta que os PTTs representam um avanço significativo na forma como a pesquisa é concebida, ampliando sua aplicabilidade e relevância no contexto social e econômico.

A literatura também aponta desafios significativos para o desenvolvimento dos PTTs nos MPs. Fialho e Hetkowski (2017) identificam questões como a necessidade de linguagem acessível, replicabilidade, disponibilidade em redes abertas e acessibilidade para pessoas

com deficiência. Essas exigências, embora essenciais para garantir a qualidade e o impacto dos produtos, representam barreiras para muitos pesquisadores, especialmente quando faltam recursos financeiros e suporte institucional adequado.

Além disso, Gonçalves *et al.* (2023) destacam que o processo de elaboração de PTT exige uma abordagem multidisciplinar, integrando conhecimentos de diferentes áreas para desenvolver soluções práticas e inovadoras. Apesar dessas dificuldades, a literatura reforça que os PTTs desempenham um papel essencial na transferência de tecnologia, no fortalecimento das capacidades profissionais e no avanço da pesquisa aplicada, posicionando-se como uma das principais ferramentas de impacto social no ensino superior brasileiro.

Embora os PTTs tenham ganhado destaque como resultados essenciais da pesquisa aplicada nos MPs, a literatura ainda apresenta lacunas em relação à sua avaliação e ao impacto prático. Apesar das disposições normativas da CAPES, que fornecem diretrizes para o desenvolvimento e a avaliação dos PTTs, muitos estudos carecem de análises aprofundadas sobre como essas orientações são inovadoras e sobre os resultados alcançados em diferentes contextos.

Fialho e Hetkowski (2017) apontam que, embora exista um consenso sobre a relevância dos PTTs, ainda há poucas investigações sistemáticas que avaliem sua eficácia em atender demandas sociais e acadêmicas. Além disso, desafios como a replicabilidade, a acessibilidade e a inovação ainda são pouco exploradas na literatura, especialmente no que diz respeito à previsão de aplicação em diferentes realidades socioeconômicas. Essa lacuna evidencia a necessidade de pesquisas que aprofundem a análise sobre o impacto dos PTTs e as condições para sua implementação eficaz.

Outro aspecto que reforça a existência dessa lacuna é a escassez de estudos que cercam as dificuldades enfrentadas pelos PPGs na produção de PTT. Gonçalves *et al.* (2023) destacam que aspectos como barreiras institucionais, falta de suporte técnico e desafios financeiros limitam a qualidade e o alcance desses produtos. No entanto, as investigações não têm explorado essas dificuldades de forma ampla e sistemática, deixando em aberto questões importantes sobre como os MPs podem superar esses obstáculos e aprimorar a produção de PTT.

Além disso, a literatura sobre PTTs ainda é incipiente, especialmente no que se refere à avaliação de seu impacto longitudinal em produtos, ou seja, como esses produtos promovem mudanças significativas nas instituições ou nas comunidades em que são aplicadas. Essa lacuna ressalta a necessidade de pesquisas que não apenas analisem a conformidade dos PTTs

com as normativas da CAPES, mas também investiguem suas implicações práticas e os desafios enfrentados ao longo de seu desenvolvimento e implementação.

A motivação para a realização deste estudo surge da necessidade imperativa de compreender e analisar os PTTs gerados pelos discentes do PPGAES/CE/UFPB no período de 2019 a 2024, considerando seu impacto no cenário acadêmico, científico e social. Esse propósito ganhou forma durante as orientações do professor Dr. Mariano Castro Neto e nas discussões realizadas em sala de aula, principalmente na disciplina Seminário de pesquisa ministrada pela professora Dra. Ana Paula Furtado que evidenciaram a necessidade de suprir lacunas na avaliação dos produtos desenvolvidos pelos discentes da turma 9 do PPGAES.

A crescente complexidade do ambiente acadêmico e as demandas em constante evolução da sociedade ressaltam a relevância de PPGs *stricto sensu* eficazes. Este trabalho origina-se da necessidade de uma análise crítica e reflexiva sobre como o programa promove a formação de profissionais qualificados e impulsiona a produção científica na região.

A questão central que orienta esta pesquisa é: **Como os PTTs desenvolvidos no âmbito do PPGAES podem ser melhorados para atender às normativas da CAPES?** Essa questão surge da necessidade de compreender como esses produtos, que possuem um papel estratégico na transferência de conhecimento e inovação, estão alinhados às diretrizes de qualidade, inovação e aplicabilidade oportunizadas pela CAPES. Além disso, busca-se investigar como os PTTs podem ser aprimorados para ampliar sua relevância acadêmica e impacto prático, atendendo de forma mais eficaz às demandas institucionais e às expectativas da sociedade.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os PTTs produzidos no âmbito do PPGAES quanto à sua conformidade com as normativas da CAPES e às oportunidades de aprimoramento, com o intuito de identificar lacunas e propor estratégias para aumentar sua qualidade e relevância.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar e classificar os PTTs desenvolvidos no âmbito do programa, no período de 2019 a 2024, categorizando-os conforme sua natureza e área de aplicação.
- ✓ Quantificar os PTTs a fim de mensurar seu impacto na comunidade acadêmica e sua contribuição para a produção científica e tecnológica.
- ✓ Avaliar a conformidade desses produtos com as diretrizes estabelecidas pela CAPES, verificando seu alinhamento com os requisitos normativos e acadêmicos.
- ✓ Investigar os desafios enfrentados ao longo do processo de concepção, desenvolvimento e implementação dos PTTs, identificando barreiras e oportunidades de aprimoramento.
- ✓ Elaborar um portfólio reflexivo, documentando as práticas adotadas, os desafios superados e os aprendizados obtidos, de modo a contribuir para a melhoria contínua do desenvolvimento e aplicação dos PTTs.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Programa PPGAES foi escolhido como foco desta pesquisa por seu papel estratégico na formação de profissionais especializados e pela relevância de seus PTTs no contexto acadêmico e social. Criado para atender às demandas específicas de servidores técnico-administrativos em educação (TAEs), o PPGAES se destaca por sua abordagem interdisciplinar, que integra teoria e prática na produção de soluções aplicáveis. Essa característica torna o programa um ambiente ideal para investigar a produção de PTT, avaliando como esses produtos são considerados para a inovação e o fortalecimento das políticas públicas de educação superior.

A conexão entre o PPGAES e a sociedade emerge como um elemento central nesta pesquisa. Pretende-se compreender como o programa transcende os limites da comunidade acadêmica, gerando resultados positivos no desenvolvimento local, regional e nacional. Isso inclui a análise do papel da pós-graduação na promoção do progresso socioeconômico.

A abordagem multidimensional deste trabalho destaca a necessidade de uma avaliação abrangente dos PPGs *stricto sensu* em educação. A eficácia do PPGAES não deve ser

mensurada apenas por métricas isoladas, mas por uma análise diversificada de indicadores que permitam compreender plenamente seu impacto e identificar áreas para aprimoramento contínuo. A justificativa deste trabalho fundamenta-se em sua relevância social, econômica, política e acadêmica, destacando a importância de avaliar os PTTs desenvolvidos pelos discentes do MP em Educação em uma IES pública. Esta avaliação busca fornecer subsídios para a definição de métodos e formas mais recomendadas de aferição do desempenho e competências dos PTTs apresentados, bem como compreender os impactos potenciais gerados após a conclusão desses produtos.

No aspecto acadêmico, a universidade é reconhecida como um espaço de pesquisa, investigação e criação do saber, desempenhando um papel essencial na formação de profissionais atuantes e no desenvolvimento de soluções aplicáveis. Este trabalho propõe pensar em processos avaliativos que promovam não apenas a qualificação no desempenho das atividades organizadas pelos TAEs, mas também o autodesenvolvimento profissional desses agentes. Além disso, essa pesquisa visa analisar se os PTTs, concebidos na teoria, estão sendo aplicados de forma efetiva no cotidiano das instituições onde os discentes atuam profissionalmente.

No âmbito social e econômico, a universidade pública tem o compromisso de atuar como agente transformador no contexto em que está inserida, contribuindo para atender às demandas sociais, culturais e econômicas da comunidade. Dessa forma, a avaliação dos PTTs representa uma oportunidade de fortalecer o vínculo entre a produção acadêmica e as necessidades reais da sociedade, promovendo práticas que resultem em benefícios concretos, como o aumento da eficiência organizacional e a melhoria das relações interpessoais nos ambientes de trabalho.

Politicamente, este estudo reforça o papel estratégico das IES públicas na formação de uma sociedade ética e ativa, onde os profissionais, munidos de competências específicas, podem atuar como agentes de transformação. A proposta de avaliar os PTTs dos egressos dos PPGs *stricto sensu* em Educação busca verificar como esses produtos, alinhados às diretrizes do PPGAES, destacam-se para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e para o fortalecimento da gestão educacional.

Nesse sentido, este estudo colabora ao fornecer uma análise detalhada sobre os PTTs no âmbito do PPGAES, com foco em sua conformidade com as normativas da CAPES e nas oportunidades de aprimoramento. A pesquisa não apenas identifica e classifica os PTTs existentes, mas também mensura seu impacto na comunidade acadêmica e verifica em que medida esses produtos atendem aos critérios estabelecidos, como inovação, replicabilidade e

acessibilidade. Ao abordar as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento dos PTTs, o estudo contribui para mapear os desafios institucionais e técnicos que limitam a qualidade e a relevância dessas produções, propondo soluções práticas para superá-los. Além disso, ao elaborar um portfólio reflexivo que documenta práticas e aprendizados, o trabalho oferece uma ferramenta que pode ser utilizada para orientar futuros pesquisadores e gestores acadêmicos na produção de PTT mais alinhados às normativas e às necessidades da sociedade.

Essa abordagem destaca a relevância do estudo para fortalecer a integração entre teoria e prática, promovendo o desenvolvimento de produtos que geram impactos positivos tanto no âmbito acadêmico quanto na esfera social. Ao propor estratégias para melhoria dos PTTs, o estudo também reforça a importância dos MPs como espaços de inovação e transferência de conhecimento, contribuindo para a consolidação do papel estratégico da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Dessa forma, esta pesquisa não apenas amplia o entendimento sobre o papel dos PTTs no contexto do ensino superior, mas também oferece subsídios significativos para o desenvolvimento de práticas mais efetivas e inovadoras, consolidando a relevância desses produtos como instrumentos de transformação acadêmica e social.

1.4 ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A seleção do tema desta pesquisa é intrinsecamente alinhada à missão do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba – Campus I. Essa decisão estratégica reflete o comprometimento em promover uma formação qualificada, impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico, além de contribuir significativamente para a sociedade.

O tema escolhido está em sintonia com a missão do Programa de Pós-Graduação de promover uma formação qualificada. A avaliação dos PPGs *stricto sensu* é essencial para garantir que a formação oferecida seja de qualidade, preparando os discentes para desafios acadêmicos e profissionais.

A pesquisa proposta visa entender a eficácia do programa de pós-graduação na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no desenvolvimento dos PTTs. Ao identificar áreas de excelência e oportunidades de melhoria, a pesquisa contribuirá para fortalecer o papel do programa na vanguarda do conhecimento.

Outrora, a aderência do tema ao programa é evidente na sua potencial contribuição para a sociedade. Ao aprimorar a qualidade dos PTTs, a pesquisa busca assegurar que a produção acadêmica e científica resultante que tenha um impacto positivo na comunidade, seja através de inovações, soluções para desafios regionais ou contribuições significativas para o avanço do conhecimento através dos PTTs.

A escolha do tema não apenas se alinha com a missão do programa, mas também está em conformidade com os valores e objetivos mais amplos da instituição. A busca pela excelência acadêmica e científica, a promoção do conhecimento aplicado e a contribuição para o desenvolvimento regional são pilares fundamentais refletidos na pesquisa proposta.

Essa aderência estratégica do tema ao PPGAES do Centro de Educação reforça a identidade da UFPB – Campus I como uma instituição comprometida com a qualidade educacional, a produção de conhecimento relevante e a contribuição para o progresso da sociedade. Dessa forma, a pesquisa não apenas avalia os programas, mas também contribui ativamente para o fortalecimento da identidade e missão institucionais.

A dissertação está organizada em oito capítulos. O primeiro capítulo, intitulado "Introdução", apresenta os elementos fundamentais do estudo, incluindo a questão de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a delimitação da investigação, a aderência do tema ao programa e a descrição da estrutura da dissertação.

O segundo capítulo, intitulado “Pós-graduação no Brasil: Institucionalização e Mestrado Profissional”, apresenta o histórico da pós-graduação brasileira, os avanços na institucionalização do ensino superior, as características do mestrado profissional e a trajetória do PPGAES na UFPB, destacando sua contribuição acadêmica e profissional.

O terceiro capítulo, intitulado "Produtos educacionais e tecnológicos: produção, obstáculos e impactos nos programas de pós-graduação", aborda os principais desafios relacionados à concepção e desenvolvimento desses produtos, com foco em suas características, aplicações e impactos no contexto da pós-graduação *stricto sensu*.

No quarto capítulo, com o título "Normativas da CAPES para a produção e avaliação de PTTs: impactos e aplicações na educação", o enfoque está nas diretrizes da CAPES para a produção e avaliação desses produtos no contexto da pós-graduação *stricto sensu.*

No quinto capítulo, intitulado “Percurso metodológico”, são descritos os procedimentos propostos para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse segmento, é apresentada a caracterização do estudo, a delimitação do campo de investigação, a definição do universo e da amostra, bem como os instrumentos e técnicas utilizados para a coleta de dados. Por fim,

detalha-se o processo de análise dos dados obtidos, garantindo uma compreensão clara e sistemática das etapas que fundamentam os resultados da pesquisa.

O sexto capítulo apresenta os “Resultados e discussão” da pesquisa, detalhando as análises realizadas e os principais achados que emergiram do estudo.

O sétimo capítulo descreve o “Produto técnico e tecnológico” desenvolvido a partir da pesquisa, que consiste em um portfólio reflexivo. Esse material documenta as práticas, aprendizados e contribuições dos PTT no âmbito do PPGAES, destacando sua relevância e impactos no contexto acadêmico e profissional.

Por fim, o oitavo capítulo apresenta as “Considerações Finais”, trazendo uma síntese dos principais resultados de sucessos, as limitações enfrentadas ao longo do estudo e as recomendações para aprimoramentos futuros. Além disso, são oferecidas sugestões para novas pesquisas que possam ampliar o conhecimento sobre o tema e contribuir para o avanço da divulgação na área.

2 PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: INSTITUCIONALIZAÇÃO E MESTRADO PROFISSIONAL

Este capítulo apresenta a trajetória histórica da pós-graduação no país, destacando os marcos legais e as iniciativas que consolidam os programas *stricto sensu*. Aborda, ainda, o surgimento do MP, enfatizando suas características, desafios e contribuições para a formação técnica avançada e o desenvolvimento socioeconômico, evidenciando seu papel estratégico no fortalecimento da articulação entre academia e mercado de trabalho. Além disso, explora o contexto do mestrado profissional em Políticas Públicas, com foco no desenvolvimento do PPGAES na UFPB, destacando sua relevância para a formação de gestores e a produção de soluções inovadoras para os desafios das políticas públicas no ensino superior.

2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Ao longo das décadas, o Brasil viveu um processo de transformação econômica e social marcado pela industrialização acelerada, que exigiu a criação de um modelo de Estado mais robusto e eficiente. Este modelo, centrado no Poder Executivo, impulsionou o crescimento do setor público e diversificou suas funções, respondendo às necessidades de uma sociedade urbano-industrial em rápida expansão. Tais mudanças instituíram uma estrutura de poder mais condicionada com a exigência da nova configuração econômico-social, acelerando as transformações institucionais necessárias para o desenvolvimento do país.

O rápido crescimento industrial no Brasil trouxe consigo uma série de desafios que impactaram diretamente a organização da sociedade, entre os quais se destacou a inadequação do sistema educacional frente às demandas da nova ordem econômica e social emergente. Nesse contexto, tornou-se evidente a necessidade de medidas racionais e práticas que puderam alinhar o processo educacional às transformações estruturais impostas pelo desenvolvimento econômico. Dessa forma, a institucionalização da pós-graduação no Brasil surgiu como um reflexo direto das transformações sociais e econômicas vivenciadas pelo país, respondendo à crescente necessidade de qualificação e especialização da força de trabalho (Borges *et al*, 2023).

A trajetória da pós-graduação no Brasil está intrinsecamente ligada às transformações históricas e sociais da sociedade brasileira e ao desenvolvimento da educação como um todo. No início do século XX, o país ainda não contava com cursos de pós-graduação, o que levava

indivíduos das classes mais abastadas para buscar formação avançada no exterior. As primeiras instituições de ensino superior no Brasil remontam ao início do mesmo século (Martins, 2018).

Nesse contexto, surgiram importantes organizações científicas e educacionais que evoluíram para o avanço da ciência e da educação no país. Em 1916, foi criada a primeira sociedade científica brasileira, a Academia Brasileira de Ciências, e, em 1949, foi fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ambas distintas para o desenvolvimento e a promoção da pesquisa científica. Além disso, em 1924, surgiu a Associação Brasileira de Educação (ABE), reforçando o papel central da educação no progresso social e científico do Brasil (Borges *et al*, 2023).

Entre 1930 e 1932 houve uma reestruturação significativa na educação superior no Brasil com o objetivo de criar condições para o surgimento de universidades dedicadas tanto para o ensino quanto para a pesquisa. Nesse contexto, em 1931, foi publicado o Estatuto das Universidades Brasileiras, documento que distribuía as bases para a estruturação do sistema universitário no país, consolidando um marco importante para o desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa científica no Brasil (Fausto, 2013).

O Decreto nº 21.231, de 18 de julho de 1946, introduziu o Estatuto da Universidade no Brasil, marcando pela primeira vez em que o termo "pós-graduação" foi oficialmente utilizado. De acordo com o artigo 71 do estatuto, o ensino superior foi dividido em várias categorias: cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização, extensão, mestrado e doutorado. Essa foi uma tentativa inicial de regulamentos da pós-graduação no país, embora suas definições fossem vagas, compreendendo a pós-graduação em um sentido predominantemente *lato* (Santos, 2023).

No final da década de 1940, o Brasil já possuía uma comunidade de pesquisa consolidada, o que levou o governo federal, em 1949, a criar o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da energia nuclear no país. Em 1951, foi instituído o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), destinado principalmente a financiar esse projeto. No entanto, com o insucesso no desenvolvimento da energia nuclear, o CNPq manteve-se como uma instituição de pouca relevância e com recursos limitados até sua reestruturação ao final da década de 1970 (Schwartzman, 2022).

A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951, também representa um marco fundamental nesse processo, pois estabeleceu diretrizes para a formação de recursos humanos qualificados, essenciais para atender às demandas do mercado de trabalho e do desenvolvimento científico e tecnológico do país

(CAPES, 2023). A CAPES teve um papel fundamental na articulação entre as universidades e as necessidades do setor produtivo, promovendo a formação de mestres e doutores que pudessem contribuir para a inovação e a competitividade nacional.

Tanto a CAPES quanto o CNPq, embora seguindo caminhos distintos, no entanto, complementares, assumem um papel fundamental na formação de pesquisadores e docentes de alto nível. A CAPES destaca-se pelo suporte essencial às instituições e PPGs, enquanto o CNPq concentra seus esforços no fomento direto aos e no desenvolvimento de pesquisadores de linhas de pesquisa dentro das instituições (Cury, 2020).

Assim, a partir da década de 1960, o Brasil começou a implementar políticas que visavam à expansão e à qualificação da educação superior, com ênfase na pós-graduação. Conforme destaca Cury (2020), a institucionalização da pós-graduação no Brasil foi consolidada com a promulgação do Parecer/CAPES nº 977/65, que definiu os parâmetros para a criação de programas de mestrado e doutorado. Este parecer não apenas regulamentou a estrutura dos cursos, mas também enfatizou a importância da pesquisa como componente essencial da formação acadêmica, promovendo a articulação entre ensino e investigação (Cury, 2020).

Martins (2018) menciona que a Reforma Universitária de 1968 foi um marco importante na modernização do sistema educacional brasileiro. Essa reforma reorganizou a estrutura das universidades, enfatizou a importância da pesquisa e da formação de docentes qualificados, e se concentrou na pós-graduação como um dos pilares fundamentais para o avanço acadêmico e científico do país. Nesse contexto, a criação de programas de mestrado e doutorado surgiu como uma resposta à necessidade de formar profissionais capacitados, capazes de atender às demandas de um mercado de trabalho em transformação e contribuir para a produção de conhecimento (Martins, 2018).

Nesse contexto, a Reforma Universitária representa o início da criação do sistema de cursos de pós-graduação no Brasil, estabelecendo diretrizes fundamentais para a qualificação docente e o avanço da produção científica. Entre suas determinações, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária, definiu que a admissão e promoção de professores nas universidades deveria basear-se em sua titulação e produção científica. Além disso, incentivou a ampliação progressiva de professores contratados em regime de especialização exclusiva (Schwartzman, 2022).

Complementando essas mudanças, o Decreto-Lei nº 465, de 11 de fevereiro de 1969, determinou que todos os professores assistentes de universidades federais deveriam possuir título de mestre, concedendo um prazo de seis anos para essa adequação, e que os cargos de

professor adjunto e titular era ocupado exclusivamente por doutores. Essas medidas evidenciaram a preocupação em alinhar a qualidade da educação superior ao desenvolvimento científico e tecnológico do país (Santos, 2023).

Na década de 1970, iniciativas complementares foram desenvolvidas para consolidar o sistema de pós-graduação, principalmente na área de ciência e tecnologia. Por meio do Ministério do Planejamento e de suas agências, como o CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), foram criados programas e políticas de incentivo à pesquisa. Nesse contexto, o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento foi realizado na criação da Comissão Permanente do Regime do Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (Concretide), que teve papel fundamental na operacionalização das mudanças e na implementação das novas diretrizes no sistema universitário brasileiro (Schwartzman, 2022).

A partir da década de 1970, com uma pós-graduação já em processo de institucionalização e uma estrutura mais consolidada, o governo federal deu um passo significativo ao sugerir, em 1973, a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPG). Essa proposta se concretizou em 4 de janeiro de 1974, com a publicação do Decreto nº 73.411, que oficializou o (CNPG) como órgão responsável por coordenar nacionalmente as atividades de pós-graduação e desenvolver um plano estratégico para sua expansão (Cury, 2020). O CNPG foi encarregado de elaborar o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG), cujo objetivo principal era focar na expansão da pós-graduação ao desenvolvimento social e econômico do país. O plano enfatizou a formação de docentes modificados e estruturou um sistema integrado de pesquisa e ensino, fortalecendo a conexão entre as universidades e as demandas da sociedade (Santos, 2023).

A elaboração dos Planos Nacionais de Pós-Graduação no Brasil desempenhou um papel essencial na expansão e coordenação da oferta de cursos em diversas áreas do conhecimento. Esses planos foram fundamentais para garantir a qualidade e a relevância dos PPGs, promovendo uma integração sólida entre ensino e pesquisa nas universidades (Martins, 2018). Nesse contexto, a pós-graduação se tornou um espaço estratégico para a formação de pesquisadores e a produção de conhecimento científico, contribuindo para a modernização do ensino superior e fortalecendo a posição do Brasil no cenário acadêmico internacional.

A partir da década de 1990, a introdução de novas diretrizes e o aumento do financiamento para a pesquisa contribuíram para o crescimento da pós-graduação no Brasil, tanto em número de programas quanto em qualidade. A avaliação sistemática dos cursos realizados pela Capes teve um impacto relevante nesse avanço, ao promover a melhoria

contínua das instituições, estabelecendo uma cultura de excelência acadêmica e promovendo a produção de conhecimento integrada às necessidades da sociedade (Cavalcanti; Guerra, 2020). Assim, a pós-graduação passou a ir além de atender às demandas do mercado, consolidando-se como um espaço de reflexão crítica e de formação de profissionais engajados na transformação social.

Entretanto, a consolidação da pós-graduação no Brasil envolveu diversos desafios ao longo de sua trajetória. A dependência de recursos financeiros, muitas vezes instáveis, e a necessidade de suporte contínuo para a pesquisa e a formação de grupos foram questões recorrentes. A ausência de financiamento adequado e a precariedade no emprego de docentes e técnicos representaram obstáculos significativos para o fortalecimento de um sistema de pós-graduação robusto e sustentável (Cury, 2020).

Além disso, o avanço da globalização e a crescente interatividade no campo do conhecimento impuseram novas demandas à formação de mestres e doutores, que aplicam seus conhecimentos adquiridos não exclusivamente na comunidade acadêmica. O acesso à literatura científica e às inovações tecnológicas transcende as publicações locais, inserindo-se em um contexto global que exige uma formação acadêmica conectada a essa realidade (Cury, 2020). Nesse sentido, a pós-graduação no Brasil não deve apenas atender às demandas internas, mas também se alinhar às tendências e avanços internacionais, garantindo a autonomia do país em ciência e tecnologia.

A institucionalização da pós-graduação, portanto, não pode ser vista apenas como um processo de criação de cursos e programas, mas como um esforço abrangente para transformar a educação superior em um pilar do desenvolvimento nacional. A relação entre a pós-graduação e o desenvolvimento econômico e social do Brasil é evidente, visto que a qualificação de recursos humanos se tornou essencial para contribuir para o avanço tecnológico e a inovação. Além de responder às exigências do mercado de trabalho, a pós-graduação exerce uma função estratégica na consolidação de uma cultura de pesquisa e na promoção do desenvolvimento sustentável do país (Martins, 2018).

2.2 MESTRADO PROFISSIONAL NO BRASIL

O mestrado profissional no Brasil surgiu como uma resposta às demandas do mercado de trabalho e à necessidade de formação de profissionais capacitados para enfrentar desafios práticos em suas áreas de atuação. A sua criação foi impulsionada pela crescente complexidade das questões sociais, organizacionais e tecnológicas que exigiam uma formação que integrasse teoria e

prática, permitindo que os profissionais aplicassem conhecimentos científicos em contextos reais (Souza, 2024).

No Brasil, a Pós-Graduação teve sua estruturação definida com base no imprescindível Parecer Sucupira nº 977/65, aprovado em 03 de dezembro de 1965, redigido pelo Prof. Newton Sucupira, considerado patrono da pós-graduação no país (Brasil a, 1965), a partir da solicitação do então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, para definir a natureza dos cursos de pós-graduação e regulamentação do artigo 69 da Lei de diretrizes bases. Neste parecer o relator destaca que o sistema de cursos da pós-graduação, da época de 1960 até à atualidade, deve se impor e ser difundido em todos os âmbitos nacionalmente, devido ao progresso dos setores e áreas do conhecimento (Hetkowski, 2018).

O Parecer Sucupira também abordou diferentes formatos de mestrado e doutorado praticados ao redor do mundo, incluindo o modelo profissional adotado nos Estados Unidos. Contudo, esse formato não foi incluído na estruturação inicial da pós-graduação brasileira. A regulamentação do mestrado profissional começou a tomar forma na década de 1990, quando o Brasil passou por um processo de reestruturação de sua educação superior. Apenas 30 anos após a regulamentação inicial, o MP foi instituído no Brasil pela Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995, da CAPES, marcando uma importante mudança no sistema de pós-graduação brasileiro (Hetkowski, 2018).

A Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, revogou a Portaria nº 47 e reconheceu oficialmente os MPs, estabelecendo diretrizes claras para a criação e funcionamento desses programas. Essa regulamentação orienta os MPs como cursos específicos à formação de profissionais capacitados para atuar em áreas definidas, integrando o conhecimento científico e tecnológico. Além disso, enfatiza a necessidade de elaboração de um produto final diretamente relacionado a um problema real da área de atuação do aluno, promovendo a aplicação prática do conhecimento adquirido ao longo do curso (Brasil, 1998).

A regulamentação do MP começou a se consolidar, impulsionada pela percepção da CAPES sobre a necessidade de diversificar as modalidades de pós-graduação. Em 2005, a CAPES publicou o documento *Diretrizes para a criação de programas de MP*, que definia os princípios e objetivos dessa nova modalidade (Souza, 2024).

Em 2009, a Portaria nº 17/2009 definia o MP como uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* que tem como objetivo proporcionar:

> I - a capacitação de pessoal para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, por meio da incorporação do método científico, habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação; II - a formação de profissionais qualificados pela apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos; III - a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicar os mesmos, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada e a proposição de inovações 24 e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas específicos (Brasil, 2009, art. 3º).

A regulamentação formal do MP ocorreu com a publicação da Portaria MEC nº 389, de 23 de março de 2017, que estabeleceu diretrizes para a criação e funcionamento dos programas de mestrado e doutorado profissional. Essa portaria definiu objetivos claros, como a capacitação de profissionais para a prática avançada, a transferência de conhecimento para a sociedade e a promoção da articulação entre a formação profissional e as demandas do mercado. Além disso, a Portaria CAPES nº 60, de 2019, complementou essas diretrizes, reforçando a importância da pesquisa aplicada e da inovação nos programas de mestrado profissional (Souza, 2024).

Com essa regulamentação, o MP se consolidou como uma modalidade de formação que não apenas atende às exigências do mercado, mas também contribui para a inovação e o desenvolvimento de soluções práticas para os desafios enfrentados em diversas áreas. Essa abordagem tem se mostrado eficaz na formação de profissionais que, além de possuírem um sólido embasamento teórico, são capazes de aplicar esse conhecimento de maneira crítica e criativa em suas práticas profissionais, promovendo, assim, um impacto positivo na sociedade (Cunha, 2024).

Romão (2016) confirma que, antes da introdução dos MPs, a história da pós-graduação brasileira era composta unicamente pelo mestrado, sem adjetivações, caracterizada pela produção de conhecimento teórico/acadêmico. Com o surgimento dos MPs, o mestrado tradicional passou a ser graduado Mestrado Acadêmico (MA), estabelecendo uma distinção clara entre as modalidades. Essa diferenciação enriqueceu e fortaleceu a contemporaneidade da pós-graduação *stricto sensu*, ampliando seu alcance e diversificação.

Nesse sentido, é importante estabelecer critérios que diferenciam o mestrado profissional do acadêmico, reforçando seu papel na formação de profissionais capazes de aliar teoria e prática. Para ser classificado como um MP, o curso deve priorizar a capacitação para a resolução de problemas reais e a geração de soluções inovadoras em suas áreas de atuação.

Nesse contexto, para ser classificado como um MP de acordo com Paixão e Bruni (2013, p. 283), o curso deveria:

> a) possuir uma estrutura curricular que articulasse o ensino com a aplicação profissional; b) ter uma duração mínima de um ano; c) ter no seu quadro docente uma maioria de doutores, porém com uma parcela a ser constituída de profissionais de qualificação e experiência inquestionáveis; d) ter condições de trabalho e carga horária compatíveis com o curso, sendo admitido o regime de dedicação parcial; e e) ter um trabalho final de curso, mantendo as mesmas opções da portaria anterior, ressaltando, porém, a necessidade de o aluno demonstrar a capacidade de expressar-se lucidamente sobre o tema.

Para André e Princepe (2017), o MA e o mestrado profissioanl apresentam diferenças marcantes em seus objetivos e enfoques. Enquanto o mestrado acadêmico se dedica à pesquisa e à produção de conhecimento teórico, resultando em uma dissertação que contribui para o avanço do saber na área, o MP concentra-se na aplicação prática do conhecimento. Seu objetivo principal é formar educadores e profissionais capazes de promover mudanças significativas em seus campos de atuação. Nesse contexto, o trabalho final do MP frequentemente envolve projetos ou orientações voltadas para a resolução de problemas específicos da prática, integrando teoria e prática de maneira direta e aplicada (André; Princepe, 2017).

A implementação e manutenção de programas de MPs no Brasil enfrentaram diversos desafios, tanto no âmbito institucional quanto acadêmico. Do ponto de vista institucional, destaca-se a necessidade de infraestrutura adequada, recursos humanos melhorados e financiamento suficiente para garantir a qualidade dos programas. No campo acadêmico, há a exigência de desenvolver currículos alinhados às demandas do mercado de trabalho, além de definir linhas de pesquisa que atendam às necessidades da sociedade e do setor produtivo. Esses desafios, entretanto, representam também oportunidades de inovação e desenvolvimento. Parcerias estratégicas com o setor produtivo, projetos de pesquisa aplicada e o impacto na comunidade acadêmica são exemplos de caminhos para superar as adversidades e maximizar os benefícios dos MPs (Fialho; Hetkowski, 2017).

Essas colaborações permitem às instituições acessar recursos financeiros, expertise técnica e oportunidades de emprego, enquanto as empresas e organizações se beneficiam de inovações e soluções desenvolvidas pelos estudantes. Essa relação colaborativa fortalece a interação entre a academia e o mercado de trabalho, criando um ambiente propício para o aprendizado prático e a troca de conhecimentos especializados (Zaidan; Ferreira; Kawasaki, 2018). Além disso, essas parcerias ampliam as possibilidades de aplicação do conhecimento em cenários reais, reforçando a relevância dos MPs para o desenvolvimento socioeconômico.

Ainda, os MPs exercem um papel estratégico no desenvolvimento regional e nacional. Ao formar profissionais altamente desenvolvidos e promover a inovação, esses programas são estratégicos para o crescimento econômico e para a redução das desigualdades regionais. Além de melhorar a competitividade das empresas, os MPs ajudam a melhorar processos, desenvolver novos produtos e serviços e fomentar a sustentabilidade (Savegnago *et al*, 2022). Assim, mesmo diante dos desafios, os MPs se consolidam como instrumentos de transformação e progresso no contexto da pós-graduação brasileira.

Os MPs representam uma nova abordagem na pós-graduação *stricto sensu* em educação. Eles ampliam o escopo tradicionalmente acadêmico, que historicamente se concentrava na formação de professores para a carreira universitária, para incluir também a formação de profissionais voltados para a educação básica e outros setores profissionais, tanto públicos quanto privados (Castro Neto; Pereira; Pontes, 2024).

Os programas profissionais na área da educação nas IES públicas têm um papel de suma importância na qualificação profissional e no desenvolvimento socioeconômico do país. Eles contribuem para o aumento da empregabilidade dos egressos, oferecendo uma formação prática e alinhada às demandas do mercado de trabalho. Consoante, o perfil do egresso nos MPs deve ter como característica a capacidade de intervenção tecnicamente habilitada e cientificamente qualificada em determinada área do conhecimento humano (Romão, 2016).

Diante do panorama inovador dos PPGs, o crescimento dos MPs no Brasil tem sido expressivo. Em 1999, havia apenas quatro cursos registrados. Esse número aumentou para 62 em 2003, alcançou 184 programas reconhecidos em 2007 e chegou a 338 em 2011. Embora os MPs tenham sido desenvolvidos com foco na capacitação profissional, as exigências e regulamentações aplicáveis seguem os mesmos padrões dos programas científicos.

Até 2016, o portal da CAPES registrou 574 MPs no Brasil, com 63 programas na área de Ensino e 38 na área de Educação. Esse número cresceu para 767 em 2018, dos quais 81 estavam na área de Ensino e 46 na área de Educação. Já em 2022, o total de MPs chegou a 1.012, representando 20% dos PPGs em funcionamento no país. Na área de Ensino, destacam-se os 173 Programas de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), dos quais 44, que comparado a 25,43%, oferecem MPs em Educação (BRASIL, 2023).

O crescimento dos MPs é destacado por Castro Neto, Pereira e Pontes (2024), que consolida os dados apresentados no Quadro 01, evidenciando a expansão significativa dessa modalidade ao longo dos anos.

Quadro 1 − Evolução da oferta de PPGs *stricto sensu* por nível/modalidade, Brasil, 2013- 2022

Programa de Pós-graduação	2013	2016	2017	2020	2022	Tx. Crescimento 2013-2022
Mestrado acadêmico	976	1.298	1.367	1.282	1.226	26%
Doutorado acadêmico	55	76	82	78	86	56%
ME/DO* acadêmico	2.050	2.107	2.144	2.356	2.566	25%
Mestrado profissional	487	705	753	800	807	66%
Doutorado profissional				2	4	300%
ME/DO* profissional			1	41	88	8700%
Total	3.568	4.186	4.347	4.559	4.777	34%

Fonte: Castro Neto, Pereira e Pontes (2024).

Os dados apresentados no Quadro 01 evidenciam uma transformação no panorama da pós-graduação brasileira, com os MPs assumindo um papel cada vez mais relevante no atendimento às necessidades do mercado e na diversificação da formação *stricto sensu*. Isso reflete tanto as políticas de incentivo da CAPES quanto a demanda crescente por profissionais capacitados para atuar em contextos práticos e complexos.

A evolução dessa transformação também pode ser observada na Figura 1, que apresenta o crescimento histórico dos MPs no Brasil entre 2013 e 2022.

Figura 1 − Evolução Histórica dos Mestrados Profissionais no Brasil

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

É possível evidenciar, na Figura 1, o crescimento contínuo dessa modalidade entre 2013 e 2022, conforme dados da Plataforma Sucupira (2024). O número total de MPs apresentou uma trajetória ascendente, passando de 487 em 2013 para 873 em 2021, com uma redução leve para 852 em 2022, o que pode indicar um momento de ajuste ou consolidação da oferta.

Nas áreas de Ensino e Educação, o crescimento também foi significativo. A área de Ensino registrou um aumento de 52 programas em 2013 para 92 em 2022, destacando-se como uma das principais dentro da modalidade. Já a área de Educação teve um crescimento de 22 programas em 2013 para 51 em 2022, reafirmando sua relevância no cenário dos MPs e sua contribuição para a formação prática e aplicada de profissionais.

O ritmo de expansão dos MPs foi mais acelerado entre 2013 e 2019, período em que o número de programas cresceu de forma expressiva. Após 2019, observa-se uma desaceleração no crescimento, possivelmente reflexo de mudanças nas políticas de incentivo ou saturação em algumas áreas.

De maneira geral, o total de MPs passou de 487 para 852 no período analisado, consolidando sua importância como uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Esse crescimento reflete uma resposta às demandas por formação prática e especializada, alinhando a oferta educacional às necessidades do mercado de trabalho. Assim, os MPs se firmam como uma alternativa estratégica à formação acadêmica tradicional, com destaque especial para áreas como Ensino e Educação.

2.3 MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O DESENVOLVIMENTO DO PPGAES NA UFPB

O MP em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) da UFPB surgiu em resposta à demanda crescente por formação avançada na área de gestão educacional e políticas públicas. Sua criação ocorreu em um contexto marcado por desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior, relacionados à qualidade e à eficácia de suas práticas administrativas e pedagógicas (Cunha, 2024).

A história do PPGAES remonta a um contexto em que a educação superior no Brasil enfrentava desafios significativos, como a necessidade de modernização e a busca por qualidade na gestão educacional. Em resposta a essas demandas, o programa foi estruturado para proporcionar uma formação *stricto sensu* na modalidade de MP, alinhando-se às diretrizes da CAPES e às necessidades do mercado de trabalho (Souza, 2024).

A autorização para a criação do curso foi concedida em 22 de maio de 2012, por meio da Resolução nº 05 do Conselho Universitário (Consuni) da UFPB. Inicialmente denominado Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação, o programa teve sua estrutura acadêmica regulamentada pela Resolução nº 12/2012 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). O Artigo 2º desta resolução formalizou a estrutura acadêmica do programa, consolidando as bases legais para seu funcionamento.

O PPGAES foi criado com o propósito inicial de preencher uma lacuna na formação *stricto sensu* dos servidores TAEs das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Estado da Paraíba. O programa desempenha um papel fundamental na capacitação técnica e teórica de seus participantes, qualificando profissionais para enfrentar os desafios específicos da gestão educacional no contexto das IFES. Dessa forma, o PPGAES contribui para o fortalecimento da governança e para o aprimoramento das políticas públicas externas à educação superior.

Em 2021, o programa passou por uma reestruturação e foi renomeado para "Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior" – PPGAES, de acordo com a Resolução nº 14/2021 do CONSEPE. Essa atualização visou atender às necessidades de modernização acadêmico-administrativa e reforçar o compromisso do programa com a qualidade da formação oferecida (Souza, 2024).

O curso tem como objetivo principal preparar servidores técnico-administrativos em educação (TAEs), oferecendo uma formação teórica sólida em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior. Além disso, busca fomentar a reflexão crítica, a produção de conhecimento e a socialização de projetos inovadores com relevância social. O programa visa beneficiar não apenas os próprios servidores TAEs, mas também as instituições de ensino e a sociedade em geral, promovendo uma integração abrangente entre os diferentes atores envolvidos no processo educacional.

Buscando integrar o conhecimento acadêmico às habilidades práticas, o PPGAES tem permitido que os discentes apliquem o aprendizado diretamente em suas realidades profissionais. Desde sua criação, o programa tem se dedicado a proporcionar aos alunos o desenvolvimento de competências essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão educacional.

O PPGAES é vinculado ao CE da UFPB e conta com um corpo docente qualificado, composto por professores permanentes e colaboradores que atuam em duas linhas de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior; e Avaliação e Financiamento da Educação Superior. O programa oferece um currículo que inclui disciplinas obrigatórias e

optativas, permitindo que os alunos personalizem sua formação de acordo com suas áreas de interesse e atuação (Souza, 2024). Dessa forma, o PPGAES se consolida como um espaço de formação que combina excelência acadêmica com impacto prático.

Desde sua implementação, o PPGAES tem contribuído significativamente para a formação de gestores e especialistas que atuam em diversas esferas da educação superior, tanto em instituições públicas quanto privadas. Através de uma metodologia que valoriza a pesquisa aplicada e a produção de conhecimentos técnicos e tecnológicos, o programa tem gerado produtos que impactam diretamente a gestão educacional, promovendo melhorias e inovações nas práticas institucionais (Cunha, 2024).

O PPGAES, desde o início das suas atividades, tem se empenhado em realizar avaliações contínuas e autoavaliações, buscando sempre aprimorar a qualidade do ensino e da formação oferecida. Com um conceito de 4 na avaliação quadrienal (2017-2020) conduzida pela CAPES, o PPGAES se consolida como um programa de referência na formação de profissionais para a gestão e avaliação de políticas públicas na educação superior, contribuindo significativamente para a qualificação do setor educacional no Brasil (Souza, 2024).

Além disso, o PPGAES tem se empenhado em estabelecer parcerias com outras instituições e órgãos governamentais, ampliando sua rede de atuação e fortalecendo a troca de experiências e conhecimentos. Essa articulação tem sido fundamental para a consolidação do programa como um espaço de referência na formação de profissionais comprometidos com a qualidade da educação superior no Brasil (Cunha, 2024).

Ao longo dos anos, o PPGAES tem se adaptado às mudanças e desafios do cenário educacional brasileiro, buscando constantemente melhorias em sua estrutura curricular e metodológica. A exigência de um produto técnico ou tecnológico como parte dos requisitos para a obtenção do grau de mestre, compatível com as diretrizes de todos os MPs, evidencia o compromisso do programa em transformar o conhecimento acadêmico em soluções práticas, contribuindo diretamente para a resolução de problemas reais enfrentados pelos profissionais da área.

A Resolução Interna n. 03/2023, do Colegiado do Programa, alinhado às orientações do Grupo de Trabalho de Produção Técnica da CAPES (2019), regulamentou os procedimentos para a elaboração, apresentação, avaliação e publicação dos PTTs pelos discentes do PPGAES/CE/UFPB. Assim, os PTTs devem ser desenvolvidos com orientação docente e resultar em produtos tangíveis e úteis, sejam eles materiais, serviços ou processos. Esses produtos devem ter aplicação prática, serem instrumentos de utilidade mesmo que não

permanentes, e atender a demandas específicas, solucionando problemas identificados no âmbito das políticas públicas e da gestão educacional.

O Art. 4º da Resolução Interna n. 03/2023 sintetiza o objetivo dos PTTs, ao defini-los como produtos palpáveis e tangíveis, resultantes de pesquisas conduzidas sob orientação docente, e alinhadas às diretrizes do documento da Área 38 - Educação da CAPES (Grupo de Trabalho, 2019). Esse enfoque ressalta a função estratégica do PTT em unir o rigor acadêmico à aplicação prática, consolidando a relevância do MP no contexto educacional e social.

Assim, no capítulo a seguir abordaremos sobre os impactos nos programas de pós-graduação dos produtos educacionais e tecnológicos.

3 PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS: PRODUÇÃO, OBSTÁCULOS E IMPACTOS NOS PROGRAMAS DEPÓS-GRADUAÇÃO

Este capítulo explora a definição, classificação e importância dos PTTs nos mestrados profissioanais, destacando seu impacto prático e contribuição para a inovação educacional e o desenvolvimento socioeconômico. São considerados os principais desafios na elaboração desses produtos, além da necessidade de melhorar a avaliação, regulamentação e integração ao processo de pesquisa. Por fim, o capítulo ressalta o papel dos PTTs na transferência de conhecimento e na formação profissional aplicada, evidenciando seu potencial transformador na educação e na sociedade.

3.1 PRODUTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Os produtos tecnológicos, conforme definidos pela CAPES, abrangem processos e produtos que podem ser aplicados em contextos reais de ensino, seja como protótipos ou em caráter experimental. Eles são frutos de pesquisa aplicada e devem possuir identidade própria, ou seja, serem independentes da dissertação, mas passíveis de replicação e de aplicação prática em diferentes cenários educacionais (Brasil, 2017). Esses produtos têm como objetivo atender às demandas do ensino e da aprendizagem, promovendo inovação, acessibilidade e engajamento por meio de soluções tecnológicas e metodológicas.

Os PTTs surgem como um elemento central no contexto do MP, diferenciando-se das produções acadêmicas tradicionais pelo seu caráter aplicado. Enquanto o MA foca na pesquisa teórica e no avanço do conhecimento científico, o MP tem como objetivo principal formar profissionais capacitados para aplicar esse conhecimento na resolução de problemas específicos em suas áreas de atuação (André; Princepe, 2017). De acordo com André e Princepe (2017), o trabalho final nos MPs prioritários projetos que resultem em mudanças concretas, destacando seu compromisso com a aplicação prática do conhecimento. Nesse contexto, os PTTs simbolizam uma integração efetiva entre teoria e prática, concretizando-se em soluções inovadoras e relevantes para enfrentar os desafios do cotidiano profissional.

Nesse sentido, Souto (2023) complementa que, esse movimento ganhou força especialmente a partir da década de 1990, com a expansão dos programas de mestrado e doutorado, notadamente os MPs. Nessa época, buscou-se superar a limitação das pesquisas à produção de conhecimento teórico, promovendo uma integração mais eficaz entre a academia e o mercado de trabalho. Assim, os PTTs passaram a desempenhar um papel fundamental

para garantir que os resultados das pesquisas envolvessem aplicabilidade prática, gerando produtos e soluções que puderam ser utilizados em contextos reais e contribuíram para o desenvolvimento de diversas áreas (Souto, 2023).

Este direcionamento é reforçado pela Portaria nº 17/2009 da CAPES, que define diferentes possibilidades para o trabalho final do MP, especificando que ele deve estar diretamente relacionado a um problema real da área de atuação do aluno-profissional. Entre os formatos possíveis, a portaria elenca:

> [...] dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES (CAPES, 2009, art. 7º, § 3º).

A compreensão desse contexto é ampliada pela definição formal dos PTTs, conforme descrito pelo Grupo de Trabalho (Brasil, 2019). Segundo o grupo, um PTT é um resultado tangível proveniente de uma atividade acadêmica, seja docente ou discente, podendo ser desenvolvido de forma individual ou coletiva. Por outro lado, um serviço é caracterizado como um conjunto de operações ou atividades cujo resultado é intangível, exigindo a presença simultânea do credor e do cliente durante sua execução. Já um processo ou atividade é definido como um conjunto de tarefas de trabalho, que pode ser realizado individualmente ou em grupo, sendo o próprio autor ou executor ou destinatário final do processo (Brasil, 2019).

De acordo com o Grupo de Trabalho da CAPES (Brasil, 2019) os produtos técnicos devem ser projetados de forma para permitir sua replicação por outros profissionais, contribuindo para a disseminação de práticas pedagógicas e resultados de pesquisa. Essa característica reforça seu papel como ferramentas de impacto no âmbito educacional e acadêmico, seja por meio da ampliação do acesso ao conhecimento, da inovação metodológica, ou pelo fortalecimento de práticas de ensino.

O Quadro 02 ilustra diferentes categorias de PTTs reconhecidos pela CAPES na área da Educação, evidenciando sua diversidade e aplicações práticas. Esses produtos, descritos

como mídias educacionais, protótipos, materiais textuais e interativos, entre outros, utilizam tecnologias variadas, como software, métodos educacionais e eventos, para alcançar objetivos específicos, como ampliação do acesso ao aprendizado, melhoria na compreensão prática, e inovação em práticas de ensino.

Quadro 2 − Descrição dos Produtos Técnicos Tecnológicos (PTT) da Área da Educação da CAPES

Produto Técnico e Tecnológico (PTT)	**Área de Aplicação**	**Tecnologia Utilizada**	**Impacto na Comunidade Acadêmica**
Mídias educacionais (vídeos, simulações, animações, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais, etc.)	Educação	Software	Ampliação do acesso e aprendizado
Protótipos educacionais	Atividades Experimentais	Materiais experimentais	Melhoria na compreensão prática
Propostas de ensino (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, e etc.)	Educação	Métodos Educacionais	Inovação em práticas de ensino
Material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares)	Educação	Conteúdo Textual	Acesso a materiais de apoio
Materiais interativos ((jogos, kits e similares)	Educação	Jogos e Kits	Engajamento e aprendizado lúdico
Atividades de extensão (exposições científicas, cursos de curta duração, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividade de divulgação científica e outras)	Educação/ Comunidade	Eventos	Divulgação e popularização do conhecimento
Desenvolvimento de aplicativos	Educação	Aplicativos	Ferramentas digitais de suporte
Organização de eventos	Educação	Eventos	Integração e troca de conhecimentos
Programa de rádio e TV	Mídia e Comunicação	Comunicação Audiovisual	Difusão de conteúdo educativo
Relatórios de pesquisa	Pesquisa	Relatórios	Documentação e disseminação de resultados de pesquisa

Patente (depósito, concessão, cessão e comercialização)	Pesquisa	--------	------
Serviços técnicos	Educação	Eventos	Assessoria, Consultoria, etc...

Fonte: Adaptado da Educação da CAPES (2019).

A classificação dos PTTs, conforme as diretrizes da CAPES, baseia-se em quatro parâmetros fundamentais que garantem a qualidade, a legitimidade, a aplicabilidade e a acessibilidade desses produtos. Esses critérios são essenciais para garantir que os PTTs, enquanto resultados de pesquisas acadêmicas, tenham impacto tanto no meio científico quanto na sociedade.

O primeiro parâmetro é a validação obrigatória, que exige que o produto seja submetido a uma avaliação por instâncias formais, como comitês especializados, órgãos de fomento ou bancos de dissertação. Em seguida, destaca-se o registro do produto, que estabelece sua vinculação a sistemas de informações nacionais ou internacionais. Esse registro pode incluir identificadores como ISBN, ISSN, ANCINE, domínios de internet, certificados de registro autoral, além de patentes e marcas submetidas ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A formalização do registro é fundamental para garantir a proteção e o reconhecimento do produto, além de facilitar sua disseminação em diferentes contextos.

O terceiro parâmetro é a utilização em sistemas estruturados, que evidencia a funcionalidade prática do produto ao demonstrar sua aplicação em setores estratégicos como educação, saúde, cultura, ou ciência, tecnologia e inovação. Por fim, o acesso livre é um aspecto essencial que amplia o alcance e a utilização dos produtos. Ele prevê que os PTTs estejam disponíveis em plataformas digitais, sejam redes abertas ou fechadas, repositórios institucionais, ou domínios governamentais em níveis locais, regionais ou federais. Essa acessibilidade permite que os produtos sejam utilizados por diferentes públicos, promovendo a democratização do conhecimento e facilitando sua integração em outros contextos educacionais e sociais.

A integração desses quatro parâmetros fortalece o papel dos PTTs no cenário acadêmico e social, garantindo sua validação, registro, aplicabilidade e ampla acessibilidade. Assim, o PTT não apenas documenta os avanços científicos, mas também transforma o conhecimento em ferramentas concretas que geram impacto significativo em diversas áreas.

De acordo com Pinheiro e Aires (2022), os PTTs foram introduzidos como uma forma de conectar a pesquisa acadêmica à prática profissional, permitindo que os alunos desenvolvam produtos educacionais com impacto direto no sistema educacional. Gonçalves *et al.* (2023), ampliam essa discussão ao definir os PTTs como soluções tangíveis ou intangíveis

resultantes de processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Essas soluções podem assumir diferentes formas, incluindo dispositivos físicos, protótipos, aplicativos de software, modelos teóricos e estratégias de gestão. O objetivo central dos PTTs é gerar valor prático e promover impacto positivo, seja por meio de novas tecnologias, processos otimizados ou soluções inovadoras para desafios específicos (Gonçalves *et al.*, 2023).

Esses produtos são frutos da aplicação de conhecimentos científicos e técnicas adquiridas durante a formação. Conforme destaca Castro Neto, Pereira e Pontes (2024), os PTTs nos MPs representam uma categoria distinta de resultados de pesquisa, marcada por sua natureza prática e aplicada. Desenvolvidos a partir da utilização do conhecimento acadêmico, os produtos têm como objetivo solucionar problemas concretos e atender às demandas do mercado, do setor público e da sociedade em geral. Ainda, Zaidan, Ferreira e Kawasaki (2018), enfatizam que o propósito central dos PTTs é oferecer soluções eficazes para problemas práticos, utilizando o conhecimento acadêmico de maneira inovadora e impactante. Savegnago *et al.* (2022) complementa que esses produtos resultam de um processo de pesquisa aplicada, que identifica necessidades específicas e desenvolve soluções inovadoras para atendê-las. Assim, os PTTs servem como uma ponte entre a academia e o mercado, promovendo a transferência de tecnologia e contribuindo para o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento de PTT está alinhado com as diretrizes do MEC, que incentiva a formação de profissionais capacitados para atuar em contextos reais, promovendo inovação e melhoria contínua nas organizações. Castro Neto, Pereira e Pontes (2024) contribuem ao destacar que uma característica essencial dos PTTs é sua identidade própria e independente da dissertação ou tese acadêmica. Embora possam estar relacionados ao trabalho de pesquisa realizado durante o curso de pós-graduação, esses produtos são distintos e devem ser reconhecidos como contribuições originais, com potencial para promover avanços significativos em diversas áreas do conhecimento.

Além disso, Zaidan, Ferreira e Kawasaki (2018) reforçam a importância de garantir a acessibilidade desses produtos, permitindo que pessoas com deficiência os utilizem de forma ágil e segura, seja de maneira integral ou parcialmente assistida. Os autores afirmam que, além da sua relevância na aplicação do conhecimento acadêmico para solucionar problemas reais e beneficiar empresas, organizações e comunidades, os PTTs impulsionaram a inovação e a competitividade, fortalecendo setores econômicos, promovendo inclusão social e redução de desigualdades regionais. Ainda, os PTTs oferecem aos estudantes de MPs a oportunidade de desenvolver competências práticas essenciais ao mercado de trabalho, como trabalho em equipe e gestão de projetos. Também atuam como ferramentas para a transferência de tecnologia e conhecimento entre academia e setor produtivo, fomentando parcerias estratégicas e promovendo a inovação aberta. Assim, os PTTs desempenham um papel

fundamental no desenvolvimento sustentável e na construção de uma sociedade mais equitativa, traduzindo o saber acadêmico em soluções concretas e impactantes.

A elaboração dos produtos educacionais é uma atividade de grande relevância para a área da educação, pois busca não apenas a produção de conhecimento científico, mas também a aplicação prática desse conhecimento no contexto educacional. Nesse sentido, os produtos educacionais representam uma forma de transferir o conhecimento gerado na academia para a prática pedagógica, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem (Leher, 2011).

3.2 PRINCIPAIS DESAFIOS NA CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS TÉCNICOS

A elaboração de produtos técnicos no âmbito dos MPs apresenta diversos desafios, sendo cinco deles especialmente destacados pelo Grupo de Trabalho da CAPES (Brasil, 2019). Esses desafios são importantes para garantir que os produtos técnicos cumpram sua função de promoção de impacto significativo e acessível em contextos acadêmicos e sociais. Eles evidenciam a complexidade e a responsabilidade inerente ao desenvolvimento de produtos técnicos no âmbito dos MPs. Os principais desafios incluem: linguagem, capacidade de replicação, internacionalização, disponibilidade e acessibilidade (Fialho; Hetkowski, 2017).

A linguagem diz respeito à necessidade de apresentar o conteúdo do produto educacional de forma clara, precisa e adequada ao público-alvo. Esse elemento inclui não apenas a qualidade visual e organizacional do material, mas também sua capacidade de ser intuitivo e receptivo, facilitando o engajamento dos usuários e assegurando uma compreensão eficaz por parte do público. Além disso, a linguagem deve ser adequada ao contexto educacional em que o produto será aplicado, consideradas as características e demandas específicas dos usuários internos e externos das IES (Castro Neto; Pereira; Pontes, 2024).

A capacidade de replicação refere-se ao potencial do produto educacional de ser reproduzido e aplicado por diferentes públicos e em variados contextos. Para alcançar ampla disseminação, é fundamental que o produto seja concebido de forma adaptável e facilmente implementável por outros profissionais de ensino, independentemente das particularidades de seus cenários de atuação. Para isso, é indispensável que os produtos educacionais sejam acompanhados de instruções claras e adicionais, forneçam orientações precisas para sua aplicação e utilização eficaz pelos usuários, garantindo sua relevância e acessibilidade em diferentes realidades educacionais.

A internacionalização é um aspecto essencial a ser considerado no desenvolvimento de produtos educacionais, pois consiste na possibilidade desses produtos serem replicados ou usados por públicos de outros países, independentemente das diferenças de língua e dos contextos educacionais em relação ao país de origem. Em um mundo cada vez mais globalizado, a capacidade de adaptação e alcance global amplia significativamente a relevância e o impacto desses produtos. Para que a internacionalização seja eficaz, é necessário planejamento e adaptação linguística e cultural, garantindo que os produtos atendam às necessidades e expectativas dos usuários em diferentes contextos. Isso inclui a visão da diversidade linguística e cultural do público-alvo, para garantir sua praticidade e aplicabilidade em cenários variados.

Dessa forma, ao serem concebidos com foco na inclusão global, os produtos educacionais ganham maior potencial de alcance e relevância, promovendo o compartilhamento de conhecimento em diferentes culturas e contribuindo para a educação em escala mundial.

A disponibilidade envolve a necessidade de tornar o produto acessível em redes, repositórios e plataformas digitais que possibilitem seu alcance pelo público-alvo. Essa característica é essencial para a divulgação e popularização do produto, garantindo que ele seja acessível de maneira ampla e prática. Por fim, a acessibilidade destaca-se como um elemento fundamental, enfatizando a importância de tornar o produto educacional utilizável para pessoas com deficiência, de forma autônoma e segura. Isso inclui adaptações totais quanto às assistências parciais, garantindo que as barreiras de uso sejam minimizadas para todos os públicos.

Esses desafios exigem esforços contínuos por parte dos pesquisadores e profissionais envolvidos na elaboração de produtos nos MPs, visando garantir sua eficácia, eficiência, efetividade, relevância e impacto na educação e na sociedade como um todo. No entanto, ainda que represente uma atividade complexa e multidimensional, é imprescindível que seja adequadamente executada, pois os produtos educacionais têm o potencial de transformar a prática pedagógica e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Embora os desafios acima citados sejam elementos fundamentais, a elaboração de produtos educacionais exige atenção especial a complexidades como a transferência do conhecimento para a prática. Conforme apontam Fialho e Hetkowski (2017), essa transferência apresenta obstáculos consideráveis. Entre os principais, destaca-se a complexidade e a natureza multidisciplinar do desenvolvimento de PTT, que frequentemente exige a colaboração de profissionais de diversas áreas, como engenharia, computação, design e administração. Além disso, o sucesso desses projetos exige um investimento significativo tanto em recursos humanos quanto financeiros, reforçando a necessidade de planejamento

cuidadoso e integração entre diferentes competências.

Além da complexidade e da multidisciplinaridade, André e Princepe (2017), destacam que outro desafio significativo na elaboração de PTT é garantir sua qualidade e segurança. Como muitos desses produtos são destinados ao uso público, é essencial que atendam aos padrões estabelecidos pelos órgãos reguladores. Isso exige uma avaliação rigorosa dos processos de produção e atenção especial aos aspectos relacionados à segurança do produto.

Zaidan, Ferreira e Kawasaki (2018) acrescenta que, mesmo após superar os obstáculos técnicos, surgem desafios relacionados à comercialização e inserção no mercado. Muitas vezes, mesmo com o desenvolvimento bem sucedido de um PTT, encontrar parceiros comerciais baratos para investir na produção e comercialização do produto pode ser difícil. Isso ocorre devido a fatores como falta de recursos financeiros, desconhecimento do mercado ou ausência de estratégias de marketing eficazes.

Para enfrentar essas barreiras, Gonçalves *et al.* (2023) sugerem estratégias práticas que podem auxiliar pesquisadores e estudantes. Entre elas, destaca-se a exploração de diferentes fontes de financiamento e o estabelecimento de parcerias estratégicas. Isso inclui a busca por bolsas de estudo, subsídios de pesquisa, doações de empresas e instituições governamentais, além de colaborações com outras universidades e centros de pesquisa. Além disso, é fundamental priorizar e otimizar o uso dos recursos disponíveis, focando nas áreas de maior impacto durante o desenvolvimento do projeto. Essas estratégias permitem uma melhor gestão de recursos, aumentando as chances de sucesso dos PTTs.

Apesar das diversas dificuldades envolvidas, Fialho e Hetkowski (2017), destacam que os PTTs desenvolvidos nos MPs possuem um grande potencial para gerar impactos positivos na sociedade. Esses produtos podem contribuir para o desenvolvimento econômico, criando empregos e fomentando a inovação em diferentes setores. Além disso, contribuem para a melhoria da qualidade de vida, ao oferecer soluções práticas e acessíveis para problemas do cotidiano.

Em resumo, os PTTs nos MPs representam uma aplicação concreta do conhecimento acadêmico em contextos práticos e reais. Apesar dos desafios inerentes ao seu desenvolvimento, eles têm a capacidade de promover avanços avançados, tanto na economia quanto na qualidade de vida das pessoas, além de transferência o progresso científico e tecnológico de maneira abrangente e transformadora.

3.3 PRODUÇÃO E IMPACTOS DOS PTTS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os estudos recentes sobre a produção de PTT em Programas de Pós-Graduação Profissionais (PPGPs) têm evidenciado a importância crescente desses produtos na formação de profissionais e no fortalecimento da inovação educacional. Os PTTs representam uma ponte entre a academia e a prática profissional, promovendo a aplicação direta do conhecimento em contextos reais (Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020; Moreira *et al.*, 2018). Essa abordagem permite que mestres e doutores formados em PPGPs contribuam para a solução de problemas concretos, transferindo tecnologia e conhecimento para a sociedade (Moreira *et al.*, 2018).

O crescimento dos PPGPs tem sido notável, superando o aumento dos MAs, conforme evidenciado pelo crescimento de 13,1% dos mestres profissionais em comparação com os 4,6% dos mestres acadêmicos entre 2010 e 2015 (Moreira *et al.*, 2018). Esse aumento reflete uma mudança na percepção da pós-graduação *stricto sensu*, que hoje engloba não apenas a formação de pesquisadores, mas também a qualificação de profissionais capazes de atuar em diferentes setores da sociedade (Castro Neto; Pereira; Pontes, 2024).

Um ponto relevante destacado nos estudos é a diversidade de formatos que os PTTs podem assumir, como materiais didáticos, softwares, sequências didáticas e programas de treinamento (Martins Neto; Souza, 2024). Essa diversidade, embora positiva, traz desafios significativos para a avaliação da qualidade e do impacto desses produtos (Rizzatti *et al.*, 2020). A CAPES tem promovido discussões e seminários para definir critérios mais claros e uniformes para a avaliação dos PTTs, o que é fundamental para consolidar a credibilidade e a relevância desses programas (Castro Neto; Pereira; Pontes, 2024).

A relevância da pesquisa aplicada é um ponto que une diversos autores, sendo considerada essencial para que o conhecimento produzido na academia seja transferido e aplicado de forma eficaz. Os PTTs permitem que o impacto da pesquisa seja amplificado, gerando benefícios diretos para a educação e outras áreas (Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020). Moreira *et al.* (2018) ressaltam que o desenvolvimento de produtos não deve ser encarado como uma simples aplicação de conhecimento, mas como um processo que envolve reflexão crítica e adaptação às necessidades dos diferentes contextos educacionais.

Os desafios enfrentados pelos PPGPs incluem a resistência de alguns setores da academia em aceitar os PTTs como produções equivalentes aos trabalhos acadêmicos tradicionais (Rizzatti *et al.*, 2020). Essa resistência é atribuída às diferenças entre as modalidades profissional e acadêmica e à formação predominante dos orientadores em programas acadêmicos (Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020). Essa discrepância é um fator que

dificulta a plena aceitação dos PTTs e exige mudanças estruturais e culturais para promover uma maior compreensão (Castro Neto; Pereira; Pontes, 2024).

A elaboração dos PTTs, por vezes, não ocorre de forma integrada ao processo de pesquisa, resultando em produtos desenvolvidos de forma apressada e com pouca conexão com as dissertações (Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020). Essa falta de integração pode comprometer a qualidade do PTT e limitar seu impacto. Para superar esse desafio, é necessária uma abordagem de orientação que considere o produto desde o início do processo de pesquisa (Moreira *et al.*, 2018; Martins Neto; Souza, 2024).

A prática de elaboração de PTT também está relacionada à necessidade de formação continuada e à interação entre teoria e prática. Nesse contexto, os programas de MP oferecem uma oportunidade única para que os alunos desenvolvam produtos que sejam ao mesmo tempo aplicáveis e fundamentados em pesquisa (Moreira *et al.*, 2018). A integração entre a pesquisa e a elaboração do PTT promove uma formação mais completa e relevante (Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020).

A importância dos PTTs se reflete também no impacto que eles têm na educação básica e no ensino superior. Produtos técnicos bem planejados e executados podem melhorar as práticas pedagógicas e incentivar uma abordagem mais reflexiva e crítica por parte dos professores (Rizzatti *et al.*, 2020). Estudos mostram que o desenvolvimento de PTT permite que professores identifiquem problemas reais em sua prática e busquem soluções inovadoras (Moreira *et al.*, 2018; Martins Neto; Souza, 2024).

Apesar dos avanços, ainda existem dificuldades na divulgação e no reconhecimento dos PTTs. O registro adequado desses produtos em sistemas como a Plataforma Sucupira é um desafio que limita a visibilidade e o impacto das produções (Rizzatti *et al.*, 2020). A falta de uma padronização clara para a classificação e avaliação dos PTTs também é apontada como um obstáculo significativo (Castro Neto; Pereira; Pontes, 2024).

As discussões sobre a regulamentação dos PTTs indicam a necessidade de um processo mais transparente e inclusivo. Seminários e grupos de trabalho organizados pela CAPES têm buscado estabelecer critérios que orientem a avaliação e validem a relevância desses produtos (Rizzatti *et al.*, 2020). Uma regulamentação mais clara e criteriosa pode ajudar a superar as resistências e promover o reconhecimento dos PTTs como elementos essenciais da pós-graduação profissional (Castro Neto; Pereira; Pontes, 2024).

Em resumo, os estudos analisados evidenciam que, embora a produção de PTT em PPGPs tenha avançado significativamente e contribuído para uma formação mais aplicada e inovadora, desafios permanecem. A necessidade de melhorar os processos de orientação, divulgar amplamente os produtos gerados e padronizar os critérios de avaliação é fundamental

para garantir a qualidade e o impacto social dos PTTs (Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020; Rizzatti *et al.*, 2020; Castro Neto; Pereira; Pontes, 2024).

Com base nas discussões apresentadas sobre os produtos educacionais e tecnológicos, no capitulo a seguir apresentaremos as normas da CAPES para a produção e avaliação dos PTTs.

4. NORMATIVAS DA CAPES PARA A PRODUÇÃO E AVALIAÇÃO DE PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

Embora a relevância dos PTTs seja amplamente reconhecida, a forma como esses produtos são avaliados ainda é objeto de discussão. Os programas profissionais de pós-graduações enfrentam diversas perspectivas e desafios, e é evidente que o debate sobre o papel e a posição dos PTTs continua em evolução.

A CAPES estabelece critérios para a avaliação dos PTTs, particularmente na área de Educação, por meio de sua ficha de avaliação. Um marco importante nesse contexto é o documento "Produção Técnica", elaborado em 2019 pelo GT de Produção Técnica, que propõe uma metodologia de avaliação aplicável a todas as áreas. Esse documento organiza os produtos desenvolvidos pelos PPGs em quatro eixos principais: Produtos e Processos, Formação, Divulgação da Produção e Serviços Técnicos (Brasil, 2019). Essa sistematização busca fornecer uma abordagem estruturada e abrangente para avaliar a contribuição e o impacto dos PTTs nos programas acadêmicos e no contexto profissional.

A regulamentação da produção e avaliação dos PTTs pelos PPGs no Brasil é essencial para garantir a relevância e a qualidade dos produtos gerados, alinhando-os às demandas sociais e educacionais contemporâneas. A CAPES desempenha um papel fundamental nesse processo, estabelecendo normativas que orientam a elaboração, execução e avaliação dos PTTs. Conforme destacado por Rizzatti *et al.* (2020), a CAPES enfatiza que os PPGs devem promover pesquisas aplicadas que transcendam o ambiente acadêmico, gerando impactos positivos na sociedade.

A Portaria Normativa MEC nº 17, de 2009, foi um marco inicial para a padronização da criação de cursos e para a regulamentação dos PPGs, destacando a importância de uma pesquisa que integre teoria e prática. Essa abordagem, como observado por Zihlmann e Mazzaia (2022), reflete a necessidade de produtos que não só apliquem teorias aprendidas, mas que efetivamente contribuam para a solução de problemas práticos, com intencionalidade e rigor metodológico.

A sistematização dos PTTs em quatro eixos avaliativos proposta pelo Grupo de Trabalho da CAPES (Brasil, 2019) representa um avanço na qualificação da produção dos programas de pós-graduação profissionais, especialmente na área da Educação. Essa categorização não apenas organiza a diversidade de produtos possíveis, como também estabelece parâmetros objetivos para sua análise, valorizando a articulação entre teoria e prática, a intencionalidade metodológica e a efetividade da intervenção proposta. O primeiro

eixo, "Produtos e Processos", engloba a elaboração de artefatos pedagógicos, metodologias inovadoras, práticas escolares sistematizadas ou processos de gestão educacional que busquem responder a problemas concretos enfrentados por instituições de ensino. Tais produtos devem ser construídos com base em referenciais teóricos consistentes, articulados a uma fundamentação metodológica adequada e, sobretudo, testados em contextos reais com evidências de aplicabilidade e impacto (Pinheiro *et al.*, 2023).

O segundo eixo, "Formação", refere-se à criação e execução de programas formativos voltados à qualificação de profissionais da educação, com base em princípios da formação continuada crítica e reflexiva. Isso pode incluir cursos de extensão, oficinas pedagógicas, tutoriais formativos, plataformas interativas ou sequências didáticas voltadas ao aprimoramento docente. A relevância desse eixo está em sua capacidade de promover transformações duradouras nas práticas educativas, ao fomentar o desenvolvimento profissional em consonância com os desafios cotidianos da docência.

Já o terceiro eixo, "Divulgação da Produção", abrange ações voltadas à democratização do conhecimento produzido, por meio de estratégias comunicacionais acessíveis e adequadas a distintos públicos. Isso inclui a produção de vídeos educativos, podcasts, portfólios, blogs científicos ou revistas de divulgação técnico-pedagógica, com linguagem clara e rigor conceitual. O objetivo é ampliar o alcance e a apropriação social dos saberes produzidos, contribuindo para a constituição de uma cultura científica e colaborativa nas comunidades escolares (Pinheiro *et al.*, 2023).

Por fim, o quarto eixo, "Serviços Técnicos", contempla intervenções de caráter especializado prestadas a instituições educacionais ou órgãos públicos, tais como consultorias, assessorias, pareceres técnicos ou diagnósticos institucionais fundamentados em evidências empíricas. A relevância científica desse eixo reside na sua capacidade de articular conhecimento acadêmico à resolução de problemas complexos de gestão e planejamento educacional, promovendo um retorno direto da universidade à sociedade. Ao institucionalizar esses eixos, a CAPES estabelece uma base estruturante que permite reconhecer, avaliar e valorizar a pluralidade de formas de produção científica e tecnológica nos programas profissionais, especialmente no campo educacional, reafirmando o compromisso da pós-graduação com a transformação social e a inovação pedagógica (Pinheiro *et al.*, 2023).

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar como os PTTs ultrapassam o espaço acadêmico e se integram de maneira concreta aos processos de gestão educacional, ampliando seu alcance e relevância prática. A integração dos PTTs aos processos de gestão educacional representa uma das dimensões mais relevantes da aplicabilidade dos conhecimentos produzidos nos Programas de Pós-Graduação Profissionais, especialmente na área da

Educação. Ao serem concebidos a partir de demandas concretas do cotidiano escolar e das políticas públicas educacionais, os PTTs assumem um papel estratégico no fortalecimento da gestão democrática, da tomada de decisões baseada em evidências e da promoção da equidade nas instituições educacionais. Conforme apontado por Cunha (2024), quando bem estruturados, os PTTs não apenas produzem conhecimento técnico-científico, mas também geram soluções viáveis, contextualizadas e sustentáveis para desafios enfrentados por gestores, coordenadores pedagógicos e redes de ensino.

Nesse sentido, os PTTs podem materializar-se como ferramentas que subsidiam o planejamento e a avaliação institucional, como por exemplo, sistemas de monitoramento de indicadores educacionais, plataformas de acompanhamento da aprendizagem ou modelos de autoavaliação institucional participativa. Essas iniciativas, ao serem implementadas em parceria com escolas ou secretarias de educação, fortalecem os processos decisórios ao oferecerem diagnósticos precisos e metodologias de intervenção alinhadas às metas educacionais. Além disso, tais produtos podem servir como base para a formulação e revisão de políticas públicas locais, promovendo a articulação entre universidade e sistemas de ensino, em consonância com os princípios da gestão pública orientada por resultados.

Outro aspecto de destaque diz respeito à contribuição dos PTTs na qualificação da formação continuada de professores. Muitos produtos desenvolvidos nos programas de MP visam estruturar percursos formativos inovadores, alinhados às necessidades reais dos docentes e contextualizados nas práticas pedagógicas. Esses produtos, ao incorporarem referenciais teóricos atualizados e metodologias ativas, contribuem para o desenvolvimento profissional docente, promovendo práticas mais reflexivas, críticas e eficazes. Assim, os PTTs se configuram como instrumentos potencializadores da transformação educacional, conectando a produção acadêmica com a melhoria efetiva das práticas de gestão, formação e políticas públicas no campo educacional.

A inserção dos PTTs nos processos de gestão educacional evidencia a necessidade de critérios avaliativos claros que assegurem sua legitimidade científica e aplicabilidade social. Para garantir a coerência entre a diversidade de formatos dos PTTs e os objetivos dos PPG, as normativas da CAPES vêm sendo aperfeiçoadas com o propósito de consolidar parâmetros que orientem sua produção, sistematização e avaliação. Essa evolução normativa busca responder à complexidade inerente aos produtos voltados à resolução de problemas educacionais reais, ao mesmo tempo em que estabelece padrões de qualidade técnica, metodológica e de aderência institucional. Nesse contexto, destacam-se os instrumentos de avaliação desenvolvidos pela CAPES, que visam promover uma análise mais uniforme, criteriosa e alinhada aos princípios da pesquisa aplicada, fortalecendo o papel dos PTTs como

articuladores entre conhecimento científico e transformação prática.

As normativas também evoluíram para incorporar instrumentos de avaliação que promova uma análise mais uniforme e criteriosa dos PTTs. A ficha de avaliação, mencionada por Zihlmann e Mazzaia (2022), é um exemplo de como a CAPES busca padronizar o processo avaliativo, assegurando que os produtos sejam julgados por critérios claros e objetivos. Essa padronização é fundamental para manter a homogeneidade na avaliação dos produtos desenvolvidos pelos programas.

A Resolução nº 1 de 2018, conforme analisado por Zaidan; Reis; Kawasaki (2020), reforça a articulação entre pesquisa e prática nos Mestrados Profissionais em Educação (MPEs). Essa resolução destaca que os PTTs devem responder a problemas reais do ambiente escolar e educacional, promovendo a inovação e a utilização de tecnologias educacionais. A importância da aplicabilidade dos produtos é central, como observado por Moreira *et al.* (2018), que ressaltam que os PTTs devem dialogar com as demandas sociais, refletindo um processo de pesquisa comprometido com a prática.

Os critérios de avaliação da CAPES incluem não apenas a qualidade técnica e científica, mas também a relevância social dos produtos, como apontado por Jorge, Sovierzoski e Borba (2017). Essa abordagem enfatiza a necessidade de produtos que promovam mudanças significativas nas práticas educacionais, garantindo que o conhecimento gerado na pós-graduação seja efetivamente aplicado em contextos educacionais reais. A CAPES incentiva a elaboração de produtos que sejam acessíveis e que possam ser compartilhados amplamente, como ressaltado pela crítica de que a visibilidade e a acessibilidade são fatores fundamentais para a disseminação de conhecimento.

A Plataforma Sucupira, mencionada por Jorge, Sovierzoski e Borba (2017), é uma ferramenta essencial para a transparência e a avaliação dos programas. Essa plataforma permite que os PPGs apresentem suas produções de forma transparente e facilita a comparação entre programas, contribuindo para a melhoria da qualidade acadêmica e para a formação de profissionais qualificados. Martins Neto e Souza (2024), reforçam que o uso de repositórios como o portal eduCAPES é fundamental para o acesso aberto aos PTTs, promovendo a troca de conhecimento.

A integração entre pesquisa e prática é destacada como essencial por diversos autores. Castro Neto, Pereira e Pontes (2024), argumentam que os PTTs devem ser elaborados com bases teóricas sólidas, mas com um foco prático que permita sua aplicação em contextos reais. Essa articulação entre teoria e prática é necessária para garantir que os produtos desenvolvidos atendam às necessidades emergentes do sistema educacional.

Os PTTs são um reflexo do compromisso dos PPGs com a formação de profissionais aptos a enfrentar os desafios da educação contemporânea. Conforme discutido por Martins Neto e Souza (2024), a CAPES busca promover a formação de educadores que possam aplicar de forma crítica e criativa o conhecimento adquirido, fortalecendo a ponte entre o acadêmico e o prático.

As normativas da CAPES também são flexíveis para permitir adaptações às demandas de cada programa, como apontado por Castro Neto, Pereira e Pontes (2024). Essa flexibilidade permite que os programas inovem e criem produtos que dialoguem com suas áreas de concentração. Rizzatti *et al.* (2020) destacam que essa capacidade de adaptação é essencial para manter a relevância dos PTTs em um contexto de constantes mudanças sociais e tecnológicas.

Desta maneira, as normativas da CAPES que regulamentam a produção e avaliação dos PTTs são essenciais para assegurar que os PPGs no Brasil formem profissionais competentes e comprometidos com a inovação educacional. Essa regulamentação não apenas padroniza a qualidade dos produtos gerados, mas também promove uma integração efetiva entre pesquisa e prática, como enfatizam Moreira *et al.* (2018) e Jorge, Sovierzoski e Borba (2017).

De acordo com Cunha (2024), as aplicações na educação relacionadas às normativas para a produção e avaliação dos PTTs têm um impacto importante na qualidade e relevância das práticas educacionais. As diretrizes estabelecidas pela CAPES orientam a elaboração de PTTs que não apenas atendem aos critérios de avaliação, mas também se alinham com as necessidades do mercado e contribuem para a melhoria da gestão da educação superior. No entanto, a predominância de produtos na categoria de "desenvolvimento de material didático" indica uma limitação na diversidade dos tipos de PTTs, o que pode restringir a inovação e a efetividade das intervenções educacionais. Portanto, a busca por uma maior variedade de aplicações é fundamental para promover avanços significativos na formação profissional e na gestão educacional (Cunha, 2024).

A avaliação e classificação dos PTTs depende do atendimento a quatro critérios principais: Impacto, Aplicabilidade, Inovação e Complexidade. Além disso, existe um atributo obrigatório aplicável a todos os tipos de produtos: a Aderência. Quanto a esse compromisso obrigatório, a CAPES (2020) ressalta que, para serem avaliados, os PTTs devem demonstrar aderência aos projetos desenvolvidos pelos docentes permanentes, bem como às linhas de atuação e pesquisa do programa. Caso contrário, o produto não será qualificável para avaliação.

No capítulo seguinte, apresentaremos nosso percurso metodológico desenvolvido, assim como o universo da amostra que foi desenvolvimento do grupo focal e a análise documental dos PTTs desenvolvidos no PPGAES.

5. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, são descritos os procedimentos adotados para a condução da pesquisa. Apresenta-se uma caracterização do estudo, a definição do universo e da amostra, bem como os instrumentos e técnicas utilizadas na coleta de dados. Por fim, detalha-se o processo de análise dos dados, garantindo uma compreensão clara e sistemática das etapas que sustentam os resultados obtidos.

a. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A presente pesquisa é classificada como qualitativa, uma vez que utiliza métodos que buscam compreender as percepções, opiniões e experiências dos participantes. Essa abordagem é evidenciada pelo uso de grupos focais, que possibilita a coleta de dados de forma interativa, permitindo uma análise detalhada. Uma abordagem qualitativa é essencial para explorar as nuances e os aspectos subjetivos envolvidos, proporcionando uma compreensão mais rica e abrangente das especificações em estudo (Gil, 2002).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. Busca-se descrever e explorar os PTTs desenvolvidos no âmbito do PPGAES/CE/UFPB, no período de 2019 a 2024, além de mapear seus impactos no contexto acadêmico, científico e social.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, por estar centrada em um contexto específico, com análise detalhada dos PTTs produzidos por discentes do programa. Além disso, trata-se de uma pesquisa documental, dado o uso de materiais como dissertações e os próprios PTTs para subsidiar as análises. Também é caracterizada como pesquisa de campo, uma vez que o grupo focal foi utilizado como estratégia para coleta de dados diretamente com os participantes envolvidos no desenvolvimento e aplicação dos produtos.

b. UNIVERSO E AMOSTRA

O universo desta pesquisa compreende os docentes do PPGAES/CE/UFPB e convidamos à docente do IFPB, campus João Pessoa, que possui uma vasta experiência no assunto que foram envolvidos na orientação e no desenvolvimento de PTTs durante o período de 2019 -2024. Além disso, inclui-se no universo os próprios PTTs desenvolvidos pelos

discentes do programa nesse período, representando a produção técnica e científica do PPGAES.

O primeiro mommento foi um grupo focal, realizado com três docentes do PPGAES e uma docente do IFPB, selecionados com base em critérios de conveniência e relevância. Esses critérios consideraram, especificamente, a participação de professores diretamente envolvidos na implementação da resolução e no desenvolvimento dos PTTs. O objetivo foi captar percepções e reflexões críticas sobre a aplicabilidade, impacto e desafios associados aos PTTs no contexto acadêmico e profissional. Segundo, realizou-se uma análise documental dos PTTs desenvolvidos durante o período referido, permitindo avaliar sua conformidade com as normativas da CAPES, bem como sua efetiva aplicação e impacto nos ambientes de trabalho dos discentes.

Essa abordagem combinada assegura uma compreensão abrangente e específica, ao integrar as perspectivas dos orientados e as evidências extraídas dos próprios produtos gerados, fornecendo uma base sólida para as análises e discussão desta pesquisa.

c. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada em duas etapas principais, integrando métodos qualitativos e documentais. Primeiramente, realizou-se um grupo focal com docentes do PPGAES. Em seguida, foi realizada uma análise documental dos PTTs desenvolvidos durante os anos de 2019-2024.

i. Grupo Focal

Em dezembro de 2024, foi realizado um grupo focal com quatro professores, proporcionando uma abordagem interativa e colaborativa que gerou contribuições qualitativas relevantes sobre os desafios e as potencialidades na aplicação dos PTTs no contexto profissional. A dinâmica foi estruturada com perguntas semiestruturadas, elaborada para explorar temas como conformidade com as normativas da CAPES, aplicabilidade prática dos PTTs e contribuições para a formação profissional.

O perfil dos docentes participantes é apresentado no quadro 3 a seguir, detalhando suas titulações, áreas de atuação e experiências no programa. Para preservar a identidade dos participantes e manter o anonimato, foi atribuído um código para cada participante:

Quadro 3 − Perfil dos Docentes Participantes do Grupo Focal

Docente	Titulação Acadêmica	Tempo de Experiência no PPGAES	Área de Atuação – Linha de pesquisa
P1	Doutorado em Mídia e Conhecimento. UFSC	Desde 2016	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior
P2	Pós-Doutorado. UFPB, Lingüística, Letras e Artes	Desde 2020	1 Política Linguística 2 Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Políticas, Currículos e Formação de professores 3 Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior
P3	Doutorado em Educação. UFPE,	Desde 2014	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior
P4	Pós-doutorado pela UFCG, na área de Materiais Cerâmicos	Desde 2018	Práticas educativas em EPT Profect/IFPB

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise dos dados encontrados no grupo focal foi realizada com base na análise de conteúdo, conforme delineada por Bardin (2011). Essa técnica foi escolhida para ser adequada para interpretar e categorizar informações qualitativas encontradas em interações, permitindo a identificação de temas centrais, padrões e relações relevantes nas falas dos participantes, além de garantir uma compreensão aprofundada das questões discutidas. O processo de análise foi prolongado em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados.

Na fase de pré-análise, as gravações do grupo focal foram transcritas integralmente, garantindo a fidelidade das informações coletadas. Em seguida, foi realizada uma leitura flutuante do material, com o intuito de familiarizar-se com o conteúdo e identificar pontos-chave relacionados aos temas discutidos, como a conformidade dos PTTs com as normativas da CAPES, sua aplicabilidade prática e as contribuições para a formação profissional.

Na etapa de exploração do material, as transcrições foram revisadas e segmentadas em unidades de registro, que consistem em trechos de texto diretamente relacionados às categorias analíticas previamente definidas. Essas categorias incluíram temas como histórico do PTT antes da regulamentação; processo de regulamentação; impactos da regulamentação; desafios e ações futuras.

Por fim, na fase de tratamento e interpretação dos resultados, os dados categorizados foram analisados com foco na interpretação dos significados subjacentes às falas dos participantes. Essa etapa incluiu uma comparação entre as percepções dos docentes participantes, destacando convergências, divergências e aspectos singulares sobre a produção e aplicação dos PTTs. A análise buscou evidenciar os impactos dos PTTs no contexto acadêmico e profissional, além de explorar as potencialidades e limitações apontadas pelos participantes.

O objetivo final foi compreender a experiência dos docentes no desenvolvimento dos PTTs, avaliando sua conformidade com as normativas da CAPES e seus efeitos no contexto profissional dos discentes. A abordagem utilizada permitiu extrair insights relevantes para discutir a relevância e os desafios associados à aplicação dos PTTs, nos baseando para as conclusões e proposições da pesquisa.

ii. Análise Documental

A análise documental foi conduzida com base em um roteiro estruturado, abrangendo diferentes etapas para avaliar os PTTs desenvolvidos no âmbito do PPGAES durante o quadriênio 2019-2024. O processo teve como objetivo principal compreender a conformidade dos PTTs com as normativas da CAPES e identificar seu impacto no contexto profissional e educacional.

Inicialmente, foram definidos critérios de análise que consideraram as mudanças nas resoluções vigentes ao programa, classificando os PTTs em três períodos distintos: pré-transição normativa, transição e pós-transição normativa, todos relacionados à implementação e adaptação às normativas da CAPES, especialmente a Portaria nº 60, de 2019, e a Portaria MEC nº 389, de 2017. Esses critérios possibilitaram uma avaliação detalhada da adaptação dos processos, do cumprimento dos critérios de qualidade estabelecidos e dos impactos gerados em cada uma dessas fases.

No período pré-transição normativa, os PTTs do PPGAES foram desenvolvidos em um cenário regulatório menos estruturado, anterior à implementação formal das resoluções mencionadas. Já o período de transição normativa compreendeu o intervalo em que as novas diretrizes foram aplicadas, exigindo ajustes significativos no programa e nos PTTs. Por fim, o

período pós-transição normativo refere-se ao momento em que o programa alcançou plena conformidade com as normativas, consolidando práticas padronizadas e garantindo maior qualidade e aplicabilidade dos PTTs.

Para a avaliação dos PTTs, foi elaborada uma matriz onde foram utilizados os critérios de avaliação de PTTs estabelecidos pela CAPES, definidos conforme descrito por Silva Júnior (2021, p. 47-48) e apresentados no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 − Critérios Estabelecidos pela CAPEs para Avaliação de PTTs

Critério	**Descrição**
Aderência	Avalia a afinidade entre produção e área do programa, em especial às linhas e aos projetos do programa. Este critério não possui peso para a qualificação do estrato do PTT. Caso a produção não tenha aderência, ela não será qualificável para avaliação.
Impacto	Avalia a transformação causada ou potencial transformação do PTT ao ambiente em que será/foi aplicado. Este critério é subdividido em impacto realizado e impacto potencial que podem ser avaliados como alta, média ou baixa transformação. Apenas com esta política é possível avaliar o real impacto realizado pela pesquisa. Esta política de acompanhamento também é necessária para se avaliar o critério aplicabilidade.
Aplicabilidade	Avalia a facilidade em aplicar e replicar o PTT desenvolvido. Este critério é subdividido em aplicabilidade realizada, aplicabilidade potencial e replicabilidade.
Inovação	Avalia o quanto o PTT incorpora conhecimento novo, sendo dividido em inovação radical, incremental e adaptativa.
Complexidade	Avalia o grau de dificuldade e os atores envolvidos na elaboração do produto.

Fonte: Silva Júnior (2021, p. 47-48)

Os documentos analisados compreenderam todas as dissertações do interstício de 2019-2024 do PPGAES que resultaram em PTTs, as quais foram organizadas de forma sistemática em uma planilha detalhada (apêndice). Essa apresentação incluiu informações fundamentais como o título da dissertação, o nome do autor, o tipo de PTT desenvolvido (por exemplo, software, metodologia, material didático), o período de desenvolvimento (pré-

transição, transição ou pós-transição normativa), a normativa vigente no momento de sua criação e o nível de conformidade com os requisitos estabelecidos pelas resoluções da CAPES.

Os dados coletados na planilha dos PTTs foram analisados utilizando os critérios definidos no Quadro 04, associados à escala Likert de 1 a 5, com o objetivo de mensurar o desempenho de cada PTT em relação aos critérios estabelecidos pela CAPES. A análise foi realizada em etapas para garantir consistência e rigor metodológico.

Inicialmente, para cada PTT, foi atribuída uma pontuação em cada critério de avaliação (Impacto, Aplicabilidade, Inovação e Complexidade), conforme os indicadores descritos. A escala Likert foi utilizada da seguinte forma:

1. **Muito baixo**: O critério foi atendido de forma mínima ou está significativamente abaixo do esperado.
2. **Baixo**: O critério foi atendido parcialmente, mas com limitações significativas.
3. **Moderado**: O critério foi atendido de forma satisfatória, mas com possibilidade de melhorias.
4. **Alto**: O critério foi atendido de maneira consistente e acima do esperado.
5. **Muito alto**: O critério foi plenamente atendido, demonstrando excelência.

Os dados foram organizados de maneira a contemplar a pontuação de cada PTT para cada indicador, permitindo uma análise comparativa entre os PTTs nos diferentes períodos de transição normativa (pré-transição, transição e pós-transição). Além disso, para o critério Aderência, considerado eliminatório, verificou-se apenas se o PTT estava alinhado às linhas de pesquisa do programa. Caso a aderência não fosse atendida, o PTT era desconsiderado para avaliação posterior.

Para cada PTT a nota final foi calculada com base na soma das notas atribuídas a cada critério de avaliação. Após o cálculo das pontuações finais, os PTTs foram classificados por período (pré-transição, transição e pós-transição) e comparados. Essa análise permitiu identificar tendências, lacunas e avanços na adaptação do programa às normativas CAPES, além de evidenciar como os PTTs contribuíram para o impacto acadêmico e profissional.

Contudo, no capitulo seis, abordaremos os resultados e discussões do grupo focal e análise documental.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir das análises realizadas na pesquisa. A discussão articula os achados empíricos e documentais com os referenciais teóricos e normativos previamente explorados. O objetivo é interpretar os dados coletados e avaliar as implicações dos PTTs no contexto do PPGAES/CE/UFPB, especialmente em relação à sua conformidade com as normativas da CAPES e seu impacto acadêmico e profissional. A abordagem adotada busca integrar as perspectivas dos docentes participantes do grupo focal e as evidências documentais, promovendo uma análise crítica e fundamentada sobre as potencialidades e desafios dos PTTs.

a. ANÁLISE DOS DADOS DO GRUPO FOCAL

Nos últimos anos, a produção de Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) passou a ocupar um lugar central nos Programas de Mestrado Profissional, em especial após a publicação da Portaria CAPES nº 60/2019, que estabeleceu diretrizes específicas para a elaboração, avaliação e aplicabilidade desses produtos. No contexto do PPGAES, a necessidade de adequação às normativas da CAPES impulsionou a instituição de uma regulamentação interna voltada à padronização e qualificação da produção discente.

Até então, o desenvolvimento dos PTTs ocorria de forma dispersa, com orientações variadas e, muitas vezes, desvinculadas das exigências institucionais e das necessidades do campo de atuação profissional. A ausência de critérios objetivos dificultava tanto o trabalho dos orientadores quanto o cumprimento das exigências avaliativas por parte dos discentes. Diante desse cenário, a coordenação do PPGAES instituiu uma comissão de docentes responsável por elaborar uma normativa própria, adequada à realidade do programa e alinhada às exigências legais.

Para compreender os impactos dessa regulamentação na prática docente e na orientação dos produtos, foi realizado um grupo focal com professores do programa. A análise das falas dos participantes oferece uma visão crítica sobre os avanços e os desafios enfrentados ao longo do processo, contribuindo para o aprimoramento contínuo da produção técnica no âmbito do mestrado profissional.

i. Histórico do PTT antes da Regulamentação

A análise realizada por meio do grupo focal com docentes do PPGAES evidenciou percepções distintas, porém complementares, sobre o histórico dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) antes da formalização de uma regulamentação interna. Os participantes apontaram que, na ausência de diretrizes claras, a implementação dos PTTs era marcada por práticas difusas, falta de padronização e insegurança conceitual.

Um dos docentes participantes destacou que, antes da regulamentação, a abordagem institucional sobre os PTTs era fragmentada e desorganizada, carecendo de um conceito claro sobre o que caracterizava esse tipo de produto. Segundo ele, *"era um processo difuso [...], não se tinha, por exemplo, um conceito".* Essa indefinição, conforme relatado, gerava dificuldades tanto para a orientação quanto para a avaliação, pois os docentes e as bancas demonstravam desconhecimento ou pouca familiaridade com as exigências específicas para esse tipo de trabalho.

Esse mesmo docente atribuiu tal cenário ao histórico de constituição do programa, que, embora tenha nascido como um mestrado profissional, foi originalmente estruturado com um corpo docente oriundo majoritariamente de programas de mestrado acadêmico. Isso, segundo ele, exigiu *"um processo de reaprendizagem por parte dos professores"*, os quais precisaram adaptar suas práticas à lógica dos mestrados profissionais — desafio que, segundo ele, ainda persiste em alguns aspectos. *"Até hoje ainda temos dificuldades",* enfatizou.

Outro aspecto levantado foi a ausência de orientações específicas por parte da CAPES nos primeiros anos do PPGAES, o que agravava ainda mais a situação. O docente relatou que *"a gente participava dos programas e percebia nas falas que as pessoas não tinham o entendimento do que era o PPGAES"*, referindo-se à falta de conhecimento generalizado sobre o que constituía um produto técnico e como ele se diferenciava da dissertação tradicional.

Nesse contexto de indefinições, uma ação foi destacada como ponto de virada: o levantamento sistemático dos PTTs existentes, conduzido por um dos professores da comissão interna do programa. Essa iniciativa buscou catalogar os produtos já defendidos e, a partir disso, organizar o acervo institucional, servindo como base para a reflexão e construção de uma resolução interna sobre o tema. Nas palavras do docente, *"foi a partir dessas questões que a gente começou a pensar numa regulamentação mais ampla".*

Outro professor participante corroborou essa leitura, acrescentando que havia, na época, uma compreensão limitada — ou até equivocada — sobre o caráter obrigatório dos PTTs. Segundo ele, muitos docentes e discentes acreditavam que a própria dissertação

acadêmica poderia ser considerada um produto técnico, o que demonstrava uma confusão conceitual em relação às exigências do MP. Ele observou que essa falta de entendimento estava presente nas bancas e também na orientação dos trabalhos.

Com o tempo, essa situação começou a se modificar a partir da participação do PPGAES em fóruns nacionais voltados aos mestrados profissionais, como os promovidos pela FOMPE, e com o acesso a documentos técnicos mais recentes da CAPES. Esses espaços e materiais começaram a dar visibilidade ao papel central dos PTTs e à necessidade de estruturá-los adequadamente. O docente relatou que, a partir disso, *"a questão ganhou destaque e passou a chamar a atenção para a necessidade de mudanças".*

Entre os documentos citados como marco dessa transformação está a publicação da CAPES em 2019 sobre produção técnica, que ajudou a consolidar os critérios, as categorias e os objetivos dos PTTs. Segundo o docente, *"começamos a compreender melhor o que era a produção técnica, os critérios e as formas de validação".*

Ainda nesse processo de estruturação, o programa introduziu disciplinas voltadas aos seminários temáticos e de pesquisa, com o objetivo de incorporar a discussão sobre os PTTs ao cotidiano formativo do curso. Essa ação contribuiu para sensibilizar a comunidade acadêmica e ampliar o debate interno sobre as especificidades do mestrado profissional.

Outro docente descreveu o período anterior à regulamentação como uma fase de *"confusão"*, mais do que de *"difusão"*, ressaltando a precariedade da comunicação institucional e a ambiguidade das orientações que chegavam até os docentes. Segundo ele, *"as poucas informações que chegavam via CAPES tornavam a nossa compreensão extremamente confusa"*, e completou: *"a própria CAPES não tinha clareza sobre o que era um PTT*".

Essa situação, segundo o professor, não era exclusiva do PPGAES, mas sim generalizada em diversos programas de mestrado profissional no país, especialmente nos anos iniciais de sua implantação. Ele compartilhou sua experiência pessoal como discente de um MP na Universidade Federal do Pará, afirmando que seu trabalho final foi uma dissertação por falta de clareza institucional sobre o que se esperava como produto técnico. *"Nenhum programa sabia exatamente o que fazer"*, afirmou.

Quando finalmente foi criada a regulamentação no âmbito do PPGAES, houve uma mudança substancial. Segundo o docente, *"a regulamentação trouxe luz, organização e clareza"*, preenchendo lacunas que, até então, comprometiam o desenvolvimento dos PTTs. Ele também destacou que a elaboração da resolução interna foi um processo longo e exigente, mas extremamente positivo para o programa. Afirmou ainda que, após sua institucionalização, *"o produto passou a ter um novo significado, e a exigência sobre ele aumentou — tanto para os alunos quanto para os docentes".*

De forma geral, os depoimentos colhidos no grupo focal indicam que o período anterior à regulamentação foi marcado por incertezas, ausência de diretrizes, práticas isoladas e dificuldades conceituais. Um dos professores apontou que essas limitações eram reflexo da necessidade de adaptação de um corpo docente formado no modelo acadêmico a uma nova realidade educacional orientada pela lógica do MP.

Outro reforçou que a compreensão sobre a obrigatoriedade e o papel dos PTTs era incipiente, enquanto um terceiro descreveu o cenário como uma verdadeira desorientação, agravada pela ausência de diretrizes claras da agência reguladora. Apesar dessas dificuldades, ações como o mapeamento dos produtos, a introdução de disciplinas específicas e a articulação em fóruns externos foram determinantes para promover um processo de aprendizagem institucional e fortalecer a compreensão sobre a função dos PTTs no escopo do programa.

A regulamentação, portanto, foi um marco decisivo que reorganizou práticas, alinhou o programa às diretrizes da CAPES e conferiu identidade acadêmica e técnica ao PPGAES no campo dos mestrados profissionais.

ii. Processo de Regulamentação dos PTTs no PPGAES

A análise das discussões realizadas no grupo focal revelou pontos de consenso e de divergência entre os docentes no que se refere ao processo de regulamentação dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) no PPGAES. Os participantes reconheceram esse processo como um divisor de águas na organização interna do programa, ainda que marcado por tensões e desafios institucionais.

Um dos professores descreveu a regulamentação como uma transformação profunda e desafiadora, destacando que o contexto anterior era caracterizado por confusão e práticas desordenadas, o que colocava os docentes em uma situação confortável, ainda que inadequada. *"Era confuso, mas cada um fazia de seu jeito [...]. Nos colocamos numa zona de conforto"*, afirmou. Para ele, essa realidade começou a mudar quando a gestão do programa reconheceu a necessidade de padronizar os procedimentos, colocando o PTT como um elemento central da identidade do mestrado profissional. Segundo o docente, *"foi nesse momento que o programa se deu conta de que precisava regularizar os processos e sair do lugar comum"*.

Ele também ressaltou que o processo de regulamentação foi desafiador do ponto de vista emocional, teórico e prático, desestabilizando muitos docentes. Contudo, considerou

esse desconforto necessário para provocar mudanças reais. Afirmou que *"a gente já vê os trabalhos com uma preocupação que antes não existia*", demonstrando que a regulamentação contribuiu para uma mudança de cultura no programa.

Embora reconheça que regulamentações sejam, por vezes, associadas à burocratização, o docente argumentou que, no caso do PPGAES, o saldo foi positivo, pois expôs os docentes à necessidade de refletir sobre o papel do PTT e de reavaliar suas práticas pedagógicas. Ainda que o processo tenha sido longo, com momentos de incerteza, o diálogo constante e a construção coletiva foram considerados essenciais. *"Conversar e dialogar com todos para chegar a um consenso mínimo foi importante para nos educar para a construção coletiva"*, avaliou.

Para ele, a regulamentação não se limitou à formalidade documental: passou a se refletir no cotidiano acadêmico. A resolução, segundo destacou, colocou o PTT como uma *"pedra fundamental"* do programa, tornando-o objeto central de atenção em todas as bancas de defesa. Essa visibilidade reforçou o caráter profissional do mestrado e valorizou o trabalho aplicado dos discentes.

Outro docente afirmou que o processo de regulamentação foi determinante para consolidar a identidade do PPGAES como um mestrado profissional. Para ele, a fase anterior à regulamentação foi marcada não pela difusão de práticas, mas por confusão conceitual e ausência de orientação por parte da CAPES. Conforme relatou, *"a própria CAPES, que cobra tanto, não entrega o que realmente se espera."* Essa lacuna dificultava o alinhamento dos PTTs às exigências nacionais e à lógica do MP.

A regulamentação, segundo ele, foi o ponto que deu identidade real ao programa, ao estabelecer que a produção técnica não é um apêndice da dissertação, mas seu objetivo final. Afirmou que *"a dissertação deve ser construída como o relato do percurso teórico e metodológico que culmina na produção do PTT",* reforçando a interdependência entre os dois elementos e consolidando a proposta pedagógica do MP.

Esse mesmo professor destacou que a regulamentação facilitou a criação de uma estrutura coerente, capaz de alinhar fundamentos teóricos, práticas desenvolvidas e demandas institucionais. Relatou que, atualmente, *"as bancas já se reúnem com clareza de propósito, sabendo o que é esperado como resultado técnico",* algo que não acontecia anteriormente.

Para outro docente, a regulamentação ainda está em curso e deve ser compreendida como um processo em evolução. Ele afirmou que o esforço inicial concentrou-se na construção das bases legais, tomando como referência documentos da CAPES, e que a implementação prática ainda se encontra em fase de amadurecimento. Segundo ele, *"a*

próxima etapa será a validação formal dos PTTs, que ainda não está consolidada como prática".

Esse professor enfatizou que a regulamentação rompeu com a zona de conforto institucional e exigirá maior dedicação e preparo. Comentou que *"nem todos os docentes estavam preparados para sair de suas práticas isoladas e criticar ou validar o trabalho do outro com base em critérios comuns*." Por isso, reforçou que o amadurecimento do programa passa pela consolidação da orientação e da validação dos produtos como elementos estruturantes do percurso acadêmico.

Uma das docentes relatou que o processo de regulamentação foi conduzido de maneira colaborativa, com participação ativa de uma comissão dedicada e comprometida. Destacou o papel de outro professor, cuja expertise foi fundamental tanto na elaboração da resolução quanto nas bancas e eventos posteriores. *"Foi o possível, e foi o melhor possível",* avaliou.

Segundo essa professora, o processo teve início com um mapeamento minucioso dos PTTs desenvolvidos nas turmas anteriores, conduzido por dois docentes da comissão. Essa análise permitiu identificar fragilidades estruturais, formatos incoerentes e lacunas de conteúdo, o que embasou a construção de novos parâmetros. Ela afirmou que *"foi feita uma análise do conteúdo, da forma e da coerência dos produtos que já haviam sido apresentados".*

Além disso, destacou que a discussão sobre os PTTs foi incorporada, ainda que de maneira preliminar, na disciplina de seminários de pesquisa. O objetivo era introduzir o debate sobre o que é um programa profissional, o que é um produto técnico e como analisá-lo criticamente. Essa estratégia formativa teve um efeito positivo sobre os discentes mais recentes, que *"passaram a provocar os professores sobre suas expectativas em relação aos PTTs".*

A docente também mencionou que formações complementares foram organizadas para os professores, abordando temáticas como desenvolvimento de objetos de aprendizagem e metodologias aplicadas. Ainda que essas ações tenham enfrentado resistência inicial, foram reconhecidas como fundamentais para fortalecer o processo de regulamentação.

Ao final de seu depoimento, a professora enfatizou que o processo foi árduo, iterativo e sujeito a ajustes contínuos, mas conduzido com zelo e compromisso. Acredita que, com as novas turmas submetidas às regras estabelecidas, será possível reavaliar e refinar continuamente as práticas adotadas: *"Vamos ver o que precisa ser ajustado, mas foi um processo muito participativo".*

Em síntese, a discussão revelou consenso quanto à importância da regulamentação para consolidar a identidade do PPGAES como um mestrado profissional. Um dos docentes afirmou que a regulamentação tirou os professores da zona de conforto, ao exigir práticas mais organizadas e comprometidas com a finalidade técnica do curso. Outro reforçou que a resolução trouxe coerência e clareza sobre o que é esperado de um PTT e seu papel no percurso formativo.

Entretanto, surgiram divergências quanto ao grau de dificuldade enfrentado na implementação. Alguns relataram desafios emocionais, organizacionais e administrativos; outros apontaram que, apesar da resistência, a construção coletiva facilitou o processo. Uma docente lembrou que ainda há carência de apoio institucional, especialmente no que se refere à criação de um repositório para os produtos, e que a ausência inicial de orientações claras da CAPES dificultou a consolidação de uma proposta própria.

Apesar das diferenças de percepção, todos concordaram que a regulamentação representou um avanço estrutural e simbólico para o PPGAES. Ela não apenas organizou as práticas de produção técnica, mas também aproximou o programa dos critérios nacionais para os mestrados profissionais, criando condições para que ele responda às demandas sociais, institucionais e acadêmicas com maior consistência.

iii. Impactos da Regulamentação: Implementação e Desafios Estruturais

Os desafios para alinhar os Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) às necessidades das instituições de ensino evidenciam a complexidade do processo de consolidação do PPGAES como um mestrado profissional inovador e responsivo às demandas institucionais contemporâneas. Durante o grupo focal, os docentes participantes destacaram aspectos estruturais e operacionais que ainda precisam ser aprimorados para que esse alinhamento se efetive de forma consistente.

Um dos professores ressaltou que os PTTs já apresentam, em diversos casos, consonância com as necessidades institucionais, especialmente em temas relacionados à gestão universitária e ao atendimento de demandas sociais específicas. Como exemplo, mencionou o trabalho do discente José Romulo Batista Xavier Júnior, intitulado Ambientalização da gestão universitária: um olhar sobre a UFPB, que propôs uma minuta normativa para padronizar processos administrativos no âmbito da universidade. No entanto, o professor observou que o produto ainda carece de validação formal: *"O trabalho de Romulo*

está todo alinhado com as necessidades da universidade, com foco na gestão e em aspectos socioambientais".

Além disso, o mesmo docente destacou a relevância de estudos como o de Quezia Alves de Souza, intitulado Pós-graduação no Brasil e a formação acadêmica: percepções de egressos de um MP, que analisou o impacto da formação recebida no programa sobre a atuação profissional dos egressos. Segundo ele, muitos dos ex-alunos ocupam atualmente cargos estratégicos, como superintendências e pró-reitorias, o que demonstra o impacto institucional do PPGAES: *"Vários dos nossos egressos estão hoje na gestão da reitoria, ocupando funções-chave na Universidade Federal, e foram formados aqui".*

Apesar desses avanços, o docente enfatizou a ausência de um repositório como uma das principais limitações à visibilidade e ao acesso aos PTTs. Sugeriu que a criação de um catálogo digital institucional facilitaria a consulta e a disseminação dos produtos, potencializando seu alcance e impacto: *"Sem um repositório, os trabalhos ficam dispersos, o que compromete a inovação e o reconhecimento do que está sendo produzido".*

Outro docente reforçou a importância de consolidar as ações do programa, destacando novamente a fragilidade representada pela inexistência de um repositório. Criticou, inclusive, a usabilidade do atual site institucional: *"A página da UFPB não é nada intuitiva, é supercomplexa. A gente precisa de um lugar claro onde esses produtos possam ser localizado*". Defendeu que o repositório não é apenas um instrumento de organização, mas também de afirmação da identidade do PPGAES enquanto mestrado profissional: *"A identidade do programa está vinculada à visibilidade dos seus produtos. O repositório dá essa identidade".*

Uma das professoras complementou que a construção de um repositório institucional já está sendo pleiteada há pelo menos um ano, mas enfrenta entraves administrativos, como mudanças na gestão da universidade e dificuldade de articulação com setores responsáveis. Conforme explicou: "*A negociação com a UFPB já dura um ano. Mudou a gestão, mudou o reitorado. Agora esperamos que isso finalmente se resolva*."

Ainda segundo essa docente, a consolidação da regulamentação e o fortalecimento institucional do programa passam necessariamente pela criação desse repositório e pela ampliação da visibilidade dos PTTs. Ela defendeu que essa pauta deve ser central e pública: *"Isso tem que ser nossa bandeira. Temos que chegar e dizer que precisamos da nossa identidade, precisamos do repositório. Isso organiza o programa."*

Assim, os desafios e ações futuras para o PPGAES envolvem a implementação de ferramentas que fortaleçam a gestão dos PTTs, a validação formal dos produtos

desenvolvidos, a criação de um repositório institucional funcional e a manutenção de processos formativos que assegurem a aderência dos PTTs às necessidades dos Institutos de Ensino (IEs). Esses elementos, integrados às diretrizes consolidadas pela regulamentação, são considerados essenciais para garantir o reconhecimento do programa como referência em inovação e gestão na educação superior.

O mesmo professor que anteriormente havia destacado trabalhos relevantes reforçou que a maioria dos PTTs desenvolvidos no programa já está conectada com demandas institucionais concretas. Como exemplo adicional, citou a pesquisa de Thamy Coutinho dos Santos, intitulada Gestão da educação superior: práticas e políticas institucionais de proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno para servidoras mães na UFPB. O docente relatou que a importância do trabalho foi reconhecida inclusive por periódicos científicos, que reabriram prazo de submissão diante das justificativas da autora: *"A relevância foi tanta que, mesmo o artigo tendo perdido o prazo, o periódico reabriu para receber o material".*

Ainda assim, o professor enfatizou que é necessário ampliar a investigação sobre o alinhamento institucional dos PTTs, estabelecendo diretrizes mais claras para fortalecer essa conexão. Ele voltou a defender que o repositório seja tratado como prioridade, tanto para sistematizar a produção quanto para consolidar institucionalmente o programa: *"O centro de educação precisa entender que o repositório é fundamental não só para o PPGAES, mas também para os demais MPs".*

Outro ponto levantado foi a importância de os PTTs abordarem temas emergentes e estratégicos para a gestão universitária. Como exemplo, citou um trabalho orientado pela professora doutora Adriana Valéria Santos Diniz, que tratou da sustentabilidade nas licitações públicas e propôs uma matriz de análise para melhorar os processos institucionais. O professor relatou que o produto chamou a atenção da reitora da universidade, que demonstrou interesse em utilizá-lo como base para aprimorar políticas internas. No entanto, lamentou que o trabalho esteja parado devido à ausência de mecanismos institucionais de continuidade: *"É um trabalho com enorme potencial, mas está parado por falta de articulação."*

Por fim, o docente destacou que a ausência de um repositório não apenas compromete a visibilidade dos PTTs, mas também gera custos financeiros desnecessários aos alunos: *"Nossos alunos estão gastando dinheiro para melhorar seus produtos, e eles não estão em lugar nenhum ou estão em espaços que não deveriam*." Ele defendeu que é preciso pressionar a direção do centro para que as demandas do programa sejam atendidas com maior agilidade e seriedade institucional.

Outro docente reforçou esse posicionamento, ressaltando que a luta pelo repositório institucional já se estende há mais de dois anos. Ele relatou que a lentidão do processo se deve à "morosidade da estrutura administrativa da UFPB", o que prolonga etapas simples como reuniões e encaminhamentos técnicos. Citou como exemplo positivo a reunião inédita que conseguiu reunir representantes de diferentes setores (biblioteca, TI, coordenação acadêmica) para discutir conjuntamente a criação do repositório: *"Foi uma proeza conseguir colocar todo mundo junto para debater essa pauta".*

Apesar das dificuldades, o docente reafirmou o compromisso da equipe do PPGAES com o avanço da proposta. Encerrou sua fala destacando que *"a criação do repositório é fundamental, e é por isso que essa batalha vem sendo travada com tanta insistência*".

iv. Avaliação dos PTTs: percepções sobre feedback e apoio institucional

A avaliação dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs), bem como o apoio institucional necessário para sua consolidação, constituíram pontos centrais nas discussões do grupo focal. Os professores participantes evidenciaram avanços no processo avaliativo, mas também apontaram fragilidades e desafios persistentes que impactam a efetividade da implementação dos PTTs no PPGAES.

A docente identificada como P2 ressaltou que o movimento em prol da melhoria do programa vem sendo reconhecido, inclusive pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), que acompanha de perto as negociações e os avanços promovidos. Ela afirmou: *"Reforcei junto à PRPG que havia essa negociação e solicitei que o novo reitorado desse continuidade ao processo."* Esse posicionamento evidencia a busca ativa por articulação institucional que fortaleça as ações do programa.

No que se refere à avaliação dos PTTs, P2 enfatizou a necessidade de aprimorar os instrumentos utilizados, como fichas de avaliação e formulários, que orientam docentes e discentes no processo. Ela informou que estão previstas formações específicas para o início do próximo ano, com o objetivo de capacitar professores e alunos quanto ao uso adequado dessas ferramentas: *"Tanto o aluno quanto o professor vão passar por esse processo de formação, que já contempla o conhecimento da ficha e do formulário que devem ser preenchidos".*

Essas melhorias nos instrumentos são vistas como fundamentais para padronizar os critérios avaliativos e qualificar o feedback fornecido às produções. A docente destacou que, além de orientar a elaboração e validação dos PTTs, os novos formulários também servirão

como referência para os registros acadêmicos: *"Essas modificações nos instrumentos também ajudam no momento do preenchimento da Plataforma Sucupira".*

No que diz respeito ao apoio institucional, P2 apontou a carência de um repositório profissional que centralize e organize os PTTs. Ela criticou soluções improvisadas, como o simples upload em páginas não oficiais, que não conferem ao produto a devida visibilidade: *"A professora pediu o material, e colocamos no site apenas para constar, de forma muito amadora. Isso é inaceitável".*

Segundo a docente, a criação de um repositório adequado é essencial não apenas para organizar os produtos desenvolvidos, mas também para garantir sua relevância acadêmica e institucional. Ela defendeu que essa infraestrutura deve abranger não só o PPGAES, mas também os demais programas que produzem materiais técnicos e tecnológicos: *"Outros programas acadêmicos também têm esse tipo de produção. Vamos somar esforços para avançar nessa discussão conjunta".*

P2 reconheceu que, embora existam avanços, os desafios estruturais permanecem, sobretudo relacionados à morosidade administrativa. A docente destacou que a proposta de criação do repositório é antiga, mas enfrenta resistências institucionais que dificultam sua concretização. No entanto, mostrou-se otimista quanto ao cenário com a nova gestão da universidade: *"Vamos retomar esse diálogo agora, com a nova reitoria e a nova coordenação da pós-graduação, para buscar apoio e viabilizar o repositório que tanto precisamos".*

Além da infraestrutura, os docentes enfatizaram a importância de reforçar a visibilidade dos PTTs por meio de estratégias institucionais de comunicação e de inserção em contextos acadêmicos e profissionais mais amplos. A institucionalização da produção técnica passa, portanto, pela avaliação rigorosa, pela documentação formal e pela divulgação eficaz dos produtos.

As percepções apresentadas convergem quanto à necessidade de aprimoramento dos processos de avaliação dos PTTs, especialmente por meio de instrumentos padronizados e formações direcionadas. Tais ações não apenas promovem maior clareza nos critérios de avaliação, como também asseguram qualidade e legitimidade às práticas avaliativas.

Ao mesmo tempo, há consenso sobre a urgência de um suporte institucional mais robusto, principalmente no que diz respeito à criação e manutenção de um repositório. Essa estrutura é vista como estratégica para garantir a memória institucional da produção técnica e para ampliar o reconhecimento do PPGAES como um programa inovador e alinhado às exigências contemporâneas do mestrado profissional.

b. ANÁLISE DOCUMENTAL: AVALIAÇÃO DOS PTTS PRODUZIDOS PELO PPGAES NO QUADRIÊNIO 2019-2024

A presente seção tem como objetivo apresentar a análise dos PTTs desenvolvidos no PPGAES/CE/UFPB no período de 2019-2024. A avaliação baseia-se nos critérios estabelecidos pela Portaria CAPES nº 60/2019, considerando dimensões como aderência, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade dos produtos gerados.

Para essa análise, foi realizada uma avaliação documental dos PTTs, utilizando como referência a planilha de categorização dos produtos desenvolvidos pelos discentes do PPGAES. Os dados coletados permitem identificar padrões e tendências na produção acadêmica do programa, bem como os desafios e avanços na consolidação dos PTTs como instrumentos estratégicos de inovação e gestão educacional.

i. Análise da produção e distribuição dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) no PPGAES/UFPB (2019-2024)

A análise documental dos PTTs desenvolvidos no PPGAES/CE/UFPB no período de 2019-2024 revelou um total de 58 PTTs avaliados. Esses produtos foram categorizados de acordo com os critérios estabelecidos pela CAPES, considerando aspectos como aderência, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade.

A distribuição dos PTTs por setor de aplicação demonstra uma predominância nas áreas de educação superior e gestão universitária, refletindo a vocação do programa para o desenvolvimento de soluções aplicadas ao ensino e à administração acadêmica. Além disso, houve a presença de projetos voltados para assistência estudantil e políticas públicas educacionais, evidenciando um foco na melhoria das condições de permanência e desempenho dos alunos no ensino superior.

ii. Aderência dos PTTs

Os PTTs e às diretrizes do PPGAES são os critérios fundamentais para garantir que as produções acadêmicas estejam alinhadas com os objetivos institucionais, as políticas públicas educacionais e as exigências da Portaria CAPES nº 60/2019. Essa dimensão refere-se ao grau de conformidade dos PTTs com as necessidades do ensino superior e sua efetividade na resolução de problemas institucionais.

A análise documental dos PTTs desenvolvidos no período de 2019-2024 revela que a maioria dos produtos apresenta alta aderência às diretrizes do PPGAES, o que indica que os projetos foram concebidos de forma estratégica para atender a demandas reais das instituições de ensino superior. Esse alto nível de alinhamento é resultado do caráter aplicado do MP, que prioriza a criação de soluções que possam ser implementadas na prática acadêmica e administrativa.

A aderência dos PTTs pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo:

1. Relevância institucional – O grau de necessidade do PTT dentro do contexto da instituição de ensino. PTTs que resolvem problemas institucionais preexistentes ou aprimoram processos internos tendem a ter alta aderência.
2. Alinhamento com políticas públicas – A relação do PTT com diretrizes do MEC, da CAPES e de outros órgãos reguladores da educação superior no Brasil.
3. Participação de múltiplos atores – O envolvimento de gestores, professores, estudantes e técnicos administrativos no desenvolvimento do PTT contribui para sua aceitação e aplicabilidade dentro da instituição.
4. Flexibilidade e adaptabilidade – PTTs que podem ser ajustados e adaptados a diferentes contextos institucionais apresentam maior aderência, pois ampliam seu potencial de implementação.

A análise da aderência demonstra um alto grau de alinhamento com as diretrizes do programa. Todos os PTTs analisados apresentam afinidades com as linhas de pesquisa do PPGAES e contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico e institucional do programa. Esse resultado evidencia que os trabalhos desenvolvidos não apenas seguem as temáticas centrais da pós-graduação, mas também possuem impacto direto na consolidação do MP e na formulação de soluções aplicadas à gestão da educação superior.

A totalidade dos PTTs avaliados atende aos dois principais critérios de aderência: afinidade com as linhas de pesquisa e contribuição ao programa, demonstrando que a produção técnica e científica do PPGAES está direcionada para temas estratégicos e relevantes para o campo educacional. Esse alinhamento reflete a importância da orientação estratégica na formulação dos projetos, garantindo que os produtos desenvolvidos tenham aplicabilidade real no contexto acadêmico e institucional. Além disso, reforça o compromisso do programa em direcionar suas pesquisas para áreas prioritárias da gestão educacional, consolidando sua relevância no cenário da pós-graduação e fortalecendo sua atuação na

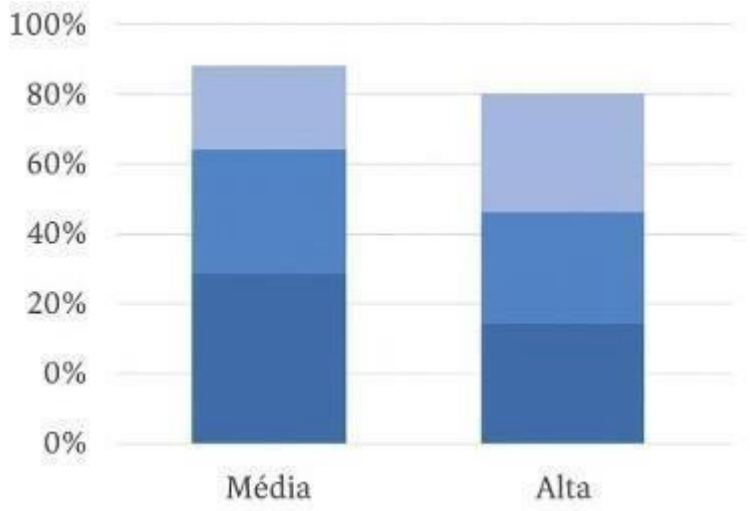
formulação de políticas e práticas inovadoras para a educação superior.

iii. Impacto dos PTTs

O impacto dos PTTs refere-se à sua capacidade de gerar transformações significativas no contexto em que são aplicados, seja no ambiente acadêmico, na gestão educacional ou na formulação de políticas públicas.

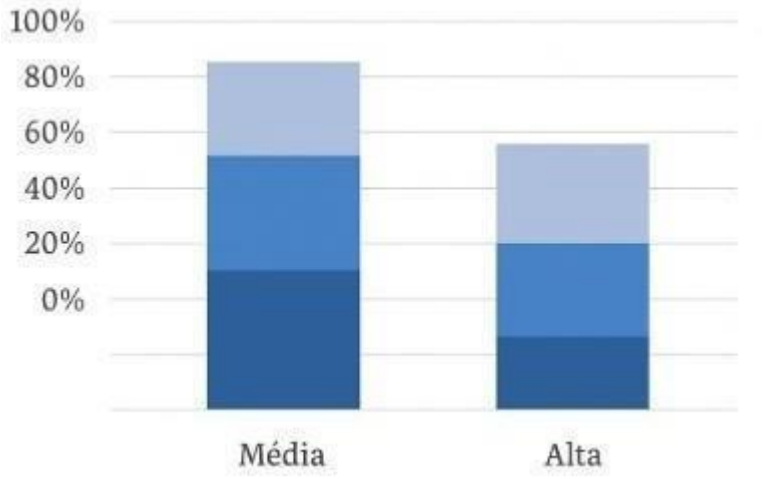
As Figura 2 e 3 apresentam os resultados evidenciados.

Figura 2 − Distribuição da transformação realizada



Nota: Foram contabilizadas as ocorrências de transformação média e alta, conforme critérios de impacto identificado no contexto institucional.
Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base nas fichas avaliativas de 58 PTTs do PPGAES (2019–2024), extraídas das bancas e relatórios do programa.

Figura 3 − Distribuição do potencial de transformação



Nota: O potencial de transformação foi codificado em níveis médio e alto, com base na análise do objetivo declarado do PTT e da abrangência institucional prevista. Percentuais foram calculados sobre o total de 58 produtos.
Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base nas autoavaliações dos discentes e pareceres das bancas registrados nos relatórios de defesa do PPGAES.

Os dados analisados indicam que a maioria dos PTTs apresenta um grau de impacto classificado como médio ou alto, evidenciando que esses produtos têm potencial para promover mudanças efetivas nos processos administrativos e pedagógicos das instituições envolvidas.

No total, 26 PTTs foram classificados como de alta transformação realizada, demonstrando um impacto significativo em seus respectivos contextos. No entanto, a maior parte dos projetos, 32 PTTs, foi classificada com média transformação realizada, o que indica que, embora a maioria dos PTTs tenha um efeito relevante, ainda há espaço para que alguns projetos alcancem um impacto maior. Importante destacar que nenhum PTT foi classificado com baixa transformação, o que evidencia que todos os projetos avaliados geraram algum nível de mudança.

Quando analisamos o potencial de transformação, observamos que 30 PTTs foram identificados com alto potencial, um número superior ao dos que efetivamente atingiram esse nível de transformação realizada. Já os projetos com potencial médio de transformação somam 28, um número levemente inferior aos 32 PTTs que atingiram uma transformação média. Assim como na transformação realizada, não há registros de projetos com baixo potencial de transformação, o que sugere que os PTTs são bem planejados e desenhados para gerar impacto positivo.

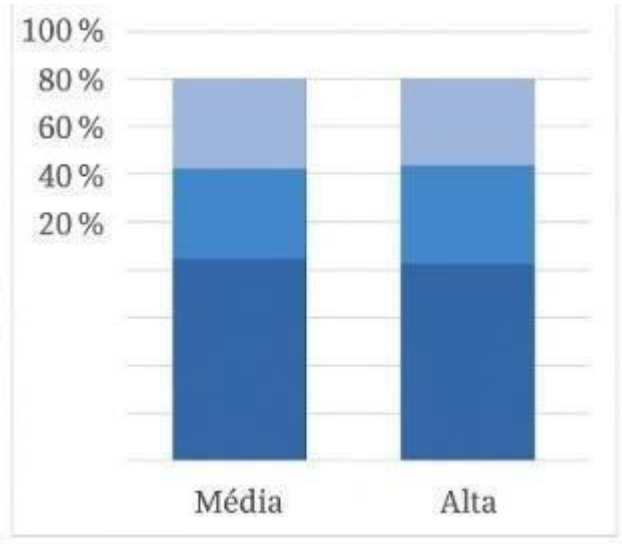
Ao comparar a transformação realizada com o potencial de transformação, percebe-se que nem todos os projetos com alto potencial conseguem converter essa capacidade em impacto efetivo. A diferença de 4 PTTs a mais com potencial alto do que com transformação realizada alta (30 vs. 26) indica que alguns projetos encontram desafios na implementação e não atingem todo o impacto que poderiam gerar. Por outro lado, há 4 PTTs a mais com transformação média do que com potencial médio (32 vs. 28), sugerindo que alguns projetos com um potencial considerado intermediário conseguiram superar expectativas e alcançar um impacto maior.

Esses dados demonstram que, apesar de os PTTs apresentarem um forte potencial transformador, há obstáculos que podem limitar a concretização desse impacto, como desafios institucionais, falta de recursos ou dificuldades na execução. Assim, é fundamental compreender melhor quais são esses entraves e buscar estratégias para melhorar a implementação dos projetos, garantindo que aqueles com alto potencial consigam converter essa capacidade em transformação efetiva. Com isso, será possível otimizar os resultados dos PTTs e maximizar seus benefícios para as áreas em que estão inseridos.

iv. Aplicabilidade e potencial de replicação

A aplicabilidade dos PTTs está diretamente relacionada à sua facilidade de implementação e ao seu potencial de replicação em diferentes contextos. As Figuras 4 e 5 apresentam os resultados obtidos através da análise dos PTTs.

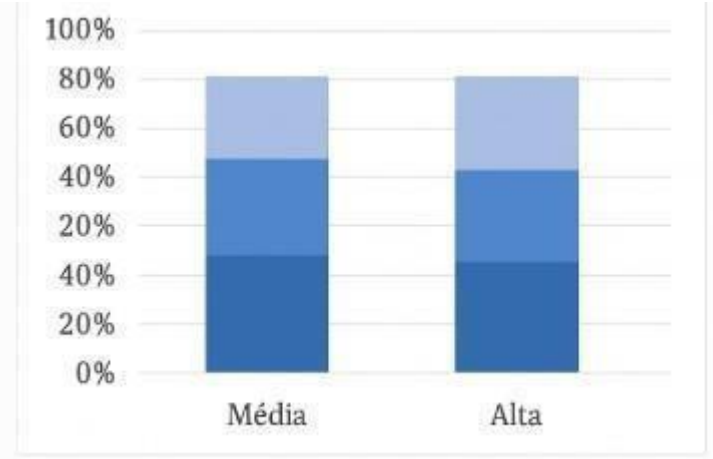
Figura 4 – Distribuição da facilidade de aplicação



Nota: Considerou-se a aplicabilidade prática informada na ficha avaliativa, categorizada em média ou alta facilidade. Os percentuais refletem a proporção de PTTs em cada categoria.

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base na análise documental dos PTTs associados às práticas institucionais, relatórios de defesa e atas de bancas.

Figura 5 – Distribuição do potencial de replicabilidade



Nota: Os A classificação "média" ou "alta" foi atribuída com base no número de contextos previstos para implementação. Percentuais foram gerados sobre os 58 PTTs analisados.
Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em relatórios de bancas e análise de propostas contidas nos PTTs quanto à replicabilidade prevista.

De acordo com os dados coletados, a maioria dos PTTs desenvolvidos no PPGAES apresenta um nível alto ou médio de aplicabilidade, o que sugere que os produtos são concebidos com uma abordagem prática e voltada para a solução de problemas concretos.

A análise da distribuição dos PTTs em relação à facilidade de aplicação e ao potencial de peplicação revela um equilíbrio perfeito entre os dois critérios. Ambos apresentam 29 PTTs classificados como alta e 29 PTTs classificados como média, sem registros de classificação baixa em nenhum dos casos. Esse resultado sugere que todos os projetos avaliados possuem um nível razoável de viabilidade e possibilidade de reprodução.

Em relação à facilidade de aplicação, metade dos projetos (29 PTTs) foi classificada com alta facilidade, indicando que podem ser implementados de maneira simples e eficiente. Já os outros 29 PTTs foram classificados como de média facilidade de aplicação, o que sugere que sua execução pode exigir mais esforço, recursos ou adaptações, mas ainda assim é viável.

O mesmo comportamento se repete para o potencial de replicação. Novamente, 29 PTTs foram considerados como tendo alto potencial, o que significa que essas iniciativas podem ser reproduzidas em diferentes contextos sem dificuldades significativas. Os outros 29 PTTs foram classificados como de médio potencial de replicação, sugerindo que a sua reprodução pode depender de condições específicas ou ajustes para que sejam aplicáveis em outros cenários.

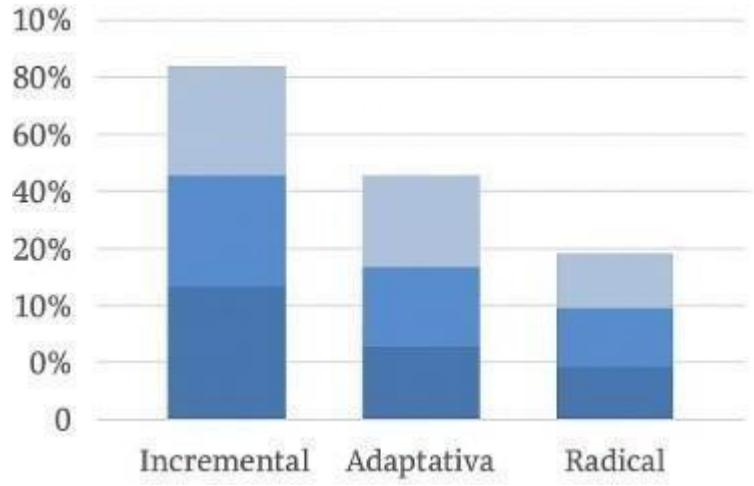
A correspondência exata entre os valores de facilidade de aplicação e potencial de replicação sugere que há uma relação direta entre esses dois fatores. Ou seja, projetos mais fáceis de aplicar também são mais fáceis de replicar, enquanto aqueles que demandam mais esforço para sua execução também podem apresentar desafios para serem reproduzidos em diferentes contextos. Esse dado reforça a solidez do planejamento dos PTTs, pois nenhum projeto foi classificado com baixa aplicabilidade ou baixa replicação, o que demonstra que as iniciativas são bem estruturadas desde sua concepção.

Esses resultados demonstram viabilidade técnica e institucional dos projetos analisados, conforme a maioria foi classificada como de aplicabilidade alta ou média. Tal evidência é compatível com o objetivo dos mestrados profissionais, que visam à produção de soluções concretas para problemas contextuais, conforme apontam Hetkowski (2018) e Silva Júnior (2021). Dos 58 PTTs avaliados, 39 apresentaram aplicabilidade considerada de alta ou média, indicando seu potencial efetivo de implementação e funcionalidade em contextos reais. Entretanto, para maximizar seu impacto, seria interessante aprofundar a análise sobre os fatores que influenciam os projetos classificados com médio potencial de replicação, a fim de identificar estratégias que facilitem sua disseminação para diferentes contextos. Dessa forma, seria possível garantir que um número ainda maior de iniciativas consiga alcançar uma aplicação mais ampla e eficiente.

v. Inovação e originalidade

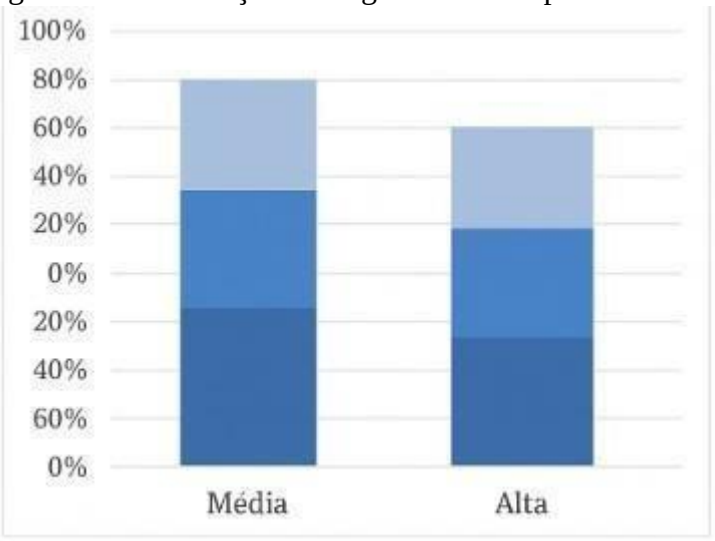
A inovação é um dos principais pilares dos PTTs, sendo um critério essencial para sua avaliação pela CAPES. Os dados analisados revelam que a maioria dos produtos desenvolvidos no PPGAES se enquadra na categoria de inovação incremental, ou seja, representam melhorias ou aperfeiçoamentos de processos e tecnologias já existentes. Esse resultado está alinhado com a natureza dos mestrados profissionais, que buscam aprimorar práticas institucionais e acadêmicas com base em evidências científicas. Isso pode ser evidenciado nas Figuras 6 e 7.

Figura 6 – Distribuição do tipo de inovação



Nota: Cada PTT foi classificado como contendo inovação incremental, adaptativa ou radical. A frequência de cada tipo foi convertida em percentual.
Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em Análises das seções metodológicas dos PTTs e pareceres avaliativos emitidos por orientadores e bancas.

Figura 7 – Distribuição de originalidade do produto



Nota: Avaliação qualitativa da originalidade dividida entre média e alta, conforme o ineditismo da proposta e ausência de modelos similares na literatura. Percentual calculado sobre o total de PTTs.
Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em conteúdo do PTT, análise de revisão de literatura e pareceres das bancas de defesa.

No critério tipo de inovação, a maioria dos PTTs (27 projetos) foi classificada como incremental, indicando que esses projetos trazem melhorias graduais em processos, produtos ou serviços já existentes, sem mudanças radicais. Em seguida, 22 projetos foram classificados como adaptativos, sugerindo que essas iniciativas ajustam ou personalizam soluções já conhecidas para atender a contextos específicos. Apenas 7 projetos foram classificados como radicais, demonstrando que a criação de inovações disjuntivas é menos frequente no conjunto analisado.

Já em relação à originalidade do produto, o maior grupo é formado pelos 31 PTTs classificados como tendo originalidade média, o que indica que a maioria dos projetos apresenta um nível moderado de novidade, combinando aspectos inovadores com elementos já estabelecidos. Além disso, 25 PTTs foram classificados com alta originalidade, mostrando que há uma quantidade considerável de projetos que se destacam por sua singularidade e criatividade. Não houve registros de produtos com originalidade baixa, o que reforça que todos os projetos analisados possuem algum grau de inovação.

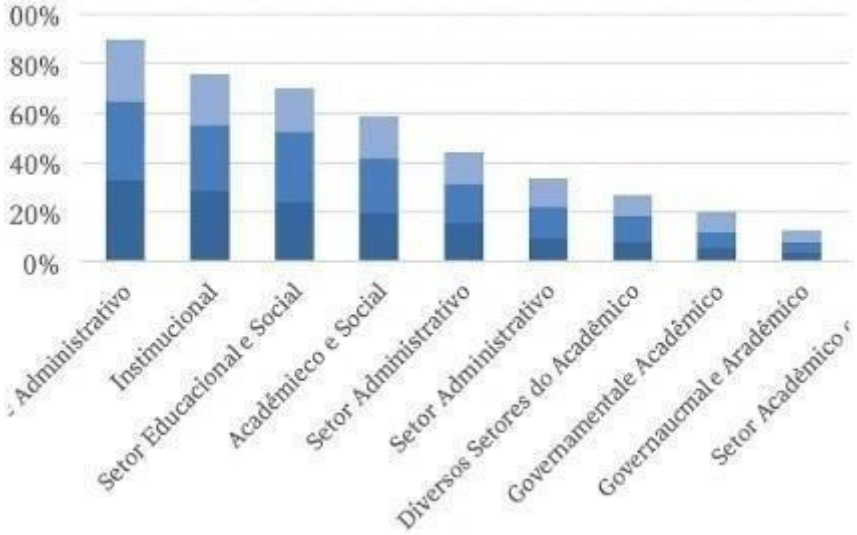
Comparando os dois critérios, percebe-se que inovações incrementais e adaptativas são predominantes, o que está alinhado com o fato de a maior parte dos produtos apresentar originalidade média. Os dados sugerem que os PTTs atuam majoritariamente no aperfeiçoamento de práticas existentes ou na adaptação de soluções a novos contextos, refletindo um padrão de inovação incremental ou adaptativa. Essa tendência é coerente com o perfil dos mestrados profissionais, os quais, segundo Fialho e Hetkowski (2017), priorizam a aplicação prática e a melhoria contínua dos processos nas instituições. Na amostra analisada, 27 PTTs foram classificados como de inovação incremental e 22 como adaptativa, evidenciando seu foco em aprimorar ações já em curso, ao invés de propor rupturas radicais.

A predominância de inovação incremental pode ser explicada pela viabilidade dessas abordagens, uma vez que mudanças graduais costumam ser mais fáceis de implementar e escalar. Embora a maioria dos PTTs concentre-se em inovações incrementais e adaptativas, a baixa ocorrência de propostas radicais (apenas 7 casos) aponta para uma oportunidade estratégica de fomentar esse tipo de inovação, que é fundamental para transformações institucionais mais profundas. De acordo com Zaidan, Ferreira e Kawasaki (2018), as inovações radicais são essenciais para redefinir práticas obsoletas e ampliar o impacto social do conhecimento técnico-científico. Incentivar esse perfil inovador pode ampliar a relevância dos PTTs e fortalecer o papel do PPGAES como vetor de transformação no ensino superior.

vi. Complexidade e desafios na implementação

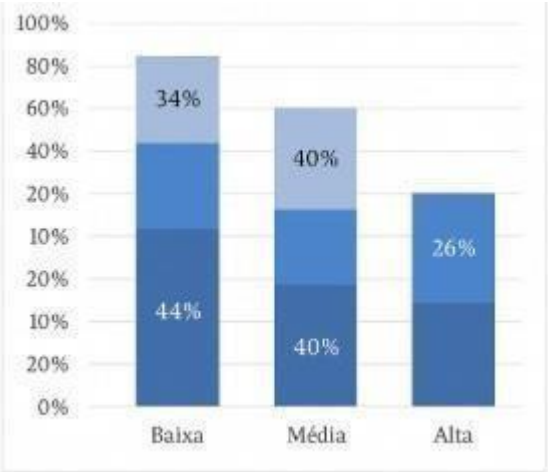
A complexidade dos PTTs foi avaliada com base na sofisticação técnica, no número de atores envolvidos no desenvolvimento do produto e na dificuldade de execução e os resultados podem ser vistos nas Figuras 8, 9 e 10.

Figura 8 – Distribuição do número de atores envolvidos



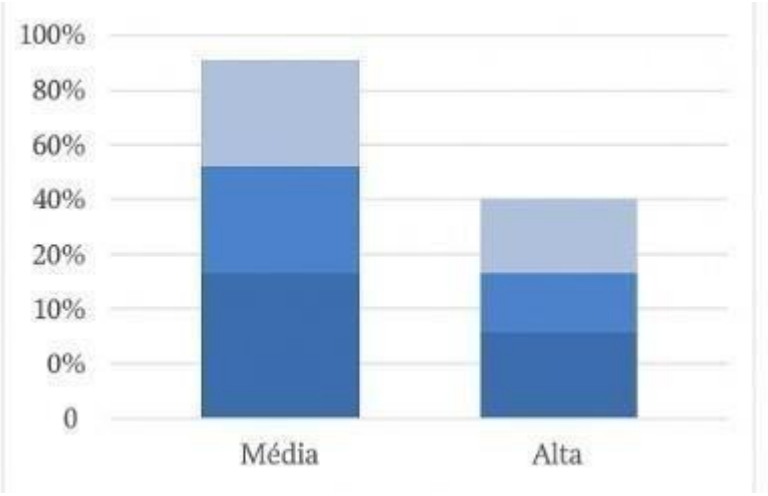
Nota: Foram identificados todos os setores/atores envolvidos em cada PTT. As categorias (como "Acadêmico e Administrativo", "Institucional" etc.) foram quantificadas e normalizadas em percentual.
Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em relatórios finais de qualificação e defesa, descrição metodológica dos PTTs.

Figura 9 – Distribuição da dificuldade de execução



Nota: As dificuldades relatadas foram agrupadas nas categorias baixa, média e alta, de acordo com complexidade técnica e operacional. Os percentuais indicam a distribuição proporcional entre essas categorias.
Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em relatos dos discentes, observações das bancas e análise do cronograma de execução dos PTTs.

Figura 10 – Distribuição da sofisticação técnica



Nota: Os níveis médio e alto foram definidos conforme a densidade de fundamentação, ferramentas aplicadas e domínio técnico exigido. Os dados foram convertidos em percentual para melhor visualização.
Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em avaliação técnica dos PTTs com base no detalhamento metodológico e na complexidade dos recursos envolvidos.

Os dados indicam que a maioria dos PTTs apresenta grau médio de complexidade, o que sugere que os produtos exigem certo nível de especialização técnica para serem implementados de forma eficaz.

No critério número de atores envolvidos, a maior parte dos PTTs (14 projetos) envolve atores acadêmicos e administrativos, indicando que esses projetos requerem coordenação entre diferentes setores dentro da instituição. Outros 13 PTTs são classificados como institucionais, o que sugere que essas iniciativas estão ligadas a políticas internas ou demandam uma estrutura organizacional específica para sua execução. Além disso, 9 PTTs envolvem setores educacionais e sociais, demonstrando que uma parcela significativa dos projetos tem impacto direto na comunidade acadêmica e em setores externos relacionados à educação e à sociedade.

Em relação à sofisticação técnica, os dados revelam uma divisão relativamente equilibrada: 30 PTTs foram classificados como tendo sofisticação técnica média, enquanto 24 PTTs foram classificados com alta sofisticação técnica. Isso indica que a maioria dos projetos apresenta um nível de complexidade técnica considerável, exigindo um grau moderado ou elevado de conhecimento especializado e recursos tecnológicos para sua implementação. A ausência de projetos com baixa sofisticação técnica sugere que todos os PTTs exigem algum nível de especialização para serem executados de forma eficiente.

Já no critério dificuldade de execução, a maior parte dos PTTs (26 projetos) foi classificada com baixa dificuldade de execução, sugerindo que esses projetos podem ser

implementados sem grandes desafios ou barreiras. No entanto, uma parcela significativa de 24 PTTs foi classificada como de média dificuldade de execução, o que indica que algumas iniciativas podem enfrentar obstáculos na implementação, seja por questões operacionais, burocráticas ou pela necessidade de um maior envolvimento de especialistas. Apenas 4 PTTs foram classificados como de alta dificuldade de execução, o que demonstra que poucos projetos enfrentam desafios significativos para serem realizados.

Ao cruzar os três critérios, percebe-se que os projetos que envolvem múltiplos setores tendem a apresentar maior sofisticação técnica e dificuldade de execução, o que pode demandar mais planejamento e suporte institucional. A predominância de projetos com sofisticação técnica média e dificuldade de execução baixa ou média mostra que a maioria dos PTTs possui desafios gerenciáveis, o que favorece sua implementação e impacto.

Os dados são positivos, pois indicam que a maior parte dos PTTs pode ser executada sem grandes barreiras, embora alguns projetos mais sofisticados possam necessitar de estratégias específicas para facilitar sua implementação. Para otimizar a execução dos projetos mais complexos, seria interessante investigar quais fatores dificultam sua realização e buscar soluções para viabilizar sua aplicação de forma mais eficiente.

vii. O produto final

No mestrado profissioanl se destaca do acadêmico principalmente pela elaboração e execução do PTT, como requisito obrigatório para finalização, evidentemente, além da pesquisa e do artigo submetido. A produção de PTTs representa um importante diferencial na qualificação dos discentes, uma vez que promove a interação entre a academia e o setor produtivo.

Este portfólio reflexivo documenta a trajetória de desenvolvimento da pesquisa realizada no âmbito do PPGAES/UFPB, cujo foco foi a análise da produção de PTTs no programa entre os anos de 2019 e 2024. A pesquisa teve como objetivo investigar a relevância acadêmica e o impacto social desses produtos, considerando sua conformidade com as normativas da CAPES e sua aplicação prática. A metodologia adotada envolveu uma abordagem qualitativa, combinando análise documental e grupo focal com docentes do programa, proporcionando uma visão abrangente sobre os desafios e oportunidades relacionados à produção dos PTTs.

Dessa forma, este portfólio tem como propósito central refletir sobre as práticas, desafios e aprendizados adquiridos ao longo da pesquisa, destacando aspectos importantes para o aprimoramento da produção de PTTs no PPGAES/UFPB. Para tanto, serão abordadas

questões como a conformidade dos PTTs com as diretrizes normativas, os principais entraves enfrentados no seu desenvolvimento, o impacto dessas produções na comunidade acadêmica e propostas de melhoria para sua execução.

A estrutura do documento seguirá uma abordagem reflexiva e analítica, iniciando com um panorama sobre o contexto dos PTTs e sua relevância para os mestrados profissionais. Em seguida, serão apresentados os desafios identificados durante a análise documental e as discussões do grupo focal, bem como as estratégias adotadas para mitigar essas dificuldades. Por fim, serão propostas recomendações para aprimoramento dos PTTs e a sua maior integração com as necessidades institucionais e sociais.

Ao documentar esse percurso, o portfólio visa contribuir não apenas para a compreensão da importância dos PTTs no âmbito do PPGAES/UFPB, mas também para a elaboração de diretrizes que fortaleçam sua execução e impacto. Assim, a reflexão sobre essa experiência se torna um instrumento de aprimoramento contínuo, favorecendo a produção de conhecimento aplicado e a qualificação de profissionais aptos a enfrentar os desafios da gestão educacional no Brasil.

A proposta deste estudo surgiu a partir da necessidade de compreender e avaliar a produção dos PTTs desenvolvidos no âmbito do PPGAES/UFPB, considerando sua relevância acadêmica, impacto social e conformidade com as normativas da CAPES. O crescente protagonismo dos PTTs nos MPs levou à reflexão sobre a qualidade e a efetividade dessas produções, impulsionando a investigação sobre seus desafios, potencialidades e possibilidades de aprimoramento.

A construção dos PTTs enfrentou desafios significativos, incluindo a falta de padronização nos processos de desenvolvimento, dificuldades na articulação entre teoria e prática e barreiras institucionais para a implantação e validação dos produtos. Além disso, a integração dos PTTs com as necessidades reais da gestão educacional revelou-se um obstáculo relevante, exigindo um olhar mais atento sobre sua funcionalidade e aplicação no cotidiano acadêmico e administrativo.

Para superar esses desafios, diversas estratégias foram adotadas ao longo do estudo. Primeiramente, a realização de um grupo focal com docentes do PPGAES permitiu identificar dificuldades comuns e compartilhar boas práticas para aprimorar a produção dos PTTs. Em paralelo, a análise documental dos PTTs desenvolvidos entre 2019 e 2024 possibilitou um diagnóstico detalhado sobre sua conformidade com as diretrizes normativas e suas contribuições efetivas para a gestão educacional.

Outra estratégia fundamental foi a revisão da literatura, que forneceu subsídios teóricos para embasar a discussão sobre a relevância dos PTTs e suas aplicações. Ademais, o contato com profissionais que já haviam desenvolvido PTTs bem-sucedidos possibilitou a compreensão de boas práticas e soluções para entraves institucionais e operacionais.

Com essas abordagens, foi possível compreender os fatores que dificultam a produção e aplicação dos PTTs, além de propor melhorias que possam otimizar sua implementação e ampliação na educação superior.

A análise dos PTTs desenvolvidos ao longo deste estudo permitiu um impacto significativo tanto na prática profissional quanto na acadêmica. A partir da análise dos PTTs produzidos no PPGAES/UFPB, foi possível identificar avanços concretos na formulação de políticas institucionais, no aprimoramento da gestão educacional e na adoção de estratégias inovadoras voltadas para a melhoria da qualidade do ensino superior.

Na esfera profissional, os PTTs contribuíram para a estruturação de mecanismos de avaliação e acompanhamento da implementação de políticas públicas no ensino superior. As soluções desenvolvidas possibilitaram uma maior integração entre os atores da comunidade universitária e extra muros, promovendo um ambiente de governança mais transparente e eficiente. Além disso, houve um fortalecimento da cultura de inovação dentro das universidades, estimulando a criação de novos produtos e processos que atendam às necessidades do setor educacional.

No contexto acadêmico, a produção e validação dos PTTs geraram reflexões importantes sobre a aplicação do conhecimento teórico em situações concretas. Os feedbacks recebidos durante a implementação indicaram que os produtos desenvolvidos agregaram valor ao processo formativo dos discentes do PPGAES, demonstrando a viabilidade e a aplicabilidade dos conceitos estudados. A participação ativa dos docentes e alunos no desenvolvimento desses produtos evidenciou a importância de metodologias colaborativas na geração de soluções para desafios institucionais.

Durante esse processo, desafios como a adaptação das soluções às diferentes realidades institucionais e a necessidade de maior suporte técnico foram identificados. No entanto, os ajustes realizados a partir dos feedbacks contribuíram para a consolidação de produtos mais robustos e alinhados às demandas reais do setor educacional.

Dessa forma, a aplicação dos PTTs reafirma o papel do mestrado profissional na construção de soluções que transcendem o ambiente acadêmico, gerando impactos tangíveis na sociedade e fortalecendo a articulação entre a universidade e o setor produtivo. Os resultados obtidos reforçam a necessidade contínua de aperfeiçoamento desses produtos, garantindo que permaneçam relevantes e eficazes dentro do contexto dinâmico da educação

superior brasileira.

Os resultados obtidos com a análise dos PTTs no âmbito do PPGAES/UFPB proporcionaram reflexões importantes sobre a aplicabilidade dessas produções e suas contribuições para a gestão da educação superior. A principal constatação foi a necessidade de maior alinhamento entre os PTTs e as demandas institucionais, de modo que possam gerar impacto real e mensurável nas políticas educacionais.

Um dos principais aprendizados foi a identificação de que a produção de PTTs exige não apenas embasamento teórico consistente, mas também uma forte articulação com as realidades institucionais. Esse fator reforça a importância de envolver stakeholders institucionais desde as fases iniciais do desenvolvimento dos PTTs.

As oportunidades de aprimoramento dos PTTs incluem a criação de mecanismos formais de validação e acompanhamento, garantindo que essas produções atendam efetivamente às necessidades das universidades e órgãos gestores da educação superior. Uma das recomendações levantadas no estudo é a implementação de iniciativasantes da adoção definitiva dos PTTs, permitindo ajustes baseados em feedbacks concretos dos usuários finais.

Para melhorar o alinhamento dos PTTs às diretrizes da CAPES, é essencial estabelecer diretrizes mais claras para a concepção e desenvolvimento desses produtos, assegurando que cumpram critérios de inovação, impacto social e aplicabilidade prática. Além disso, recomenda-se a criação de um repositório institucional de PTTs.

Dessa forma, a evolução dos PTTs no PPGAES/UFPB deve considerar a ampliação do suporte técnico e institucional para os discentes, garantindo que suas produções não apenas atendam aos requisitos normativos, mas também contribuam de maneira significativa para a melhoria da educação superior no Brasil.

A análise e implementação dos PTTs desenvolvidos ao longo deste estudo trouxeram contribuições significativas para o campo das políticas públicas e da gestão da educação superior. A pesquisa revelou que os PTTs não apenas promovem inovações na administração acadêmica, mas também fortalecem o elo entre a universidade e as necessidades institucionais. Ao permitir uma abordagem mais aplicada para a resolução de desafios educacionais, os PTTs se tornaram ferramentas estratégicas na formulação e execução de políticas públicas para o ensino superior.

Além contribuir com o programa, este estudo evidenciou a importância da integração dos PTTs às diretrizes da CAPES, garantindo que sua produção atenda a critérios de relevância social e acadêmica. A sistematização das experiências e desafios enfrentados possibilitou uma reflexão aprofundada sobre as melhores práticas para o desenvolvimento de produtos que não apenas inovam, mas que também possuem aplicabilidade concreta na gestão educacional.

Do ponto de vista pessoal e profissional, o MP proporcionou uma transformação importante na trajetória acadêmica do pesquisador. O processo de investigação e desenvolvimento dos PTTs aprimorou a capacidade de análise crítica, planejamento estratégico e implementação de soluções inovadoras dentro do contexto da educação superior. A experiência adquirida ao longo deste percurso reforçou a relevância de alinhar a produção acadêmica às demandas reais do setor educacional, garantindo que o conhecimento gerado tenha impacto direto e mensurável.

Dessa forma, este portfólio reflexivo não apenas documenta a jornada acadêmica percorrida, mas também oferece subsídios para futuras pesquisas e aprimoramento contínuo dos PTTs nos MPs. A continuidade desse trabalho, aliada à implementação das recomendações propostas, tem o potencial de fortalecer a contribuição dos PTTs para a gestão da educação superior no Brasil, consolidando o mestrado profissional como um espaço de inovação e transformação acadêmica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central analisar os PTTs desenvolvidos no PPGAES/CE/UFPB, entre 2019 e 2024, avaliando sua conformidade com as normativas da CAPES e identificando desafios e oportunidades para aprimoramento. A pesquisa foi orientada pela seguinte questão: Como os PTTs desenvolvidos no âmbito do PPGAES podem ser melhorados para atender às normativas da CAPES?

Com base na análise documental e na realização do grupo focal com docentes do programa, constatou-se que os PTTs desempenham um papel relevante na aplicação do conhecimento acadêmico à prática profissional, aproximando a pós-graduação da resolução de problemas concretos na gestão educacional. No entanto, os dados indicaram que ainda existem desafios estruturais e institucionais, como a falta de diretrizes mais específicas para a concepção e avaliação dos PTTs, além da necessidade de maior suporte institucional para sua implementação e replicação.

No que se refira aos objetivos do estudo, pode-se afirmar que foram alcançados. Foi possível identificar e classificar os PTTs produzidos no período analisado. Além disso, foram mapeadas dificuldades enfrentadas pelos docentes no desenvolvimento desses produtos, bem como propostas de estratégias para sua melhoria e maior integração com as demandas institucionais.

Entre os principais resultados, destaca-se a constatação de que os PTTs são reconhecidos como instrumentos estratégicos de inovação, porém sua implementação ainda enfrenta obstáculos, como dificuldades na regulamentação, falta de acompanhamento institucional e desafios na aplicabilidade prática. O grupo focal evidenciou a importância de uma maior articulação entre a academia e o setor público, garantindo que os PTTs possam contribuir efetivamente para a melhoria da gestão educacional e das políticas públicas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo da investigação, incluindo outros programas de mestrado profissional e estabelecendo comparações entre diferentes instituições e áreas do conhecimento. Outra perspectiva relevante seria aprofundar a avaliação do impacto dos PTTs no longo prazo, analisando sua efetividade na resolução de problemas institucionais e sua contribuição para a formação profissional dos egressos.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento da produção e da valorização dos PTTs no contexto da pós-graduação brasileira, incentivando a adoção de políticas institucionais que ampliem sua relevância acadêmica e prática. O aprimoramento

desses produtos pode representar um avanço importante na articulação entre teoria e prática na educação superior, promovendo inovação, eficiência e impacto social positivo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.; PRINCEPE, L. O lugar da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 103-117, jan./mar. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011. 229p

BORGES, Luís Fabiano Farias *et al*. **AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL:**: histórico, procedimentos e conceitos. Brasília: Capes, 2023. 113 p. Relatório Técnico DAV n. 7. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/26102023_relatoriotecnicodavn7.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Avaliação**. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, 2020b. Disponível em: http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 7** de 22 de junho de 2009.Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=762
https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2075/portaria- normativa-n-7

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf;jsessionid=IpC19tcuSCVdbQWNHKsjYjWE.sucupira213. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Ficha de Avaliação – Grupo de Trabalho** 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf. Acesso em: 23 jan. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Avaliação da pós-graduação *stricto senso* no Brasil**: histórico, procedimentos e conceitos. Brasília: CAPES, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/26102023_relatoriotecnicodavn7.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024

BRASIL. **Portaria MEC nº 387**, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=67751. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. MEC. **Portaria MEC Nº 389**, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-389-2017-03-23.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

CASTRO NETO, M.; PEREIRA, A. M.; PONTES, A. P. F. S. Regulamentação do produto técnico tecnológico: a experiência de um programa de pós-graduação em educação. **Caminhos em linguística aplicada.** Taubaté, SP, v.30, n.3, p. 116-137, 1sem. 2024.

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. das G. G. V. **Regulações da Educação Superior no Brasil: da Primeira República até o SINAES**. Debates em Educação, [S. l.], v. 12, n. 27, p.352–369, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n27p352-369. Disponível em:https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8645.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **História e Missão.** 2023 Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-ainformacao/institucional/historia-e-missao. Acesso em: 19 maio 2024.

CUNHA, Amanda Santos Lima da. **Produtos técnicos e tecnológicos de mestrados profissionais e suas contribuições para a gestão da educação superior**. 2024. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação, Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32862. Acesso em: 15 dez. 2024.

CURY, C. R. J. **A pós-graduação no Brasil:** itinerários e desafios. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 7, n. 14, Edição Especial, p. 40-65, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42346/27152. Acesso em: 19 maio 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Didática, 2013

FIALHO, N. H.; HETKOWSKI, T. M. Mestrados Profissionais em Educação: novas perspectivas... **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 19-34, jan./mar. 2017.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
GONÇALVES, C. Érica L. de C.; OLIVEIRA, C. de S.; MAQUINÉ, G. O.; MENDONÇA, A. P. (Alguns) desafios para os Produtos Educacionais nos Mestrados Profissionais nas áreas de Ensino e Educação. **Educitec** - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, v. 5, n. 10, 2019. DOI: 10.31417/educitec.v5i10.500. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/500. Acesso em: 12 out. 2023.

HETKOWSKI, T. M. MESTRADOS PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO: Políticas de implantação e desafios às perspectivas metodológicas. **Plurais** - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 1, n. 1, 2018. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2016.v1.n1.%p. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/2299. Acesso em: 27 jul. 2024.

JORGE, Tania C. Araújo; SOVIERZOSKI, Hilda Helena; BORBA, Marcelo de Carvalho. A Área de Ensino após a avaliação quadrienal da CAPES: reflexões fora da caixa, inovações e desafios em 2017. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 10, n. 3, p. 1-15, set./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/7744. Acesso em: 12 out. 2023.

LEHER, Roberto. **Mestrado profissional na educação**: notas preliminares, 2011, mímeo.

MARTINS, Carlos. As origens da pós-graduação nacional (1960-1980). In: Revista Brasileira de Sociologia | Vol 06, No. 13 | Mai-Ago/2018. p. 12

MARTINS NETO, Antonio Virginio; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Elaboração e divulgação de produtos educacionais no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Educitec - **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus (AM)**, v. 10, e231424, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.31417/educitec.v10.2314.

MOREIRA, M. C. A.; RÔÇAS, G.; PEREIRA, M. V.; ANJOS, M. B. Produtos educacionais de um curso de mestrado profissional em ensino de ciências. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 344-363, set./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/5697

PINHEIRO, F. F. P. S.; AIRES, J. P. Um levantamento sobre os produtos técnicos e tecnológicos desenvolvidos na pós-graduação. Educitec - **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 8, e196722, 2022. DOI: https://doi.org/10.31417/educitec.v8.1967.

PAIXÃO, Roberto Brazileiro; BRUNI, Adriano Leal. MESTRADOS PROFISSIONAIS: CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICIDADES, DIFERENÇAS E RELATOS DE SUCESSO. **Administração: Ensino e Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 279–310, 2013. DOI: 10.13058/raep.2013.v14n2.66. Disponível em: https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/66. Acesso em: 27 jan. 2025.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/actio. Acesso em: 15 ago. 2024.

ROMÃO, José Eustáquio; MAFRA, Jason Ferreira. Mestrado profissional: Crônica de uma morte anunciada... **Plurais** - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 1, n. 2, 2016. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2016.v1.n2.%p. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/2685. Acesso em: 4 ago. 2024.

SANTOS, João Derli de Souza. A pós-graduação no Brasil: e os planos nacionais de pós-graduação e as políticas de governo. **Ponto de Vista Jurídico**, v. 12, n. 2, p. 192-216, 2023.

SCHWARTZMAN, Simon. Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda?. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 227-254, 2022.

SAVEGNAGO, C. L., GOMEZ, S. da R. M., DALLA CORTE, M. G., MARQUEZAN, L. I. P. (sem data). **Produtos de um mestrado profissional na área da educação:** um estado do conhecimento. http://dx.doi.org/10.5902/2318133840662

SILVA JÚNIOR, Marcos César Moraes. **Inovação para a produção técnico/tecnológica de Programa de Pós-Graduação**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública)

– Universidade Federal do Espírito Santo. 185f. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_42e7151311ba57e8b8c68d741d7bbc1f. Acesso em: 4 jul. 2024.

SOUTO, Maênia Araujo Mendes Vaz de. Aplicabilidade dos produtos técnicos e tecnológicos produzidos pelos egressos do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023.

SOUZA, Quezia Alves de. **PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E A FORMAÇÃO ACADÊMICA: Percepções de egressos de um mestrado profissional.** chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/32240/1/QueziaAlvesDeSouza_Dissert.pdf

ZAIDAN, S., FERREIRA, M. C. C., KAWASAKI, T. F. **A pesquisa da própria prática no mestrado profissional**. 3(1), 88-103, 2018.

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. de F. R.; KAWASAKI, T. F. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. **RBPG**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 1-12, 2020.

ZIHLMANN, K. F.; MAZZAIA, M. C. Aprimoramento da Ficha de Validação de Produtos Educacionais na pós-graduação profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 2, e20210063, 2022.

APÊNDICES

APÊDICE A − Categorias de Avaliação dos PTTs, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria CAPES nº 60/2019

DESCRIÇÃO PTT						ADERÊNCIA		IMPACTO		APLICABILIDADE		INOVAÇÃO		COMPLEXIDADE		
Título do PTT	**Linha Pesquisa**	**Autor**	**Tipo**	**Período Desenvolvimento (pré, transição e pós)**	**Setor Aplicação**	**Afinidade com as linhas de pesquisa (S/N)**	**Contribuição ao programa (S/N)**	**Transformação realizada (alta, média ou baixa)**	**Potencial de transformação (alta, média ou baixa)**	**Facilidade de aplicação**	**Potencial de replicação**	**Tipo de inovação: radical, incremental ou adaptativa.**	**Originalidade do produto**	**Número de atores envolvidos**	**Sofisticação técnica**	**Dificuldade de execução**
Execução Orçamentária e Políticas de Financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: 2016-2021	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Maria das Graças Moreira de Almeida	Dissertação (Mestrado)	Pós	Educação Superior	S	S	Média	Alta	Alta	Média	Incremental	Média	Diversos setores do IFPB	Média	Média
Prestação de Serviços em Restaurante Estudantil sob a Ótica Discente: Estudo Realizado no Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Aluska Farias de Oliveira Amaral	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Radical	Alta	Governamental e acadêmico	Alta	Alta
Acumulação de Cargos e Empregos: Uma Análise à Luz do Art. 37 da Constituição Federal e Demais Previsões Legais nas Universidades Federais	Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	Jeferson Silva de Andrade	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão Universitária	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor acadêmico e administrativo	Média	Baixa

Evasão e Permanência no Ensino Superior: O Caso do Curso de Secretariado Executivo (Campus IV/UFPB)	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Anne Angely Guedes Andrade	Dissertação (Mestrado)	Pós	Ensino Superior	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Radical	Alta	Diversos órgãos universitários	Alta	Alta
Retenção de Estudantes Contemplados com a Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Gabrielly Belmont de Brito Lima Aragão	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Média	Média	Alta	Média	Incremental	Média	Institucional	Média	Baixa
Evasão e Permanência de Estudantes do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Márcia Danyelle Evangelista Freire de Araújo	Dissertação (Mestrado)	Pós	Ensino Superior	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Setor acadêmico e social	Alta	Média
O Apoio Pedagógico e a Política de Assistência Estudantil: O Contexto do Instituto Federal da Paraíba – Campus Monteiro	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Tannissa Luanna Cardoso de Araújo	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Institucional	Média	Baixa
Evasão e Permanência de Discentes nos Cursos de Graduação Presenciais do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN/UFPB)	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Joseane de Pontes Barbosa	Dissertação (Mestrado)	Pós	Educação Superior	S	S	Média	Alta	Média	Alta	Incremental	Média	Setor acadêmico	Média	Média

Gestão Socioambiental na Educação Superior: Uma Análise na Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Társila Moscoso Borges	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão Universitária	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor administrativo	Média	Baixa
Inclusão do Surdo na Educação Superior: Práticas Inclusivas na Perspectiva do Tradutor Intérprete de Libras	Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	Cristiano Lima de Brito	Dissertação (Mestrado)	Pós	Educação Inclusiva	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Radical	Alta	Acadêmico e social	Alta	Média
A Atenção à Saúde na Assistência Estudantil nas Universidades Federais do Nordeste	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Emmanoel Ferreira Carvalho	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Média	Média	Alta	Média	Incremental	Média	Institucional	Média	Baixa
Participação dos Técnicos Administrativos nas Pesquisas Científicas do Instituto Federal da Paraíba: Estudo de Caso no Campus João Pessoa	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Ubiratan Santos de Carvalho	Dissertação (Mestrado)	Pós	Pesquisa e Desenvolvimento	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Radical	Alta	Setor técnico-administrativo	Alta	Alta

Regime Diferenciado de Contratações Públicas: Análise do Princípio da Eficiência nas Licitações de Obras do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Francisco José da Costa Júnior	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão Pública	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Institucional	Média	Baixa
Produtos Técnicos e Tecnológicos de Mestrados Profissionais e Suas Contribuições para a Gestão da Educação Superior	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Amanda Santos Lima da Cunha	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão da Educação Superior	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
O Processo de Expansão e de Interiorização do Ensino Superior no Instituto Federal da Paraíba: O Caso do Campus Guarabira	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Gutemberg de Lima Davi	Dissertação (Mestrado)	Pós	Educação Superior	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa
O Teletrabalho de Servidores Técnico-Administrativos Durante a Emergência Sanitária da COVID-19 em um Centro Acadêmico da Universidade Federal da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Walter Luiz Rocha da Fonsêca Júnior	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão Universitária	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Setor administrativo	Alta	Média

O Programa Nacional de Assistência Estudantil e a Permanência de Estudantes no Ensino Médio de Formação Profissional Tecnológica	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Iara de Souza Januário	Dissertação (Mestrado)	Pós	Ensino Técnico	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Acadêmico e social	Média	Baixa
Gestão da Informação na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Matemática e no Departamento de Matemática do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Francisco Pires de Lacerda Júnior	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão Acadêmica	S	S	Média	Média	Alta	Média	Incremental	Média	Institucional	Média	Baixa
Construção de um Instrumento de Avaliação do Estágio Supervisionado Hospitalar para Unidade Obstétrica	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Marília Siebra Pereira Leite	Dissertação (Mestrado)	Pós	Educação na Saúde	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Radical	Alta	Setor acadêmico	Alta	Média
Organização do Trabalho e Saúde Mental: O Caso dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação de um Instituto Federal	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Thiago da Silva Duarte Lemos	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão de Pessoas	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor administrativo	Média	Baixa

Permanência no Ensino Superior: Uma Análise no Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Laudicéia Teixeira Lins	Dissertação (Mestrado)	Pós	Ensino Superior	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e social	Alta	Média
Acessibilidade nos Portais Institucionais da Universidade Federal da Paraíba: Uma Análise Após a Padronização do Uso do Sistema de Gerenciamento de Conteúdo Plone	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Renato Santos Lourenço	Dissertação (Mestrado)	Pós	Inclusão Digital	S	S	Média	Média	Alta	Média	Incremental	Média	Institucional	Média	Baixa
Gestão de Bibliotecas na Universidade Federal da Paraíba: Análise com Base nos Indicadores de Avaliação	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Mara Leurany Jorge Maia	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão de Bibliotecas	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Radical	Alta	Setor técnico-administrativo	Alta	Alta
Análise das Fragilidades dos Institutos Federais de Educação em Relação ao Risco de Fraude e Corrupção	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Kleber Cruz Marques Neto	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão Pública	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Institucional	Média	Baixa

Comunicação Institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: Contribuições para a Divulgação Científica	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Daniela Espínola Fernandes da Mota	Dissertação (Mestrado)	Pós	Comunicação Institucional	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
A Gestão da Informação entre Setores Administrativos da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba e Sua Contribuição nas Tomadas de Decisão	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Débora Espínola Fernandes da Mota	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão da Informação	S	S	Média	Média	Alta	Média	Incremental	Média	Institucional	Média	Baixa
Financiamento da Educação Superior: Um Print da Internacionalização no Instituto Federal da Paraíba (2010-2019)	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Helena Lima de Moura	Dissertação (Mestrado)	Pós	Internacionalização da Educação	S	S	Média	Alta	Média	Alta	Incremental	Média	Acadêmicos e social	Alta	Média
Saúde do Servidor: Um Plano de Ação Preventivo para o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da UFPB	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Regiane Maria da Costa Muniz	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão de Pessoas	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Radical	Alta	Setor acadêmico	Alta	Média

A Permanência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: Proposição de um Plano para o Apoio Pedagógico	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Emily da Silva Nascimento	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Institucional	Média	Baixa
Gestão de Bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica: Avaliação dos Recursos Materiais e Informacionais no Instituto Federal da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Fabiana Lopes do Nascimento	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão de Bibliotecas	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: Percepções dos Discentes Assistidos pelo Restaurante Universitário do Campus IV - Rio Tinto	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Karina Araújo do Nascimento	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa
Financiamento da Extensão no Instituto Federal da Paraíba no Período de 2019 a 2022	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Maria Cleidenedia Morais Oliveira	Dissertação (Mestrado)	Pós	Extensão Universitária	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média

Políticas Públicas de Acesso à Informação na Educação Superior: Proposta de Diretrizes para Criação do Arquivo Central da Universidade Federal do Amapá	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Kawan de Souza Pacote	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão da Informação	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Institucional	Média	Baixa
Início da Carreira Docente em uma Instituição Pluricurricular: O Caso do Instituto Federal da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Sidny Janaina Pedrosa	Dissertação (Mestrado)	Pós	Formação Docente	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
A Importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil para a Permanência e o Êxito Acadêmico de Estudantes Cotistas no Instituto Federal de Educação da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Angélica Gadelha Pordeus	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa
Avaliação da Educação Superior: Ações de Internacionalização e Sua Influência no Conceito CAPES	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Denize Barreto Rocha	Dissertação (Mestrado)	Pós	Internacionalização da Educação	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
Financiamento da Educação Superior: Aplicação dos Recursos da Assistência Estudantil para o Auxílio Restaurante Universitário	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Ilsy Gisleany de Medeiros Rodrigues	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Institucional	Média	Baixa

Permanência na Pós-Graduação Durante a Pandemia e os Impactos Posteriores aos Estudantes	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Valentim Heleno Santos Rodrigues	Dissertação (Mestrado)	Pós	Ensino Superior	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
Gestão da Educação e Processos Organizacionais: Um Estudo na Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Djanice Silva de Santana	Dissertação (Mestrado)	Pós	Educação Profissional	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa
Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: Contribuições e Impasses para Permanência e Êxito do Estudante do Curso de Pedagogia	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Fabiana Ramalho dos Santos	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
Gestão do Conhecimento na Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal da Paraíba: Proposta de um Modelo Baseado na Norma ISO 30401	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Débora Henrique Pontes dos Santos	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão do Conhecimento	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Institucional	Média	Baixa
Retenção e Evasão na Educação Superior: O Caso do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Daniel Dias dos Santos	Dissertação (Mestrado)	Pós	Permanência e Evasão	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média

Práticas de Gestão na Educação Superior: Um Olhar Sobre a Retenção e a Evasão nas Licenciaturas do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Natinelle de Meneses Pinheiro Santos	Dissertação (Mestrado)	Pós	Permanência e Evasão	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa
Gerencialismo e a Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal: Caso do Instituto Federal da Paraíba	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Vanessa Jaqueline Ferreira dos Santos	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão de Pessoas	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
Gestão do Conhecimento na Reitoria do Instituto Federal da Paraíba: Diagnóstico Aplicando o Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira - MGCAPB	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Ana Patrícia de Carvalho Farias Serrano	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão do Conhecimento	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa
Desenvolvimento Profissional e Identitário dos Técnicos em Assuntos Educacionais: Contribuição para a Política de Formação Continuada de um Instituto Federal	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Katia Félix da Silva	Dissertação (Mestrado)	Pós	Formação Continuada	S	S	Média	Alta	Média	Alta	Incremental	Média	Acadêmico e social	Alta	Média

Avaliação do Programa de Contratação de Professor Visitante: Um Olhar para a Internacionalização da Universidade Federal da Paraíba	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Vanusa Virgínia da Silva	Dissertação (Mestrado)	Pós	Internacionalização da Educação	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Institucional	Média	Baixa
Gestão do Ensino Superior com Foco no Acesso à Informação: Um Estudo sobre a Transparência Orçamentária no Instituto Federal da Paraíba	Avaliação e Financiamento da Educação Superior	Tarciana Mirella Barros Silveira	Dissertação (Mestrado)	Pós	Gestão Universitária	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
Expansão do Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil: Análise a partir da Percepção dos Discentes Assistidos na UFPB	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Amanda de Aquino Sousa	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa
Política de Assistência Estudantil: Uma Abordagem no Contexto da Atenção à Saúde na Universidade Federal da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Andreia Pires de Souza	Dissertação (Mestrado)	Pós	Assistência Estudantil	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
Pós-Graduação no Brasil e a Formação Acadêmica: Percepções de Egressos de um Mestrado Profissional	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Quezia Alves de Souza	Dissertação (Mestrado)	Pós	Formação Acadêmica	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa

A Evasão Discente em Tempos de Pandemia (2020-2022) nos Cursos de Graduação (Bacharelado) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus I - João Pessoa	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Cláudia Marcele Vieira Trindade	Dissertação (Mestrado)	Pós	Ensino Superior	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média
Educação em Saúde da Mulher: O Impacto da Gestão do Cuidado no Sistema Único de Saúde no Serviço de Saúde Hospitalar	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Rosa Cássia Trindade	Dissertação (Mestrado)	Pós	Saúde Pública	S	S	Média	Média	Alta	Média	Adaptativa	Média	Setor educacional e social	Média	Baixa
Ambientalização da Gestão Universitária: Um Olhar sobre a Universidade Federal da Paraíba	Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	José Rômulo Batista Xavier Júnior	Dissertação (Mestrado)	Pós	Sustentabilidade	S	S	Alta	Alta	Média	Alta	Incremental	Alta	Acadêmico e administrativo	Alta	Média

APÊDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTFÓLIO

DE PRODUÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA DO PPGAES

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

Autora: Maria Gorete Lopes de Lima
Orientador: Prof. Dr. Mariano Castro Neto

Ppgaes

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas,
Gestão e Avaliação da Educação Superior

FICHA TÉCNICA

Autoria:
Maria Gorete Lopes de Lima

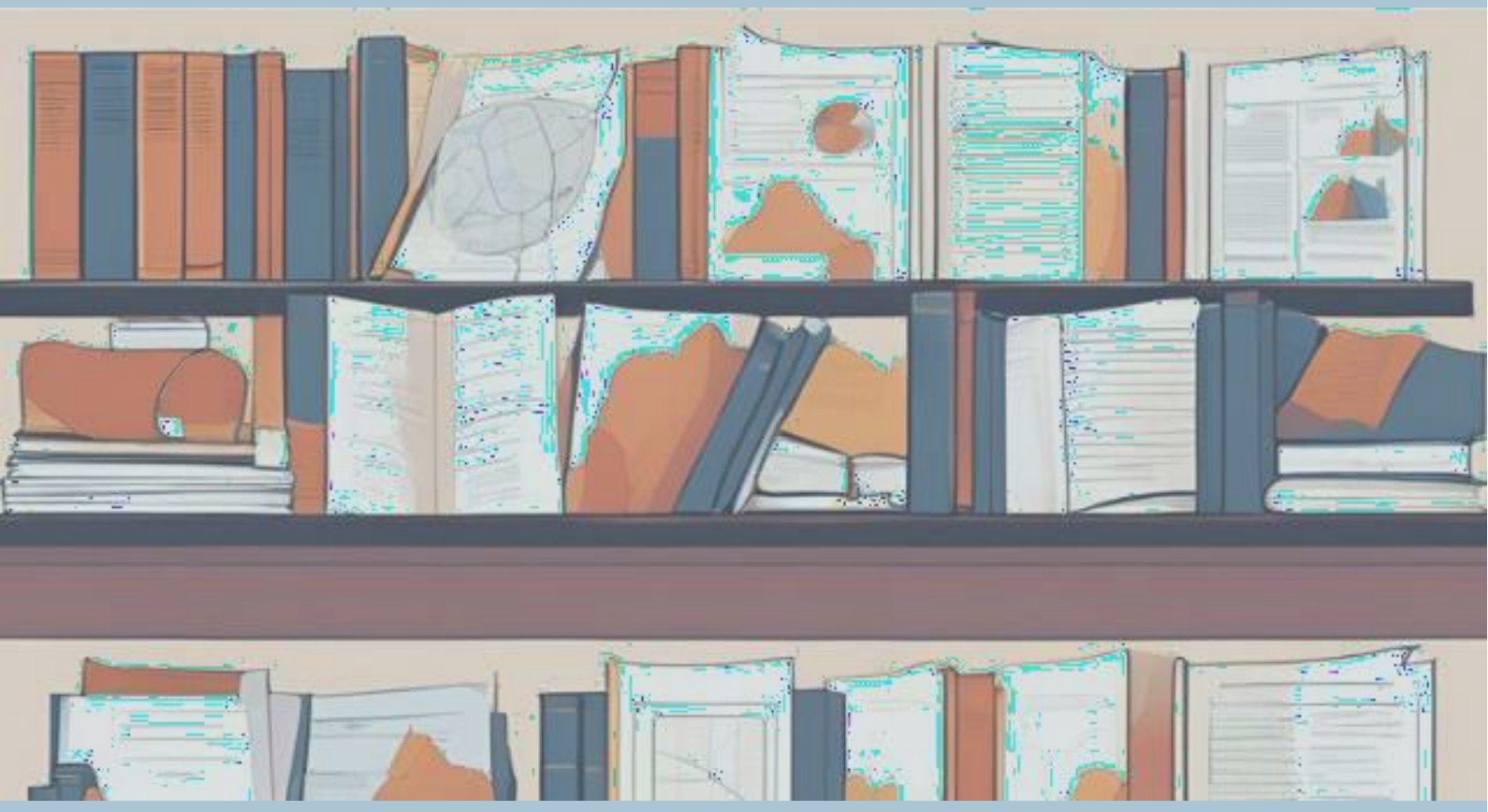
Orientação e Revisão:
Dr. Mariano Castro Neto
ORCID: 0000-0002-5926-0486

Edição Gráfica:
Nathali de Oliveira Costa
nathali.dacosta@gmail.com

Este Portfólio é um

Produto Técnico-Tecnológico da Dissertação:

OS PRODUTOS TÉCNICOS TECNOLÓGICOS E SUA APLICAÇÃO NO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



Apresentação 5

Contexto e desenvolvimento do trabalho 7

Aplicação dos Produtos Técnico-Tecnológicos 9

Validação dos PTTs 12

Aprendizados e Melhorias 13

Portfólio 15

Conclusão 27

Referências 29

A crescente demanda por inovação e aplicação prática do conhecimento científico tem impulsionado o desenvolvimento de programas de pós- graduação que visam integrar a teoria e a prática profissional.

APRESENTAÇÃO

Nesse contexto, o Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) se destaca como um espaço de formação qualificada para gestores, acadêmicos e profissionais da educação superior. Diferente do mestrado acadêmico tradicional, que enfatiza a produção de conhecimento teórico, o mestrado profissional busca desenvolver soluções aplicadas por meio de Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs), atendendo às normativas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às demandas do mercado e da sociedade.

Este portfólio reflexivo documenta a trajetória de desenvolvimento da pesquisa realizada no âmbito do PPGAES/UFPB, cujo foco foi a análise da produção de PTTs no programa entre os anos de 2019 e 2024. A pesquisa teve como objetivo investigar a relevância acadêmica e o impacto social desses produtos, considerando sua conformidade com as normativas da CAPES e sua aplicação prática. A metodologia adotada envolveu uma abordagem quali-quantitativa, combinando análise documental e grupo focal com docentes do programa, proporcionando uma visão abrangente sobre os desafios e oportunidades relacionados à produção dos PTTs.

A produção de PTTs nos mestrados profissionais representa um importante diferencial na qualificação dos discentes, uma vez que promove a interação entre a academia e o setor produtivo.

APRESENTAÇÃO

produtos tangibilizam o conhecimento gerado, m soluções aplicadas que podem impactar a gestão educacional e as políticas públicas. No o processo de desenvolvimento dos PTTs enfrenta como a regulamentação institucional, a integração com as demandas reais das instituições de ensino superior e a necessidade de maior apoio estrutural e técnico.

Dessa forma, este portfólio tem como **propósito central refletir sobre as práticas, desafios e aprendizados adquiridos ao longo da pesquisa, destacando aspectos importantes para o aprimoramento da produção de PTTs no PPGAES/UFPB.** Para tanto, serão abordadas questões como a conformidade dos PTTs com as diretrizes normativas, os principais entraves enfrentados no seu desenvolvimento, o impacto dessas produções na comunidade acadêmica e propostas de melhoria para sua execução.

A estrutura do documento seguirá uma abordagem reflexiva e analítica, iniciando com um panorama sobre o contexto dos PTTs e sua relevância para os mestrados profissionais.

CONTEXTO E DESENVOLVIMENTODOTRABALHO

A proposta deste estudo surgiu a partir da necessidade de compreender e avaliar a produção dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) desenvolvidos no âmbito do PPGAES/UFPB, considerando sua relevência acadêmica, impacto social e conformidade com as normativas da CAPES.

O crescente protagonismo dos PTTs nos mestrados profissionais levou à reflexão sobre a qualidade e a efetividade dessas produções, impulsionando a investigação sobre seus desafios, potencialidades e possibilidades de aprimoramento.

DESAFIOS ENCONTRADOS

- **Falta de padronização nos processos de desenvolvimento;**
- **Dificuldades na articulação entre teoria e prática e barreiras institucionais para a implantação e validação dos produtos;**
- **integração dos PTTs com as necessidades reais da gestão educacional revelou-se um obstáculo relevante**

Desafios que exigem um olhar mais atento sobre sua funcionalidade e aplicação no cotidiano acadêmico e administrativo

Primeiramente, a **realização de um grupo focal com docentes** do PPGAES permitiu identificar dificuldades comuns e compartilhar boas práticas para aprimorar a produção dos PTTs.

Em paralelo, a **análise documental dos PTTs** desenvolvidos entre 2019 e 2024 possibilitou um diagnóstico detalhado sobre sua conformidade com as diretrizes normativas e suas contribuições efetivas para a gestão educacional.

Outra estratégia fundamental foi a **revisão da literatura**, que forneceu subsídios teóricos para embasar a discussão sobre a relevência dos PTTs e suas aplicações.

Ademais, o **contato com profissionais que já haviam desenvolvido PTTs bem-sucedidos** possibilitou a compreensão de boas práticas e soluções para entraves institucionais e operacionais.

> Com essas abordagens, foi possível compreender os fatores que dificultam a produção e aplicação dos PTTs, além de propor melhorias que possam otimizar sua implementação e ampliação na educação superior.

A partir da análise dos PTTs produzidos no PPGAES/UFPB, foi possível identificar avanços concretos na **formulação de políticas institucionais**, no **aprimoramento da gestão educacional** e na **adoção de estratégias inovadoras** voltadas para a melhoria da qualidade do ensino superior.

A aplicação dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) desenvolvidos ao longo deste estudo permitiu um impacto significativo tanto na prática profissional quanto na acadêmica.

NA ESFERA PROFISSIONAL

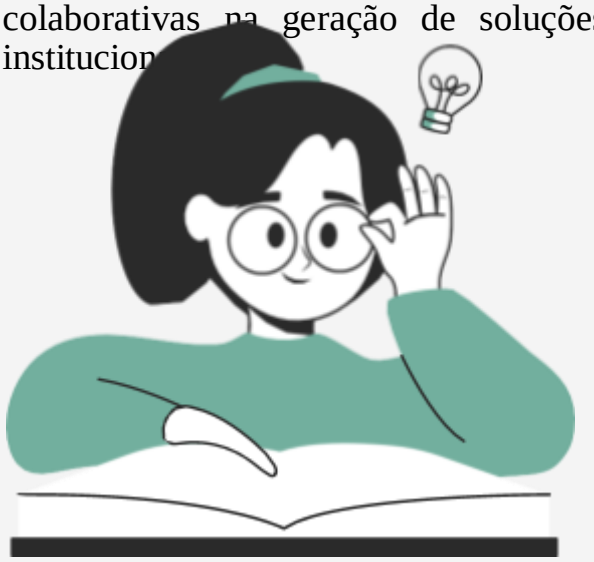
Os PTTs contribuíram para a estruturação de mecanismos de avaliação e acompanhamento da implementação de políticas públicas no ensino superior.

As soluções desenvolvidas possibilitaram uma maior integração entre os gestores universitários e os docentes, promovendo um ambiente de governança mais transparente e eficiente. Além disso, houve um fortalecimento da cultura de inovação dentro das universidades, estimulando a criação de novos produtos e processos que atendam às necessidades do setor educacional.

NO CONTEXTO ACADÊMICO

A produção e validação dos PTTs geraram reflexões importantes sobre a aplicação do conhecimento teórico em situações concretas.

Os feedbacks recebidos durante a implementação indicaram que os produtos desenvolvidos agregaram valor ao processo formativo dos discentes do PPGAES, demonstrando a viabilidade e a aplicabilidade dos conceitos estudados. A participação ativa dos docentes e alunos no desenvolvimento desses produtos evidenciou a importância de metodologias colaborativas na geração de soluções para desafios institucion



VALIDAÇÃO DOS PTTs

A validação ocorreu por meio de **testes práticos, implementação-piloto em instituições parceiras e análise de indicadores de impacto.** Durante esse processo, desafios como a adaptação das soluções às diferentes realidades institucionais e a necessidade de maior suporte técnico foram identificados.

Ajustes realizados a partir dos feedbacks contribuíram para a consolidação de produtos mais robustos e alinhados às demandas reais do setor educacional.

A aplicação dos PTTs reafirma o papel do mestrado profissional na construção de soluções que transcendem o ambiente acadêmico, gerando impactos tangíveis na sociedade e fortalecendo a articulação entre a universidade e o setor produtivo. Os resultados obtidos reforçam a necessidade contínua de aperfeiçoamento desses produtos, garantindo que permaneçam relevantes e eficazes dentro do contexto dinâmico da educação superior brasileira.

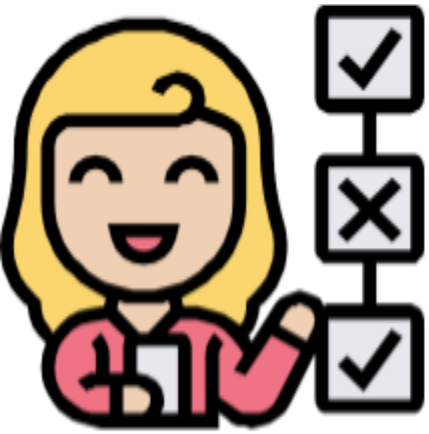
APRENDIZADOS E MELHORIAS

Um dos principais aprendizados foi a identificação de que a produção de PTTs exige não apenas embasamento teórico consistente, mas também uma forte articulação com as realidades institucionais. Muitos produtos analisados **demonstraram potencial inovador, mas encontraram dificuldades em sua implementação** devido à falta de integração com processos administrativos existentes. Esse fator reforça a importância de envolver stakeholders institucionais desde as fases iniciais do desenvolvimento dos PTTs.

> *Os resultados obtidos com a análise e implementação dos PTTs no âmbito do PPGAES/UFPB proporcionaram reflexões importantes sobre a aplicabilidade dessas produções e suas contribuições para a gestão da educação superior. A principal constatação foi a necessidade de maior alinhamento entre os PTTs e as demandas institucionais, de modo que possam gerar impacto real e mensurável nas políticas educacionais.*

As oportunidades de aprimoramento dos PTTs incluem a **criação de mecanismos formais de validação e acompanhamento,** garantindo que essas produções atendam efetivamente às necessidades das universidades e órgãos gestores da educação superior.

Uma das recomendações levantadas no estudo é a **implementação de programas piloto antes da adoção definitiva dos PTTs**, permitindo ajustes baseados em feedbacks concretos dos usuários finais.



Para melhorar o alinhamento dos PTTs às diretrizes da CAPES, é essencial **estabelecer diretrizes mais claras para a concepção e desenvolvimento desses produtos**, assegurando que cumpram critérios de inovação, impacto social e aplicabilidade prática.

Além disso, **recomenda-se a criação de um repositório institucional de PTTs** que permita o compartilhamento de boas práticas e facilite a replicação de soluções bem-sucedidas em diferentes contextos acadêmicos.

A evolução dos PTTs no PPGAES/UFPB deve considerar a ampliação do suporte técnico e institucional para os discentes, garantindo que suas produções não apenas atendam aos requisitos normativos, mas também contribuam de maneira significativa para a melhoria da educação superior no Brasil.

PORTFÓLIO

Lista de Produtos Técnico-Tecnológicos do PPGAES/UFPB 2019-2024

(Link ativo ao clicar no ícone)

Título: Execução Orçamentária e Políticas de Financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: 2016-2021
Autoria: Maria das Graças Moreira de Almeida
Setor Aplicação: Educação Superior

Título: Prestação de Serviços em Restaurante Estudantil sob a Ótica Discente: Estudo Realizado no Instituto Federal da Paraíba - Campus Campina Grande **Autoria:** Aluska Farias de Oliveira Amaral
Setor Aplicação: Educação Superior

Título: Acumulação de Cargos e Empregos: Uma Análise à Luz do Art. 37 da Constituição Federal e Demais Previsões Legais nas Universidades Federais **Autoria:** Jeferson Silva de Andrade
Setor Aplicação: Gestão Universitária

Título: Evasão e Permanência no Ensino Superior: O Caso do Curso de Secretariado Executivo (Campus IV/UFPB)
Autoria: Anne Angely Guedes Andrade
Setor Aplicação: Ensino Superior

Título: Retenção de Estudantes Contemplados com a Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Autoria: Gabrielly Belmont de Brito Lima Aragão
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

PORTFÓLIO

Título: Evasão e Permanência de Estudantes do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Autoria: Márcia Danyelle Evangelista Freire de Araújo
Setor Aplicação: Ensino Superior

Título: O Apoio Pedagógico e a Política de Assistência Estudantil: O Contexto do Instituto Federal da Paraíba – Campus Monteiro **Autoria**: Tannissa Luanna Cardoso de Araújo
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: Acumulação de Cargos e Empregos: Uma Análise à Luz do Art. 37 da Constituição Federal e Demais Previsões Legais nas Universidades Federais **Autoria:** Jeferson Silva de Andrade
Setor Aplicação: Gestão Universitária

Título: Evasão e Permanência de Discentes nos Cursos de Graduação Presenciais do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN/UFPB)
Autoria: Joseane de Pontes Barbosa
Setor Aplicação: Educação Superior

Título: Gestão Socioambiental na Educação Superior: Uma Análise na Pró- Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande
Autoria: Társila Moscoso Borges
Setor Aplicação: Gestão Universitária

PORTFÓLIO

Título: Inclusão do Surdo na Educação Superior: Práticas Inclusivas na Perspectiva do Tradutor Intérprete de Libras
Autoria: Cristiano Lima de Brito
Setor Aplicação: Educação Inclusiva

Título: A Atenção à Saúde na Assistência Estudantil nas Universidades Federais do Nordeste
Autoria: Emmanoel Ferreira Carvalho
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: AParticipação dos Técnicos Administrativos nas Pesquisas Científicas do Instituto Federal da Paraíba: Estudo de Caso no Campus João Pessoa
Autoria: Ubiratan Santos de Carvalho
Setor Aplicação: Pesquisa e Desenvolvimento

Título: Evasão e Permanência de Discentes nos Cursos de Graduação Presenciais do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN/UFPB)
Autoria: Joseane de Pontes Barbosa
Setor Aplicação: Educação Superior

Título: Regime Diferenciado de Contratações Públicas: Análise do Princípio da Eficiência nas Licitações de Obras do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) **Autoria**: Francisco José da Costa Júnior
Setor Aplicação: Gestão Pública

PORTFÓLIO

Título: Produtos Técnicos e Tecnológicos de Mestrados Profissionais e Suas Contribuições para a Gestão da Educação Superior
Autoria: Amanda Santos Lima da Cunha
Setor Aplicação: Gestão da Educação Superior

Título: O Processo de Expansão e de Interiorização do Ensino Superior no Instituto Federal da Paraíba: O Caso do Campus Guarabira
Autoria: Gutemberg de Lima Davi
Setor Aplicação: Educação Superior

Título: O Teletrabalho de Servidores Técnico-Administrativos Durante a Emergência Sanitária da COVID-19 em um Centro Acadêmico da Universidade Federal da Paraíba
Autoria: Walter Luiz Rocha da Fonsêca Júnior
Setor Aplicação: Gestão Universitária

Título: O Programa Nacional de Assistência Estudantil e a Permanência de Estudantes no Ensino Médio de Formação Profissional Tecnológica
Autoria: Iara de Souza Januário
Setor Aplicação: Ensino Técnico

Título: Gestão da Informação na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Matemática e no Departamento de Matemática do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba
Autoria: Francisco Pires de Lacerda Júnior
Setor Aplicação: Gestão Acadêmica

PORTFÓLIO

Título: Construção de um Instrumento de Avaliação do Estágio Supervisionado Hospitalar par Unidade Obstétrica
Autoria: Marília Siebra Pereira Leite
Setor Aplicação: Educação na Saúde

Título: Organização do Trabalho e Saúde Mental: O Caso dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação de um Instituto Federal
Autoria: Thiago da Silva Duarte Lemos
Setor Aplicação: Gestão de Pessoas

Título: Permanência no Ensino Superior: Uma Análise no Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba
Autoria: Laudicéia Teixeira Lins
Setor Aplicação: Ensino Superior

Título: Acessibilidade nos Portais Institucionais da Universidade Federal da Paraíba: Uma Análise Após a Padronização do Uso do Sistema de Gerenciamento de Conteúdo Plone
Autoria: Renato Santos Lourenço
Setor Aplicação: Inclusão Digital

Título: Gestão de Bibliotecas na Universidade Federal da Paraíba: Análise com Base nos Indicadores de Avaliação
Autoria: Mara Leurany Jorge Maia
Setor Aplicação: Gestão de Bibliotecas

PORTFÓLIO

Título: Análise das Fragilidades dos Institutos Federais de Educação em Relação ao Risco de Fraude e Corrupção
Autoria: Kleber Cruz Marques Neto
Setor Aplicação: Gestão Pública

Título: Comunicação Institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: Contribuições para a Divulgação Científica
Autoria: Daniela Espínola Fernandes da Mota
Setor Aplicação: Comunicação Institucional

Título: A Gestão da Informação entre Setores Administrativos da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba e Sua Contribuição nas Tomadas de Decisão **Autoria**: Débora Espínola Fernandes da Mota
Setor Aplicação: Gestão da Informação

Título: Financiamento da Educação Superior: Um Print da Internacionalização no Instituto Federal da Paraíba (2010-2019) **Autoria**: Helena Lima de Moura
Setor Aplicação: Internacionalização da Educação

Título: Saúde do Servidor: Um Plano de Ação Preventivo para o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da UFPB
Autoria: Regiane Maria da Costa Muniz
Setor Aplicação: Gestão de Pessoas

PORTFÓLIO

Título: A Permanência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: Proposição de um Plano para o Apoio Pedagógico
Autoria: Emily da Silva Nascimento
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: Gestão de Bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica: Avaliação dos Recursos Materiais e Informacionais no Instituto Federal da Paraíba
Autoria: Fabiana Lopes do Nascimento
Setor Aplicação: Gestão de Bibliotecas

Título: Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: Percepções dos Discentes Assistidos pelo Restaurante Universitário do Campus IV - Rio Tinto
Autoria: Karina Araújo do Nascimento
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: Financiamento da Extensão no Instituto Federal da Paraíba no Período de 2019 a 2022
Autoria: Maria Cleidenedia Morais Oliveira
Setor Aplicação: Extensão Universitária

Título: Políticas Públicas de Acesso à Informação na Educação Superior: Proposta de Diretrizes para Criação do Arquivo Central da Universidade Federal do Amapá
Autoria: Kawan de Souza Pacote
Setor Aplicação: Gestão da Informação

PORTFÓLIO

Título: Início da Carreira Docente em uma Instituição Pluricurricular: O Caso do Instituto Federal da Paraíba
Autoria: Sidny Janaina Pedrosa
Setor Aplicação: Formação Docente

Título: A Importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil para a Permanência e o Êxito Acadêmico de Estudantes Cotistas no Instituto Federal de Educação da Paraíba
Autoria: Angélica Gadelha Pordeus
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: Avaliação da Educação Superior: Ações de Internacionalização e Sua Influência no Conceito CAPES
Autoria: Denize Barreto Rocha
Setor Aplicação: Internacionalização da Educação

Título: Financiamento da Educação Superior: Aplicação dos Recursos da Assistência Estudantil para o Auxílio Restaurante Universitário
Autoria: Ilsy Gisleany de Medeiros Rodrigues
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: Permanência na Pós-Graduação Durante a Pandemia e os Impactos Posteriores aos Estudantes
Autoria: Valentim Heleno Santos Rodrigues
Setor Aplicação: Ensino Superior

PORTFÓLIO

Título: Gestão da Educação e Processos Organizacionais: Um Estudo na Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba **Autoria**: Djanice Silva de Santana
Setor Aplicação: Educação Profissional

Título: Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: Contribuições e Impasses para Permanência e Êxito do Estudante do Curso de Pedagogia
Autoria: Fabiana Ramalho dos Santos
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: Gestão do Conhecimento na Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal da Paraíba: Proposta de um Modelo Baseado na Norma ISO 30401
Autoria: Débora Henrique Pontes dos Santos
Setor Aplicação: Gestão do Conhecimento

Título: Retenção e Evasão na Educação Superior: O Caso do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba
Autoria: Daniel Dias dos Santos
Setor Aplicação: Permanência e Evasão

Título: Práticas de Gestão na Educação Superior: Um Olhar Sobre a Retenção e a Evasão nas Licenciaturas do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba **Autoria**: Natinelle de Meneses Pinheiro Santos
Setor Aplicação: Permanência e Evasão

PORTFÓLIO

Título: Gerencialismo e a Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal: Caso do Instituto Federal da Paraíba
Autoria: Vanessa Jaqueline Ferreira dos Santos
Setor Aplicação: Gestão de Pessoas

Título: Gestão do Conhecimento na Reitoria do Instituto Federal da Paraíba: Diagnóstico Aplicando o Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira - MGCAPB **Autoria**: Ana Patrícia de Carvalho Farias Serrano
Setor Aplicação: Gestão do Conhecimento

Título: Desenvolvimento Profissional e Identitário dos Técnicos em Assuntos Educacionais: Contribuição para a Política de Formação Continuada de um Instituto Federal
Autoria: Katia Félix da Silva
Setor Aplicação: Formação Continuada

Título: Avaliação do Programa de Contratação de Professor Visitante: Um Olhar para a Internacionalização da Universidade Federal da Paraíba
Autoria: Vanusa Virgínia da Silva
Setor Aplicação: Internacionalização da Educação

Título: Gestão do Ensino Superior com Foco no Acesso à Informação: Um Estudo sobre a Transparência Orçamentária no Instituto Federal da Paraíba
Autoria: Tarciana Mirella Barros Silveira
Setor Aplicação: Gestão Universitária

PORTFÓLIO

Título: Expansão do Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil: Análise a partir da Percepção dos Discentes Assistidos na UFPB
Autoria: Amanda de Aquino Sousa
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: Política de Assistência Estudantil: Uma Abordagem no Contexto da Atenção à Saúde na Universidade Federal da Paraíba **Autoria**: Andreia Pires de Souza
Setor Aplicação: Assistência Estudantil

Título: Pós-Graduação no Brasil e a Formação Acadêmica: Percepções de Egressos de um Mestrado Profissional
Autoria: Quezia Alves de Souza
Setor Aplicação: Formação Acadêmica

Título: A Evasão Discente em Tempos de Pandemia (2020-2022) nos Cursos de Graduação (Bacharelado) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus I - João Pessoa
Autoria: Cláudia Marcele Vieira Trindade
Setor Aplicação: Ensino Superior

Título: Educação em Saúde da Mulher: O Impacto da Gestão do Cuidado no Sistema Único de Saúde no Serviço de Saúde Hospitalar **Autoria**: Rosa Cássia Trindade
Setor Aplicação: Saúde Pública

PORTFÓLIO

Título: Ambientalização da Gestão Universitária: Um Olhar sobre a Universidade Federal da Paraíba
Autoria: José Rômulo Batista Xavier Júnior
Setor Aplicação: Sustentabilidade

PaRa TeR aCeSSO à PlanilHa de avaliaÇãO na ínTegRa e COnHeCeR OS gRaUS de adeRênCia, imPaCTO, aPliCabilidade, inOvaÇãO e COmPlexidade dOS PRODUTOS TÉCNICO- TECNOLÓGICOS DO PPAGES-UFPB
CliQUe nO íCOne abaixO

Conclusão

A análise e implementação dos Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs) desenvolvidos ao longo deste estudo trouxeram contribuições significativas para o campo das Políticas Públicas e da Gestão da Educação Superior. A pesquisa revelou que os PTTs não apenas promovem inovações na administração acadêmica, mas também fortalecem o elo entre a universidade e as necessidades institucionais.

> Ao permitir uma abordagem mais aplicada para a resolução de desafios educacionais, os PTTs se tornaram ferramentas estratégicas na formulação e execução de políticas públicas para o ensino superior.

Além do impacto institucional, este estudo evidenciou a importância da integração dos PTTs às diretrizes da CAPES, garantindo que sua produção atenda a critérios de relevância social e acadêmica.

A sistematização das experiências e desafios enfrentados possibilitou uma reflexão aprofundada sobre as melhores práticas para o desenvolvimento de produtos que não apenas inovam, mas que também possuem aplicabilidade concreta na gestão educacional.

Do ponto de vista pessoal e profissional, o mestrado profissional proporcionou uma transformação importante na trajetória acadêmica do pesquisador.

O processo de investigação e desenvolvimento dos PTTs **aprimorou a capacidade de análise crítica, planejamento estratégico e implementação de soluções inovadoras dentro do contexto da educação superior.**

A experiência adquirida ao longo deste percurso reforçou a relevância de alinhar a produção acadêmica às demandas reais do setor educacional, garantindo que o conhecimento gerado tenha impacto direto e mensurável.

Dessa forma, este portfólio reflexivo não apenas documenta a jornada acadêmica percorrida, mas também oferece subsídios para futuras pesquisas e aprimoramento contínuo dos PTTs nos mestrados profissionais. A continuidade desse trabalho, aliada à implementação das recomendações propostas, tem o potencial de fortalecer a contribuição dos PTTs para a gestão da educação superior no Brasil, consolidando o mestrado profissional como um espaço de inovação e transformação acadêmica.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.; PRINCEPE, L. O lugar da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 103-117, jan./mar. 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. 229p

BRASIL, Ministério da Educação. Avaliação. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasília, 2020b. Disponível em: http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao. Acesso em: 21 maio 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Plataforma Sucupira. Cursos Avaliados e Reconhecidos. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos /quantitativoAreaAvaliacao.jsf;jsessionid=IpC19tcuSCVdbQWNHKsjYjWE.sucupira213. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ficha de Avaliação – Grupo de Trabalho 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf. Acesso em: 23 jan. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Avaliação da pós-graduação stricto senso no Brasil: histórico, procedimentos e conceitos. Brasília: CAPES, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/26102023_relatoriotecnicodavn7.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024

BRASIL. Portaria MEC nº 387, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=67751. Acesso em: 20 abr. 2024.

CASTRO NETO, M.; PEREIRA, A. M.; PONTES, A. P. F. S. Regulamentação do produto técnico tecnológico: a experiência de um programa de pós-graduação em educação. Caminhos em linguística aplicada. Taubaté, SP, v.30, n.3, p. 116-137, 1sem. 2024.

FIALHO, N. H.; HETKOWSKI, T. M. Mestrados Profissionais em Educação: novas perspectivas... Educar em Revista, Curitiba, n. 63, p. 19-34, jan./mar. 2017.

GONÇALVES, C. Érica L. de C.; OLIVEIRA, C. de S.; MAQUINÉ, G. O.; MENDONÇA, A. P. (Alguns) desafios para os Produtos Educacionais nos Mestrados Profissionais nas áreas de Ensino e Educação. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, v. 5, n. 10, 2019. DOI: 10.31417/educitec.v5i10.500. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/500. Acesso em: 12 out. 2023.

HETKOWSKI, T. M. MESTRADOS PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO: Políticas de implantação e desafios às perspectivas metodológicas. Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 1, n. 1, 2018. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2016.v1.n1.%p. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/2299. Acesso em: 27 jul. 2024.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/actio.

ROMÃO, José Eustáquio; MAFRA, Jason Ferreira. Mestrado profissional: Crônica de uma morte anunciada... Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 1, n. 2, 2016. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2016.v1.n2.%p. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/2685. Acesso em: 4 ago. 2024.

SAVEGNAGO, C. L., GOMEZ, S. da R. M., DALLA CORTE, M. G., MARQUEZAN, L. I. P. (sem data). Produtos de um mestrado profissional na área da educação: um estado do conhecimento. http://dx.doi.org/10.5902/2318133840662

SILVA JÚNIOR, Marcos César Moraes. Inovação para a produção técnico/tecnológica de Programa de Pós-Graduação. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo. 185f. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_42e7151311ba57e8b8c68d741d7bbc1f

ZAIDAN, S., FERREIRA, M. C. C., KAWASAKI, T. F. A pesquisa da própria prática no mestrado profissional. 3(1), 88-103, 2018.

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. de F. R.; KAWASAKI, T. F. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. RBPG, Brasília, v. 16, n. 35, p. 1-12, 2020.

ZIHLMANN, K. F.; MAZZAIA, M. C. Aprimoramento da Ficha de Validação de Produtos Educacionais na pós-graduação profissional. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 75, n. 2, e20210063, 2022.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”

Paulo Freire